

Escola Superior de Educação de Beja

**CARTA EDUCATIVA DO
CONCELHO DE CUBA**

Equipas:
Escola Superior de Educação de Beja
Câmara Municipal de Cuba

Novembro de 2006

FICHA TÉCNICA

Título	CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE CUBA
Entidade Coordenadora	Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja
Equipa Técnica Geral	Vito Carioca, João Leal, Sandra Saúde, Elisabete Xavier Gomes, Sandra Lopes, Dalila Coelho e Clara Rodrigues
Parceiro Local	Câmara Municipal de Cuba
Colaborador	<i>Estudalentejo</i>
Edição	Escola Superior de Educação
Execução Gráfica	Dalila Coelho
Capa	Mariana Conduto
Data	Maio de 2006 Revisão em Novembro de 2006
Contactos	Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja Rua Pedro Soares 7800 - 295 Beja Tel.: 284 315 000 Fax: 284 326 824 Http:// www.eseb.ipbeja.pt E-mail: eseb@eseb.ipbeja.pt

Índice

Introdução	7
PARTE I. CARTA EDUCATIVA: CONCEITO E METODOLOGIA	11
1. Cartas Educativas: instrumentos de territorialização da educação	12
1.1. Ao longo da vida: uma lógica de educação e não de escolarização	
1.2. A territorialização da educação	13
2. Opções metodológicas para a concepção da Carta Educativa	18
2.1. O plano geral de execução	
2.2. Procedimentos específicos para a concepção da Carta Educativa do Concelho de Cuba	21
PARTE II. O CONCELHO DE CUBA: CARACTERIZAÇÃO	23
1. Caracterização socio-económica	24
1.1. Elementos geográficos e territoriais	
1.2. Elementos demográficos	
1.3. Actividade económica e emprego	28
1.3.1. Actividade económica	
1.3.1.1. Procura de bens e serviços	29
1.3.2. Emprego	30
1.3.2.1. Situação perante o trabalho	31
1.4. Educação e ensino	32
1.4.1. Habilitações literárias e escolarização	
1.5. Acção social e saúde	35
1.5.1. Acção social	
1.5.2. Saúde	36
1.6. Cultura e Associativismo	37
1.6.1. Cultura e Desporto	
1.6.2. Dinâmica cultural e desportiva	39
1.7. Uma análise das dinâmicas territoriais a partir do posicionamento das freguesias	40
2. A situação educativa do concelho e evoluções mais recentes	43
2.1. Rede educativa do concelho de Cuba	
2.1.1. Evolução do número e tipologia dos estabelecimentos de ensino regular	44
2.1.2. Distribuição dos estabelecimentos no concelho, por freguesia	45
2.1.3. O Agrupamento Vertical de Escolas de Cuba	46
2.1.3.1. Número de turmas e seu regime de funcionamento	
2.2. Infra-estruturas e recursos físicos das escolas e jardins-de-infância	47
2.2.1. Caracterização geral	
2.2.2. História recente dos estabelecimentos escolares	56
2.3. A oferta ao nível do ensino profissional	57
2.4. A oferta ao nível da educação de adultos	60

2.4.1. Ensino Recorrente e Educação Extra-escolar	
2.4.2. Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)	
2.5. A oferta ao nível da educação especial e do apoio à deficiência	61
2.6. População discente	
2.6.1. Evolução da frequência no ensino regular	62
2.6.1.1. A capacidade instalada e a resposta à procura de educação	63
2.6.1.2. Taxas de cobertura e níveis reais de escolarização	64
2.6.2. Distribuição segundo as freguesias do concelho	65
2.6.3. Evolução na frequência das modalidades de Educação de Adultos	67
2.6.4. Aprovação e não aproveitamento	71
2.6.4.1. Análise dos valores globais do concelho, por nível de ensino	
2.6.4.2. Análise dos níveis de sucesso no 1º CEB, por estabelecimento	73
2.6.5. Abandono escolar e saída precoce	75
2.7. Pessoal docente	76
2.7.1. Evolução das habilitações e do vínculo profissional	
2.8. Pessoal não docente	77
2.8.1. Funções exercidas	78
2.8.2. Habilitações e vínculo profissional	79
3. Descrição da acção educativa da Câmara Municipal de Cuba	81
3.1. Transportes escolares	
3.2. Acção social escolar	83
3.3. Promoção de projectos e iniciativas de carácter pedagógico e cultural	84
3.4. Novos desafios lançados à autarquia	
3.4.1. O Programa de Generalização do Inglês aos alunos dos 3º e 4º anos do 1º Ciclo do Ensino Básico	85
3.4.2. O Programa de Generalização das Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico	
3.4.3. O Programa de Promoção de Projectos Educativos na área da Cultura	86
4. Diagnóstico	87
4.1. Potencialidades	
4.1.1. De carácter geral	
4.1.2. Desagregadas por modalidade de educação	88
4.2. Problemas	90
4.2.1. De carácter geral	
4.2.2. Desagregados por modalidade de educação	91
PARTE III. CENÁRIOS E PROJECCÕES	93
1. Enquadramento dos estudos prospectivos no exercício de planeamento educativo a nível local	94
2. Prospectivas para a educação em Portugal	95

2.1. Metas assumidas pelo Ministério da Educação	
2.2. Cenários e projecções para a educação em Portugal: 2000-2020	97
2.2.1. O paradigma da Sociedade Educativa como horizonte	
2.2.2. Uma leitura quantitativa: dois conjuntos de projecções para o futuro da educação em Portugal	100
2.2.3. Objectivos e formas de actuação regionais nos diferentes níveis de educação	108
3. Cenários prospectivos da evolução demográfica e escolar da população de Cuba	109
3.1. Uma hipótese de evolução da população de Cuba	
3.2. Cenários da procura educativa: um modelo de fluxos por grau de ensino	110
3.2.1. As expectativas de evolução da população escolar	111
3.2.2. A especificidade da evolução da população por escolas do concelho	113
3.3. Expectativas para a estrutura geral de habilitações da população	116
4. As tendências de evolução da educação: Cuba face ao país	117
4.1. A evolução da escolarização no país e em Cuba	
PARTE IV. PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA DE CUBA	119
1. Pressupostos de reordenamento da rede educativa em 2006	120
1.1. Necessidades educativas detectadas no concelho de Cuba	
2. Proposta	122
2.1. Encerramento e construção de escolas	
2.2. Intervenção no edificado e no espaço exterior	123
2.3. Apetrechamento/qualificação de recursos e materiais	124
2.4. Optimização do funcionamento escolar	125
2.4.1. Medidas globais	
2.4.2. Medidas específicas	129
2.4.2.1. Rentabilização/instalação de espaços	
2.4.2.2. Estabilização e qualificação do quadro de pessoal não docente	130
2.5. Expansão da oferta educativa	131
2.5.1. Educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico	
2.5.2. Educação de adultos	132
2.5.2.1. Ensino Recorrente, Educação Extra-escolar e RVCC	
2.5.2.2. Pessoal não docente	133
2.6. Novos projectos e iniciativas	
2.7. Reflexão em torno das medidas legisladas no ano de 2005	134
2.7.1. Programa de Generalização da Língua Inglesa aos alunos dos 3º e 4º anos do 1º CEB	
2.7.2. Programa de Promoção de Projectos Educativos na Área da Cultura	135
2.8. Linhas de orientação da expansão do Sistema Educativo de Cuba e suas relações com a dinâmica social e o desenvolvimento socio-económico	136
2.9. Estratégias de utilização da Carta Educativa para o desenvolvimento da educação no concelho	138

3. Fichas-síntese da Proposta	139
3.1. Encerramento e construção de escolas	
3.2. Intervenção no edificado e no espaço exterior	
3.3. Apetrechamento/qualificação de recursos e materiais	145
3.4. Optimização do funcionamento escolar	146
3.4.1. Medidas globais	
3.4.2. Medidas específicas	154
3.4.2.1. Rentabilização/instalação de espaços	
3.4.2.2. Estabilização e qualificação do quadro de pessoal não docente	157
3.5. Expansão da oferta educativa	159
3.6. Novos projectos e iniciativas	162
3.7. Reflexão em torno das medidas legisladas no ano de 2005	163
3.7.1. Programa de Generalização da Língua Inglesa aos alunos dos 3º e 4º anos do 1º CEB	165
4. Monitorização da Carta Educativa do Concelho de Cuba	
4.1. Fases do processo	
4.2. Monitorização global e específica	
4.2.1. Monitorização global	166
4.2.2. Monitorização específica	
Bibliografia	176
Anexos	179

Introdução

Pensar a rede educativa de um concelho implica proporcionar o debate amplo, mas localizado, do fundamento da acção educativa. Esta, pelo seu propósito, contém em si a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento dos educandos do ponto de vista intelectual, social, técnico e humano. Os desafios actualmente colocados aos indivíduos exigem uma ruptura com práticas enraizadas, apelando a uma visão prospectiva, criativa e pró-activa na definição dos caminhos a trilhar pelas organizações escolares, assumindo-se estas mais como “centros educativos de aprendizagem” (numa perspectiva de desenvolvimento estratégico dos Concelhos), e menos como espaços fechados à mudança, numa dimensão cristalizada, cujas práticas, localização e organização espacial submetem e limitam a acção educativa.

Culminado um longo e gradual processo de descentralização de poderes em matéria da gestão educativa para as autarquias locais, quer a Lei n.º159/99, que estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências quer, particularmente, o Decreto-Lei n.º7/2003 de 15 Janeiro, que regulamenta as competências, composição e funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação bem como o conceito, objectivos e objecto das Cartas Educativas, explicitam claramente a opção pela gestão local e subsidiária de cada território educativo. Neste contexto, a Carta Educativa é assumida como um instrumento de planeamento territorial, parte integrante do Plano Director Municipal (PDM) em que intervêm, além da Câmara Municipal, outros organismos, a diversos níveis e com diferentes graus de competência, nomeadamente:

- Conselhos Municipais de Educação¹;
- Direcções Regionais de Educação;
- Serviços Locais e Centrais do Ministério da Educação;
- Comissões de Coordenação Regional;
- E outros: Associações de Municípios.

A Carta Educativa surge como uma ferramenta de estruturação da acção, visando a melhoria contínua do sistema educativo local, entendido numa perspectiva de Território Educativo, ou seja, não confinado ao espaço tradicionalmente reservado à escola, mas reconhecendo na multiplicidade de *inputs* económico-sociais, experiências informais e participação alargada, a oportunidade de ampliar a experiência educativa.

Carta Educativa visa a racionalização e redimensionamento do parque de recursos físicos existentes e o cumprimento dos grandes objectivos da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei N.º 46/86) e dos normativos aí preconizados, especificamente:

¹ Designação que evoluiu da anterior: Conselhos Locais de Educação.

- Prever uma resposta adequada às necessidades de reordenamento da rede educativa, colocadas pela evolução da política educativa e pelas oscilações da procura da educação, procurando rentabilizar o parque escolar existente;
- Caminhar no sentido de atenuar as disparidades inter e intra-regionais, promovendo a igualdade do acesso à educação numa perspectiva de adequação da rede educativa às características regionais e locais, assegurando a coerência dos princípios normativos no todo nacional.

“Indissociável das propostas do Plano Director Municipal, a Carta Educativa deverá ser um instrumento fundamental de planeamento que permita aos responsáveis desenvolver uma actuação estratégica no sentido de:

- Orientar a expansão do sistema educativo num determinado território em função do desenvolvimento económico e sócio-cultural;
- Tomar decisões relativamente à construção de novos empreendimentos, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque, optimizando a funcionalidade da rede existente e a respectiva expansão;
- Definir prioridades;
- Optimizar a utilização dos recursos consagrados à educação;
- Evitar rupturas e desadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico” (Martins, 2000:9).

Qualquer acção nos domínios do planeamento e gestão do Sistema Educativo pressupõe uma visão integrada e integradora de toda a rede educativa e, particularmente, da escola, não só no plano interno da organização, mas também da gestão de recursos, práticas e relações com a comunidade. Neste âmbito, o “planeamento da rede educativa deverá orientar-se por:

- Uma concepção de escola integrada no espaço de recursos educativos diferenciados;
- Uma visão prospectiva da realidade, delineada em cenários de evolução construídos a partir de análises globais e qualitativas;
- Uma programação de equipamentos subordinada a princípios estratégicos assentes na diversidade de tipologias, na flexibilidade e versatilidade de soluções e na complementaridade na gestão e utilização de recursos” (Martins, 2000:8).

A ineficácia de um planeamento cristalizado e a necessidade de assumir uma nova concepção de escola-organização, articulada com outras unidades de educação e formação, centros de recursos e outros apoios diversificados, levaram a que o conceito de Carta Escolar evoluísse para o conceito transversal de Carta Educativa. Este engloba não só os equipamentos escolares, mas todos os equipamentos sociais e colectivos relacionados com a filosofia de educação ao longo da vida. Neste âmbito, a Carta Educativa assume-se como um instrumento orientador fundamental, produto de uma prática real de “planeamento e ordenamento da rede educativa inserida no

contexto mais abrangente do ordenamento territorial, que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura num dado território, ou seja, ser parte integrante do seu desenvolvimento social” (Martins, 2000:8).

Com base no disposto no já referido Decreto-Lei N.º.7/03 de 15 de Janeiro foi estabelecido um protocolo entre a Associação de Municípios do Distrito de Beja (AMDB), actual Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (AMBAAL), e a Escola Superior de Educação de Beja (ESEB), a 1 de Outubro de 2003 e revisto a 15 de Outubro de 2004 e a 31 de Outubro de 2005. Neste, a ESEB assumiu a responsabilidade, em regime de colaboração directa com os técnicos responsáveis pela área educativa em cada autarquia, da coordenação e execução técnica das Cartas Educativas dos 14 concelhos do Distrito de Beja.

De acordo com o plano geral de execução, a Carta Educativa do Concelho de Cuba está estruturada em 4 partes, a saber:

- Parte I. Carta Educativa: conceito e metodologia. Esta parte é dedicada à análise e interpretação do enquadramento político e educacional da Carta Educativa no contexto sócio-político actual e à definição das opções e estratégias metodológicas assumidas no processo global de concepção das Cartas Educativas do Distrito de Beja e, em particular, no respeitante ao concelho em análise.
- Parte II. O concelho de Cuba: Caracterização. Os objectivos desta parte e dos capítulos que a constituem são, por um lado, caracterizar a situação económica e social do concelho em função dos principais indicadores mais directamente relacionados com a educação e, por outro lado, analisar a evolução recente e o quadro actual da rede educativa do concelho. Tal implica a exploração de um vasto conjunto de indicadores quantitativos e qualitativos, respeitantes à procura e à oferta de educação, às características da rede educativa, aos discentes, docentes e não docentes. Adicionalmente, é feita uma caracterização das áreas de intervenção da autarquia no domínio educativo que complementa a análise sobre a dinâmica educativa existente no concelho.

A finalizar esta parte é apresentado um Diagnóstico-síntese da situação da rede educativa do concelho, onde se evidenciam as suas principais potencialidades e riscos de ruptura, sustentado na análise dos aspectos referentes à dinâmica populacional, às características e mudanças constatadas no parque escolar e às tendências de evolução da população discente e docente.

A equipa técnica da autarquia facultou alguns textos de base à caracterização socio-económica, posteriormente ajustados e ampliados pela equipa de coordenação da ESEB. A esta última coube, também, a responsabilidade de caracterizar e analisar a evolução recente e situação actual da rede educativa do concelho. Para o efeito, os dados necessários foram cedidos pelo Ministério da Educação, através dos seus: a) Serviços

Centrais, nomeadamente, o Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento (DAPP), actual Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (GIASE); b) Serviços Regionais - Direcção Regional de Educação do Alentejo (DREA) e c) Serviços Locais - Centro de Área Educativa do Baixo-Alentejo e Alentejo Litoral (CAE-BAAL) e a Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente, Educação Extra-escolar e Formação de Adultos de Cuba (CCEREEFA). Ainda no plano local, a recolha de informação foi realizada junto da Câmara Municipal e das instituições de educação públicas, particulares e cooperativas existentes no concelho.

- Parte III. Cenários e Projecções. Nesta parte é feito exercício de prospectiva acerca da evolução provável e desejável da rede educativa. Trata-se de uma análise de tendências em curso, de situações emergentes e de rupturas potenciais, quer do lado da procura, quer do lado da oferta de educação, no quadro da dinâmica educativa do concelho. A finalizar, é feita a comparação entre os indicadores e metas previstos para o país e para o concelho, realizando-se uma exploração e interpretação prévia das projecções de evolução demográfica e de procura escolar para os próximos cinco anos (até 2010/2011).

A concepção desta parte foi coordenada pela equipa da ESEB a partir de dados já existentes e concebidos para o efeito. Em concreto, as projecções da evolução da população escolar desagregada por escola foram disponibilizadas pela Direcção Regional de Educação do Alentejo. As projecções demográficas e os cenários de evolução dos níveis de escolarização foram concebidos pela empresa Estudalentejo (sediada em Alvito), sendo os cenários educacionais traçados para o País sustentados no estudo de reflexão prospectiva coordenado por Roberto Carneiro: “O futuro da educação em Portugal: Tendências e Oportunidades”, a partir do qual também foram deduzidos indicadores estruturantes para a definição das metas educacionais a atingir no concelho em análise.

- Parte IV. Proposta de Reordenamento da Rede Educativa do Concelho de Cuba. Na caracterização da situação escolar e projecção da sua evolução detectam-se situações que sugerem alteração. Estas traduzem-se num conjunto de propostas de direcção estratégica de trabalho e de acção, devidamente fundamentadas e justificadas nas hipóteses e metas educacionais assumidas para o concelho, tendo em vista o reordenamento da rede educativa. Assim, “estabelecido o diagnóstico e detectadas eventuais deficiências ou mesmo rupturas da rede existente, formulam-se as propostas de reordenamento que devem ser inspiradas em princípios de prospectiva e do planeamento estratégico” (Martins, 2000:32).

PARTE I.

**CARTA EDUCATIVA:
CONCEITO E METODOLOGIA**

1. Cartas Educativas: instrumentos de territorialização da educação

A Carta Educativa concelhia é um documento que reflecte um princípio contemporâneo subjacente ao desenvolvimento dos sistemas educativos, e sociais, em Portugal e noutras sociedades ocidentais: a progressiva territorialização dos modos de pensar e fazer a educação.

As Cartas Educativas são documentos oficiais da iniciativa do poder central e de âmbito do ordenamento do território, a serem equacionados pelos poderes locais de acordo com critérios e limites definidos centralmente. Desta forma, constituem-se como documentos de dupla ancoragem - central e local - com implicações num terreno de debate amplo e polifónico: a educação. Coexistem com outros documentos e outras decisões que se enquadram em movimentos de questionamento do escola-centrismo, do Estado educador e da supremacia da cultura erudita tradicionalmente transmitida e defendida pela instituição escola. De facto, a Carta Educativa constitui-se como lugar de consolidação da comunidade educativa, mais consistente por que mais vinculada ao processo de construção local de política educativa, num esforço de cruzamento e análise de um conjunto de medidas afirmadas na atribuição de competências ao poder local e de autonomia às escolas.

Equacionamos a elaboração deste documento com uma carga interpelativa, prospectiva e política, com o propósito de procurar tanto as soluções quanto os problemas, no sentido da sua clarificação. Mas também, necessariamente, da compreensão das consequências da transformação ou da estagnação da situação educativa dos concelhos implicados.

Duas dimensões de abordagem são exigidas para a realização da Carta Educativa assim pautadas: uma relativa à política educativa, referente a questões de educação, e não apenas de escolarização. Outra, a de territorialização, assente numa lógica de descentralização, e não apenas de desconcentração.

1.1. Ao longo da vida: uma lógica de educação e não de escolarização

Em termos gerais, educação é a designação dada aos processos que conduzem e produzem aprendizagens. Este é o fim último da educação. Esta é, também, a impossibilidade de limitar a educação. A aprendizagem é e não é intencional, significativa, útil. É precoce e tardia e acontece sob moldes formais, não-formais e informais.

Feita esta constatação, torna-se claro e necessário que a questão educativa se debate em campos de contradições e em múltiplas dinâmicas de ajustamento, nomeadamente entre o nacional, o transnacional e o local.

Esta multiplicação dos lugares e dos sujeitos da educação e da aprendizagem tem uma dimensão claramente transnacional, especialmente perceptível nas perspectivas comparadas da educação e nas relações estabelecidas entre educação e desenvolvimento, materializadas em *slogans*

universais e práticas diversificadas - a educação ao longo da vida e para todos, os movimentos globais de raízes locais, a construção de identidades, a reinvenção da democracia a partir da intervenção no meio educacional com uma proliferação de profissionais, de tempos e de espaços de educação.

O advento dos Projectos Educativos de Escola, com diferentes níveis de formatação central, pode ser percebido como uma preocupação com a identificação de necessidades específicas de cada contexto. Também os projectos educativos locais ou de cidade, e mesmo os de redes de escolas isoladas, evidenciam estas dificuldades de delimitação da cena educativa e de situar de forma unívoca e oficial as experiências que despertam aprendizagens. “Subjacente ao PEL [Projecto Educativo Local] está uma lógica que visa reforçar a dependência da acção educativa relativamente ao contexto (Canário, 1999), assim como uma perspectiva que tende a alargar a responsabilidade de intervenção na educação a diferentes actores locais. (...) Derouet referenciou como a construção de um bem comum local” (Rodrigues, 2003: 78).

A construção de um “bem comum local” (Derouet, cit. por Rodrigues, 2003) ou o desenvolvimento de um “espaço público educativo” (Sarmiento, 1999) assentam numa lógica de intenção-acção-avaliação e exigem equipamentos diversificados e acessíveis, profissionais com formação adequada, pois é necessário que sejam significativos para o conjunto de pessoas, de vontades e de necessidades. É o apelo a relações de dependência e de interpelação entre a educação - em modalidades oficiais, definidas e mensuráveis - e o desenvolvimento.

Em contextos genericamente catalogados como de crise da educação e das suas condições de existência, torna-se cada vez mais urgente encontrar o caminho para a definição de novos sentidos para as questões escolares e extra-escolares. Esse caminho poderá ser, em boa parte, o da “acção contextualizada dos actores locais, ao constituírem redes de solidariedade e cooperação, em que a afirmação da diversidade, em vez de constituir um constrangimento, passa a constituir um importante recurso a rentabilizar na formação dos actores e no desenvolvimento local” (Rodrigues, 2003: 79).

De acordo com esta abordagem, as Cartas Educativas, reguladas pelo Decreto-lei nº.7 de 2003, deverão ocupar-se do planeamento das necessidades de equipamentos e recursos para as modalidades de ensino e educação não superior a ocorrer nos limites geográficos de Portugal: o ensino regular, a educação especial, o ensino profissional, o ensino recorrente e a educação extra-escolar - modalidades de educação definidas pela Lei de Bases do Sistema Educativo. Esta orientação aponta no sentido da educação ao longo da vida e acentua a procura de formas de promover percursos educativos e escolares bem sucedidos, na complementaridade dos diversos níveis e modalidades de educação.

1.2. A Territorialização da Educação

“O território é constituído no jogo social, isto é, pelo sistema de interacções no seu interior e com o seu contexto envolvente. Neste jogo estabelecem-se regras e condições de acção. São

essas regras que delimitam o território e lhe dão espessura e relevo, estabelecendo desse modo uma topografia” (Sarmiento, 1999: 19). Entre outros autores que problematizam a vinculação da escola ao território ou à comunidade, Manuel Sarmiento enfatiza que o território não é *dado*, no sentido de não serem imediatos e consensuais os seus limites e de exigir conhecimento e análise dos jogos estabelecidos, tanto quanto capacidade de compreender as regras emergentes e de conceber e afectar regras aos jogadores.

A *coisa educativa* é um dos temas jogados nos territórios contemporâneos, com uma forte proliferação de actores, de contextos e de versões dos seus resultados. Nas versões primeiras, a educação desenrolava-se tanto melhor quanto mais independente fosse dos territórios. Seguiram-se versões mais complexas de justaposição das especificidades da instituição escola e do território onde se situa, assumindo-se que o processo educativo de um indivíduo deve integrar e contemplar a sua pertença e enraizamento a um local. De facto, a apologia da territorialização associa-se a uma progressiva sofisticação do processo educativo que implica organizações aprendentes, comunidades activas e intervenientes e uma educação permanente, em lugares que não exclusivamente os escolares e para todas as faixas etárias.

Esta versão última da abordagem ao processo educativo materializa-se nos Agrupamentos Verticais e Horizontais de Escolas e no movimento das Cidades Educadoras - de que Barcelona é caso reconhecido. Os primeiros implicam o território numa dimensão cartográfica pelo estabelecimento de organizações, dotadas de competências de gestão, de escolas do ensino básico. No entanto, e de um modo geral, à margem dos Agrupamentos de Escolas ficaram os ensinos secundário e profissional, o ensino recorrente e a educação extra-escolar, bem como o subsistema de ensino particular e cooperativo. Já as cidades educadoras dão nome a uma utopia assente na importância da necessidade de gerar mecanismos que desenvolvam rotinas e espaços de colaboração públicos e privados que criam *a comunidade*, para além da autarquia e do localismo puros, no sentido de enfatizar a responsabilidade colectiva pela educação, na sua relação com o desenvolvimento das comunidades (Subirats, 2001).

Com os Agrupamentos acentua-se o discurso da eficácia da escola, pelo assegurar das relações com o contexto e a comunidade, pela rentabilização de recursos físicos e humanos e pela distribuição de competências. Com as cidades educadoras e a educação permanente e ao longo da vida contribui-se para a pedagogização das sociedades e o questionamento da forma escolar (Canário, 1999; Correia, 1999).

O Decreto-Lei nº. 7 de 2003 evoca estas leituras ao legislar sobre o ordenamento do território da educação ao nível local. Como referimos, por via deste diploma são instituídas duas figuras: o Conselho Municipal de Educação e a Carta Educativa. Ambas transportam continuidade e novidade. Continuidade de órgãos consultivos na organização social portuguesa² e de documentos

² No roteiro de movimentos de descentralização a partir da década de 80, veja-se, por exemplo, a criação de conselhos consultivos para os transportes escolares e para a acção social escolar e os Conselhos Locais de Educação, em 1998.

de carácter cartográfico para o planeamento da educação escolar pública, a partir do poder central³.

Destacamos iniciativas de descentralização do sistema educativo português contemporâneo na atribuição aos municípios das competências inerentes aos transportes escolares, em Setembro de 1984, e as medidas de atribuição de competências relativas à acção social escolar, em Dezembro do mesmo ano⁴.

Dois anos depois, em Outubro de 1986, é promulgada a Lei de Bases do Sistema Educativo Português⁵, que apresenta o princípio da comunidade educativa como elemento participativo nas decisões em matéria de educação, passível de concretização com a introdução de pressupostos de autonomia e democratização na gestão e administração das escolas públicas⁶. As Cartas Escolares concelhias, desenvolvidas nas várias regiões do país e publicadas por volta de 1990⁷, são uma concretização da vontade de consubstanciar as comunidades educativas de Portugal.

Tal como acontece com o actual enquadramento legal e político das Cartas Educativas, também estas medidas foram da iniciativa do poder central, com objectivos de carácter eminentemente administrativo, aproximando o poder de concepção e de execução dos contextos locais de actuação. Estas competências, ainda que com implicações nos quotidianos escolares, foram concebidas e apresentadas de forma atómica e não enquadradas num entendimento mais vasto do funcionamento do sistema educativo português.

O estudo de educação comparada desenvolvido e publicado pela rede Eurydice⁸ conclui que “as reformas realizadas na administração geral do sistema escolar resumem-se essencialmente a um movimento progressivo de descentralização e de delegação de poderes na sociedade. Quase todos os países abrangidos introduziram novas regulamentações que deslocam o poder de decisão do Estado central para as autoridades regionais, locais ou municipais e destas para os estabelecimentos de ensino. Ao mesmo tempo observa-se um aumento de participação da comunidade educativa.” (Eurydice, 1998: 26). Como se verifica, as tendências transnacionais das políticas educativas são evidentes. João Barroso (1998) desenvolve a temática da administração das escolas e constata a existência de países precursores destas medidas de autonomização, como sejam a Nova Zelândia, o Reino Unido e a Austrália. Também António Teodoro (2001) evidencia o papel das organizações internacionais - de que são exemplo a União Europeia (UE), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outras - na normalização das políticas educativas.

³ Vejam-se o planeamento por carta de Marquês de Pombal após a expulsão dos Jesuítas e, já no século XX, o Plano dos Centenários.

⁴ Estas medidas estão legisladas, respectivamente, pelos Decretos-Lei Nº. 299/84 e Nº. 399-A/84.

⁵ Lei Nº. 46/86 que se encontra em vigor com uma alteração em 1997.

⁶ O regime de autonomia foi apresentado no Decreto-Lei nº. 43/89 que superintendeu dois modelos de gestão e administração autónoma das escolas do ensino público não superior - de 1991 e de 1998 - e que continua em vigor.

⁷ De que é exemplo: DEP/GEF (1991). *Cartas Escolares da Região do Alentejo*. Lisboa: Ministério da Educação.

⁸ Rede de Informação sobre Educação na União Europeia.

O relatório da UNESCO, coordenado por Jacques Delors nos anos 1990, postula que “o sucesso da escolarização depende, em larga medida do valor que a colectividade atribuir à educação. (...) A outorga, por parte do Estado, de subsídios às comunidades locais que se esforçam por resolver os seus próprios problemas, aperfeiçoar-se e organizar-se, revelou-se uma solução mais eficaz do que as acções vindas de cima, visando impor o progresso” (UNESCO, 1996: 112-113).

Em Portugal, o complexo processo da descentralização prossegue na década de 1990. Destacamos dois diplomas que o configuram enquanto processo em desenvolvimento e não como estado já alcançado: o regime de autonomia administração e gestão das escolas públicas do ensino não superior e o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais⁹. O primeiro respeita, exclusivamente, a questões de âmbito escolar. Já este último inclui o domínio educativo no conjunto das atribuições do poder local. Ambos são marcos de processos de democratização, autonomização e descentralização, ao nível das escolas e dos municípios, respectivamente. O modelo de gestão das escolas implica e exige a presença de representantes dos poderes e interesses locais num dos seus órgãos de gestão. De modo complementar, as atribuições das autarquias compreendem:

- os edifícios escolares;
- os transportes;
- a alimentação;
- a acção social escolar;
- o apoio a actividades extra curriculares e componente de apoio à família;
- a gestão de pessoal não docente da Educação Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Ambos prevêem a criação, por iniciativa dos municípios, de estruturas consultivas ao nível concelhio. A autonomização e descentralização do sistema educativo exigem regulação. É neste sentido que entendemos a publicação do diploma legal que trata da avaliação da educação e do ensino não superior¹⁰. Esta medida tem como objectivos “dotar a administração educativa local, regional e nacional (...) de um quadro de informações sobre o funcionamento do sistema educativo (...) valorizar o papel dos vários membros da comunidade educativa (...) das autarquias locais” (Artigo 3º, Lei nº. 31/2002).

Estes diplomas coexistem com o que trata a “concretização da descentralização administrativa (...) enquanto aposta genérica no princípio da subsidiariedade (...) um modelo de organização administrativa tendente à obtenção de melhores níveis de satisfação das necessidades reais dos cidadãos” (Preâmbulo do Decreto-lei nº. 7/2003).

Destas formas intensifica-se o apelo à coesão das comunidades em torno das questões educativas, promovendo as parcerias, os partenariados e a colaboração em domínios diversificados para dar resposta às necessidades detectadas e detectáveis localmente.

⁹ Estas medidas estão legisladas, respectivamente, no Decreto-Lei nº. 115-A/98 e na Lei nº. 159/99.

¹⁰ Lei nº. 31/2002.

Parece-nos ser este um momento de extremo interesse na política educativa nacional, por abrir a porta a uma possibilidade efectiva de territorialização da educação, ao mesmo tempo que assume a “dupla função de enquadramento e de regulação” (UNESCO, 1996:151). Da mesma forma, este pode ser um momento inócuo de forte produção de documentos, por parte das escolas, das autarquias e do Ministério da Educação, mas mutuamente ignorados. Recuperamos a fórmula sinérgica apresentada por Barroso para a distribuição de poderes na gestão do sistema educativo¹¹: “poderes locais fortes, escolas fortes, cidadãos participativos, estado atento e interveniente” (Barroso, 1998: 49-50).

Assegurar a gestão programada das interdependências é o «calcanhar de Aquiles» da territorialização da educação; é também a função maior dos Conselhos Municipais de Educação e das autarquias. É neste contexto que entendemos a elaboração da Carta Educativa.

A pertinência deste documento reside no seu processo tanto quanto nos resultados que vierem a ser alcançados em cada concelho. Atitudes de diagnóstico da situação educativa local, de caracterização da oferta e procura educativas e de produção de mecanismos de desencadeamento de interpelação entre tensões e forças manifestas do território não integram, ainda, as sociedades portuguesas.

A capacidade de identificar problemas, de desenhar as necessidades e de definir os meios implicados para potenciar a acção não estão ainda conseguida, sendo condição para assumir o espaço das políticas educativas locais, pelo “facto de aí coexistirem e só aí poderem ser articuladas distintas lógicas de acção” (Canário, 1999: 29).

A oportunidade da Carta Educativa é potenciar o protagonismo local em termos de política educativa, pois o que está em causa em momentos de territorialização da educação é o papel da educação na sociedade contemporânea e “as questões que se colocam não são apenas técnicas, administrativas ou jurídicas mas são, sobretudo, questões políticas” (Guerra, 2002: 193). Exigem a tomada de posição local, no sentido da adopção de um pensamento reticular que insira as escolas em redes de relações que as transcendem, em vez de as tomar como as unidades de gestão da escolarização (Correia, 1999).

Os desafios às políticas educativas locais, que Isabel Guerra sintetiza com clareza, podem ser referentes de particular relevo para a assunção de políticas locais: “considerar a descentralização da educação não como um mero problema de competências ou funcional, mas como um problema político (...) ultrapassar a dispersão, o desenrascanço, a espontaneidade e o voluntarismo através de uma acção planeada, participada e avaliada (...) coordenar todas as políticas locais - educativas, culturais, de emprego e de criação de empresas, etc. - num processo de desenvolvimento local (...) priorizar as zonas com problemas e garantir a igualdade de oportunidades através de uma acção preventiva e discriminação positiva” (Guerra, 2002: 196-

¹¹ O autor apresenta esta fórmula como subjacente a uma proposta de autonomia das escolas que apresentou ao ministério da educação em meados da década de 90. Não sendo específica do momento político que aqui comentamos, consideramos que em nada perdeu actualidade e pertinência.

197). Neste sentido, as Cartas Educativas constituem-se como compromissos materiais dos poderes locais com o local, com a possibilidade real de tomar opções visíveis e projectadas.

2. Opções metodológicas para a concepção da Carta Educativa

2.1. O plano geral de execução

De acordo com o protocolo estabelecido entre a ESEB e a AMBAAL, para a execução das Cartas Educativas dos 14 concelhos do Distrito de Beja foi constituída uma equipa técnica que coordenou o desenvolvimento de um plano de trabalho dividido em 4 fases, a saber:

- Planeamento e definição de metodologias de trabalho.
- Análise e diagnóstico da situação - que implicou a caracterização sócio-económica e educativa do território em estudo.
- Definição das propostas de reconfiguração/reordenamento da rede educativa.
- Revisão e concepção da versão definitiva da Carta Educativa.

A Primeira Fase foi dedicada à definição e planeamento da estratégia metodológica a seguir, o que implicou:

- a compilação e triagem da informação necessária para a clarificação das tendências e opções estratégicas em matéria de política educativa nacional. Foi, também, efectuada uma vasta pesquisa e análise à legislação existente, quer a que enquadra genericamente a temática, quer a que define as competências das autarquias para a área educativa;
- a exploração e clarificação dos conceitos e princípios reguladores inscritos no normativo legal e que configuram a execução da Carta Educativa;
- a identificação da informação a recolher, solicitar e analisar;
- a concepção de um guião/índice geral de trabalho e respectivo cronograma inicial de execução;
- a definição dos papéis, funções e responsabilidades de cada um dos membros da equipa de execução da Carta Educativa, constituída pela equipa de coordenação da ESEB e pelos técnicos responsáveis pela área em cada autarquia, de acordo com o guião de trabalho criado;
- a clarificação dos papéis, funções e responsabilidades a serem assumidas pelos outros organismos que, além de cada Câmara Municipal, intervêm também no processo, como sejam: o Conselho Municipal de Educação, a Direcção Regional de Educação do Alentejo, os Serviços Locais e Centrais do Ministério da Educação e a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral;
- a discussão e validação da proposta metodológica global de execução, que inclui a estratégia, objectivos gerais e específicos para cada fase, calendário, distribuição de

tarefas e definição de competências de cada um dos participantes directos e indirectos no processo de concepção, por parte da equipa de coordenação da ESEB, junto de cada autarquia.

A Segunda Fase - Análise e diagnóstico da situação - implicou o levantamento, análise e caracterização do quadro actual da situação socio-económica e da rede educativa de todos os concelhos do Distrito de Beja. Para o efeito, e do ponto de vista socio-económico, foram explorados indicadores relativos ao contexto geográfico e histórico, à evolução e caracterização demográfica, à situação da actividade económica e do emprego, da saúde e acção social e do património, cultura e associativismo. Foram também considerados alguns indicadores globais de educação e formação que permitiram a caracterização dos níveis de escolarização da população do concelho.

Ao nível da rede educativa procurou-se analisar as condições de funcionamento do parque escolar e, também, traçar um quadro retrospectivo da procura de ensino, avaliando os níveis de escolarização, as taxas de cobertura, de sucesso e de abandono de cada nível de ensino. Em concreto, foi feita uma caracterização-síntese da situação actual da educação e do desenvolvimento do concelho, avaliando os principais constrangimentos e potencialidades existentes.

A Terceira Fase consistiu na definição das propostas de reconfiguração/reordenamento da rede educativa. Esta foi, essencialmente, constituída pelas orientações a dar à política educativa na região e por propostas precisas de intervenção e de reordenamento do território educativo, estruturalmente definidas de acordo com o diagnóstico elaborado na fase anterior e nas projecções e cenários educacionais de procura escolar perspectivados para o concelho. Qualquer acção de planeamento tem de ser, necessariamente, suportada em cenários de evolução a curto e médio prazo, que no caso concreto, implicaram a exploração e análise das projecções: i) de evolução da população escolar a frequentar o ensino regular (da educação pré-escolar ao ensino secundário, incluindo o ensino profissional) e ii) de evolução demográfica, por grupos quinquenais de idade, de cada concelho até 2010.

As propostas devem ser entendidas como princípios orientadores de uma acção convergente de muitas vontades, de parceiros sociais com perspectivas diversas da mesma realidade. Princípios orientadores de uma política democrática e participada, que toma expressão na fase de concretização das propostas.

A Quarta Fase foi dedicada à revisão do documento definitivo proposto pela equipa de coordenação, tendo sido entregue para análise e aprovação por parte do Conselho Municipal de Educação, Câmara Municipal e Assembleia Municipal de cada autarquia. “A componente

fundamental desta fase consiste na consulta pública a que devem ser submetidos todos os documentos da Carta, nomeadamente as propostas de reordenamento da rede e de desenvolvimento do sistema educativo local. Deste processo, deverão ser técnica e politicamente apreciadas as críticas, sugestões, entre outros, que permitam definir ajustes ou reformulações que sejam necessários, afinar os percursos e estratégias a seguir, assim como as acções a desenvolver ao longo dos percursos definidos, de molde a “fechar” o documento final da Carta” (Martins, 2000:15).

O plano de execução das Cartas Educativas dos 14 concelhos do Distrito de Beja implicou a constituição de um grupo de trabalho composto pela equipa da ESEB e pelos técnicos responsáveis pela área sócio-educativa em cada autarquia. A equipa técnica da ESEB assumiu a coordenação dos trabalhos o que implicou: i) a definição da estratégia metodológica global; ii) a orientação da execução sob a responsabilidade dos técnicos das autarquias e desenvolvimento específico de outras sob sua responsabilidade; iii) a organização da reflexão e análise global do documento em construção e iv) a elaboração do relatório final e versão definitiva de cada Carta Educativa.

Ao longo dos trabalhos, a equipa de coordenação e os técnicos de cada autarquia mantiveram contactos mais ou menos regulares¹² o que implicou a realização de algumas reuniões de trabalho individualizado e de trabalho conjunto com cada equipa, para discussão e análise de procedimentos comuns de execução das Cartas Educativas e para a exploração de resultados preliminares. Complementarmente, foram realizadas visitas de trabalho a cada concelho, em que a equipa da ESEB e representante(s) da autarquia visitaram e tomaram contacto com a realidade da rede de equipamentos escolares. Para além da observação no terreno, que permitiu a recolha directa de um conjunto de indicadores de caracterização do parque escolar existente, foram também realizadas, aquando da visita e sempre que possível, reflexões conjuntas sobre os objectivos e as características do trabalho em curso, com os membros dos Conselhos Executivos dos Agrupamentos Escolares, das escolas EB23, Escolas Básicas Integradas, Escolas Secundárias, professores e educadores de diversos níveis de ensino em exercício nas diversas escolas visitadas, responsáveis e professores de Escolas Profissionais, representantes de Associações culturais, recreativas e de Desenvolvimento Local existentes em cada concelho, entre outros.

A caracterização escolar foi direccionada segundo os seguintes indicadores: a acessibilidade e a localização dos edifícios, o seu estado de conservação, a adequação dos espaços e respectiva organização e utilização, a área de recreio, a sua dimensão e capacidade em número de salas, principais problemas e potencialidades, entre outros indicadores.

O processo de concepção das Cartas Educativas foi iniciado em Outubro de 2003, tendo sido realizada a 24 de Outubro, a primeira reunião conjunta entre a equipa da ESEB e representantes de cada autarquia em que foi apresentada e discutida a linha metodológica a seguir, proposta

¹² A frequência dos contactos mantidos com os técnicos foi distinta de autarquia para autarquia.

pela equipa coordenadora.

Ao longo do desenvolvimento do guião de trabalho definido para as Cartas Educativas houve a necessidade de superar alguns problemas e dificuldades que estão eminentemente associados à natureza, quantidade e qualidade dos dados exigidos na sua concepção. “As situações concretas são frequentemente complexas. As situações educativas concretas têm grande probabilidade de o serem. Muitas delas, em que as manifestações de vontade dos diversos intervenientes se pautam por preocupações e dinâmicas diferentes, eventualmente contraditórias, quase certamente o são” (Martins, 2000:31).

De facto, a concepção da Carta Educativa pressupõe partilha e participação. Partilha de dados e participação na perspectiva do confronto e assunção de diferentes perspectivas. A Carta Educativa é, pois, um instrumento de planeamento estratégico de qualquer território educativo que se quer feito de e para o mesmo. Como exemplos deste pressuposto metodológico explicitam-se: os pedidos de colaboração e de assunção de responsabilidades por parte dos Conselhos Municipais de Educação na concepção de partes específicas do trabalho¹³; a circular enviada a todos os Conselhos Executivos dos Agrupamentos de Escolas a informar os objectivos e metodologia seguida; os contactos estabelecidos com membros dos Conselhos Executivos dos Agrupamentos Escolares, das escolas EB23, das Escolas Básicas Integradas, das Escolas Secundárias, bem como, com professores e educadores de diversos níveis de ensino, com responsáveis e professores de Escolas Profissionais, com representantes de Associações culturais, recreativas e de Desenvolvimento Local, entre outros, aquando das visitas efectuadas a cada concelho; as reuniões de trabalho realizadas com os técnicos responsáveis pela área educativa em cada autarquia.

No âmbito das condições de execução técnica definidas no protocolo estabelecido entre a ESEB e a AMBD foi garantido espaço e meios para que os dispositivos, possíveis, de participação funcionassem.

2.2. Procedimentos metodológicos específicos para a concepção da Carta Educativa do concelho de Cuba

Conscientes de que a qualidade do Sistema Educativo não depende apenas da valorização dos espaços de aprendizagem, a Carta Educativa deve expressar a mobilização de toda uma comunidade local que reconhece nos agentes educativos os vectores principais da necessária animação, mediação e concertação de vontades na promoção e procura constante da qualidade e adequabilidade do sistema educativo local aos desafios colocados por uma sociedade cada vez mais exigente com as competências dos seus cidadãos.

A Carta Educativa de Cuba fez-se em parceria. Num primeiro nível, e no âmbito do protocolo estabelecido entre a AMDB (actual AMBAAL) e a ESEB, numa parceria de coordenação e execução

¹³ Refere-se em particular os ofícios enviados pela equipa de coordenação da ESEB a 26 de Janeiro de 2004 para os Conselhos Municipais de Educação e Agrupamentos de Escolas.

técnica assegurada pelas equipas da ESEB e da Câmara Municipal de Cuba. Num segundo nível, pela colaboração de todos os parceiros locais que integram e estruturam a rede educativa local, a saber: Agrupamento Vertical de Escolas de Cuba, Santa Casa da Misericórdia de Cuba, Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente, Educação Extra-escolar e Educação e Formação de Adultos de Cuba, e Escola Profissional Fialho de Almeida, delegação de Cuba.

A colaboração destes implicou a disponibilização de dados de diversa natureza, que permitiram caracterizar a evolução recente e a situação actual da rede educativa do concelho e fundamentar, conjuntamente com os dados obtidos através do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estatística, as propostas de reconfiguração/reordenamento da rede educativa.

É importante destacar a participação efectiva e disponível das entidades referidas. A informação solicitada visou, nomeadamente: (i) a caracterização do parque escolar ao nível dos recursos disponíveis e da tipificação dos principais problemas e potencialidades detectadas; (ii) a identificação do número de alunos a frequentar a escola no ano lectivo de 2005/2006 (uma vez que no momento de recolha dos dados se encontravam disponíveis na D.R.E.A. apenas o registo do número de matrículas até ao ano de 2004/05) e (iii) a identificação do pessoal docente e não docente afecto durante o período 1999/00 a 2005/2006. A equipa da Câmara Municipal de Cuba forneceu parte da informação que serviu de base à caracterização da situação socio-económica, das áreas de intervenção da autarquia no domínio educativo, bem como, as informações necessárias à descrição da situação educativa do concelho.

Os resultados deste trabalho conjunto formalizam-se no texto que a seguir se apresenta.

PARTE II.

**O CONCELHO DE CUBA:
CARACTERIZAÇÃO**

1. Caracterização socio-económica

1.1. Elementos geográficos e territoriais

O concelho de Cuba situa-se a 18Km a norte da cidade de Beja, pertencendo ao distrito de Beja. Com uma área de 173Km², o concelho é limitado a Norte pelos concelhos de Viana do Alentejo e Portel, a Este pelo concelho da Vidigueira; a Sul pelo concelho de Beja e a Oeste pelos concelhos de Ferreira do Alentejo e Alvito.

Figura 1. Mapa do concelho de Cuba.



Fonte: <http://viajar.clix.pt>.

Actualmente o concelho é constituído por quatro freguesias: Cuba, Faro do Alentejo, Vila Alva e Vila Ruiva. O concelho não é directamente atravessado por nenhuma via de comunicação principal (IP), ficando, contudo, relativamente próximo dessas vias (a 5 km do IP2 e a 20km, do IP8), o que torna a sua acessibilidade fácil em todas as direcções. É servido por transportes públicos ferroviários e rodoviários que o ligam às principais cidades da região (Beja e Évora) e à capital do país. A sede do concelho está à distância de 18 km de Beja e a 52 km de Évora, cidades às quais os habitantes recorrem com facilidade para satisfazer as suas necessidades de serviços e comércio, mais limitadas no concelho.

1.2. Elementos demográficos

Em 2001, a população do concelho correspondia a 4994¹⁴ habitantes, repartidos entre as quatro freguesias que o compõem, sendo a densidade populacional de 28,9 habitantes por Km². Este concelho é, juntamente com Alvito e Barrancos, um dos menos populosos do Baixo Alentejo (corresponde a 4% do total da população desta região) e, igualmente, do Distrito de Beja (corresponde a menos de 1% do total da população do distrito).

¹⁴ Dados do recenseamento de 2001.

Num comentário sintético sobre as características demográficas deste concelho, pode dizer-se que ele se encontra envelhecido e depauperado em termos populacionais, tal como a generalidade da região do Alentejo em, particular, os concelhos do Baixo-Alentejo. Entre 1991 e 2001, a população do concelho decresceu, em média, por ano, cerca de 0,8 indivíduos por cada 100 residentes.

Comparando a variação populacional da população dos concelhos que compõem o distrito de Beja, entre os momentos censitários 1991 e 2001, verifica-se que Cuba apresenta um dos decréscimos populacionais mais altos (9,5%), só ultrapassado por Aljustrel, Mértola, Ferreira do Alentejo que sofreram perdas superiores a 10%, e Almodôvar que registou uma perda populacional semelhante à do concelho de Cuba. Globalmente, a região Alentejo registou um decréscimo populacional de 0,7% e a sub-região Baixo Alentejo de 5,5%.

Zona	1991	2001	Varição%
Alentejo	782331	776585	-0,7
Baixo Alentejo	143020	135105	-5,5
Aljustrel	11990	10567	-11,9
Almodôvar	8999	8145	-9,5
Alvito	2650	2688	1,4
Barrancos	2052	1924	-6,2
Beja	35827	35762	-0,2
Castro Verde	7762	7603	-2,0
Cuba	5494	4994	-9,1
Ferreira do Alentejo	10075	9010	-10,6
Mértola	9805	8712	-11,1
Moura	17549	16590	-5,5
Odemira	26418	26106	-1,2
Ourique	6597	6199	-6,0
Serpa	17915	16723	-6,7
Vidigueira	6305	6188	-1,9

Tabela 1. População residente no Alentejo, Baixo Alentejo e Concelhos, em 1991 e 2001.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

A maioria da população residente no concelho está concentrada na freguesia de Cuba, que é sede de concelho (62,6% do total), repartindo-se a restante, 37,4% do total, pelas 3 outras freguesias do concelho.

Freguesia	1991			2001		
	HM	H	M	HM	H	M
Cuba	3428	1696	1732	3124	1515	1609
Faro do Alentejo	664	321	343	621	305	316
Vila Alva	696	352	344	624	293	331
Vila Ruiva	706	332	374	625	312	313
Total	5494	2701	2793	4994	2425	2569

Tabela 2. População residente no concelho de Cuba, por freguesias em 1991 e 2001.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Entre 1991 e 2001, Vila Ruiva foi a freguesia que perdeu mais população (-11,47%), seguindo-se Vila Alva (-10,34% nos anos 90). Faro do Alentejo foi a freguesia onde se observou um decréscimo

menos expressivo de população (-6,47%), evidenciando, assim, a este nível, um melhor desempenho do que o registado para a sede de concelho (-8,87%).

Este processo de contínuo despovoamento não foi compensado pelo crescimento natural da população, apesar de o concelho apresentar uma das taxas de natalidade mais altas do distrito.

A migração é um dos factores responsáveis pelo envelhecimento da população residente - são os grupos etários mais jovens que, sucessivamente, abandonam o concelho em busca de outras oportunidades, deixando de aí criar os seus filhos e contribuir para a renovação das gerações. A perda de população em idade fértil e a diminuição geral do número médio de filhos por casal contam-se entre as causas do envelhecimento e da diminuição da população.

Grupos etários	1991 (%)	2001 (%)
0-14	935 (17%)	700 (14%)
15-24	677 (12%)	636 (13%)
25-64	2646 (48%)	2384 (48%)
65+	1236 (23%)	1274 (25%)
Total	5494 (100%)	4994(100%)

Tabela 3. População residente, no concelho de Cuba em 1991 e 2001, por grupos etários, em valores absolutos e em %.

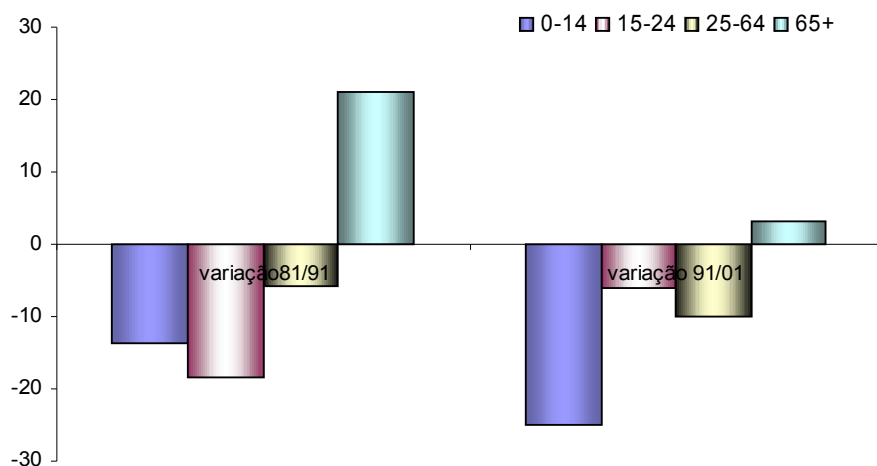
Fonte: INE, Censos 1991, 2001.

Relativamente à estrutura etária da população, observa-se, ao longo das duas décadas em análise, um acentuado desequilíbrio. Por um lado, registou-se uma diminuição do peso relativo do grupo etário dos jovens (0-14) na população total (passou de 17% para 14%) e, por outro lado, o peso do grupo etário dos idosos aumentou progressivamente (de 23% para 25%), contribuindo assim para um acentuar de uma situação de duplo envelhecimento populacional.

Na análise dos dados representados no Gráfico 1, podemos igualmente verificar que:

- entre 1981 e 2001, o grupo etário dos 0-14 anos teve um crescimento negativo de -35,42%;
- o grupo dos 15-24 anos de -23,37%;
- o grupo dos 25-64 anos de -15,00%;
- e o grupo dos 65 anos teve um crescimento positivo de 24,77%.

Gráfico 1. Variação da população residente no concelho de Cuba, por grupos etários, 1981/1991 e 1991/2001.



Fonte: INE, Censos 1981, 1991, 2001.

A situação de envelhecimento na base, e a tendência para a sua perpetuação, é visível nos valores da taxa de natalidade. Mais uma vez se constata a situação demográfica depressiva de Cuba, com valores encontrados para o concelho consideravelmente menos optimistas do que os valores observados para o país, para o Alentejo e para a região do Baixo-Alentejo, quer ao nível da taxa de natalidade quer ao nível do índice de envelhecimento.

Em 2002, o índice de envelhecimento¹⁵ atingia os 184 idosos por cada 100 jovens do concelho. Um valor consideravelmente superior ao que se regista a nível nacional (108,7%), à média da região Alentejo (168%) e à média da sub-região Baixo-Alentejo (177,8%). As previsões demográficas para o país sustentam que este fenómeno tende a acentuar-se até ao ano 2010, afectando particularmente as regiões do interior como o Alentejo.

Zona	Taxa de natalidade ‰	Taxa de mortalidade ‰	Índice de envelhecimento %	Saldo natural
Cuba	7,3	16,5	184,3	-44
Alentejo	9,2	13	170,4	-2895
Baixo Alentejo	9	15,2	177,8	-803
Portugal	10,4	9,7	108,7	56121

Tabela 4. Indicadores demográficos, no concelho de Cuba, no Alentejo, Baixo Alentejo e no país, 2002. Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo (2000 a 2003).

1.3. Actividade Económica e Emprego

¹⁵ Relação entre a população idosa e a população jovem: população com 65+ anos/população entre os 0-14 anos.

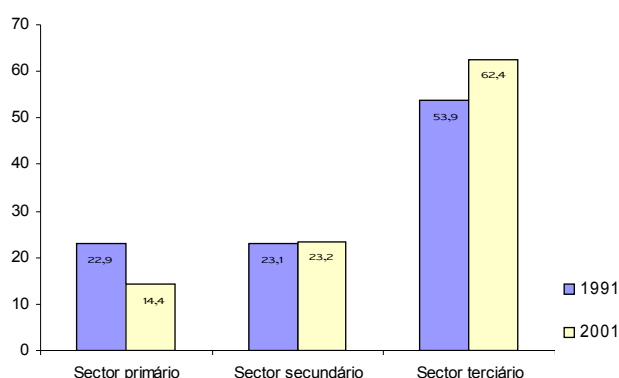
1.3.1. Actividade económica

À semelhança do que aconteceu na região Alentejo, também em Cuba, o sector primário perdeu importância na actividade económica. Esta diminuição do peso da agricultura é visível no aumento do desemprego dos trabalhadores agrícolas e na diminuição do peso económico deste grupo profissional - em 1981, os trabalhadores agrícolas representavam 35,8% da população activa, tendo diminuído para 22,9% em 1991 e para 14,42% em 2001.

A área média de superfície agrícola útil (SAU) por exploração apresenta um valor inferior à média regional já que 58% das explorações agrícolas deste concelho têm menos do que 5 hectares. Mais de metade da SAU é ocupada por culturas temporárias (51%) e por prados e pastagens permanentes (27%).

O sector industrial é constituído por pequenas unidades empresariais de carácter familiar, cujas actividades principais são, entre outras, a carpintaria, calçado tradicional, serralharia civil e produtos alimentares. Este sector ocupava, em 1991, 23,13% da população activa e em 2001, 23,22%, verificando-se uma variação mínima quanto ao total da população activa associada a este sector. Em contrapartida, o sector terciário, que ocupava 53,9% em 1991, passou a ocupar, em 2001, 62,35% de população activa, sendo de destacar que as principais entidades empregadoras deste sector no concelho são: a Câmara Municipal, as Santas Casas da Misericórdia de Cuba e Vila Alva e os estabelecimentos de ensino. O pequeno comércio e restauração absorvem, também, uma parte significativa da mão-de-obra. Conclui-se, deste modo, uma tendência para a terciarização da economia deste concelho e uma acentuada redução do peso das actividades do sector primário.

Gráfico 2. Sectores de actividade económica no concelho de Cuba em 1991 e 2001.



Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

As freguesias onde o sector primário ocupa maior número de activos são, respectivamente, Vila Alva e Vila Ruiva, onde 44,9% e 30,8% da população residente trabalha na agricultura. Em Faro do Alentejo cerca de 19%, e finalmente na sede de concelho 17,3% da população ocupa-se com actividades agrícolas.

Freguesia	SAU ha	População Agrícola	População Residente
Cuba	8090	541	3124
Faro do Alentejo	1834	118	621
Vila Alva	2126	280	624
Vila Ruiva	1377	193	625

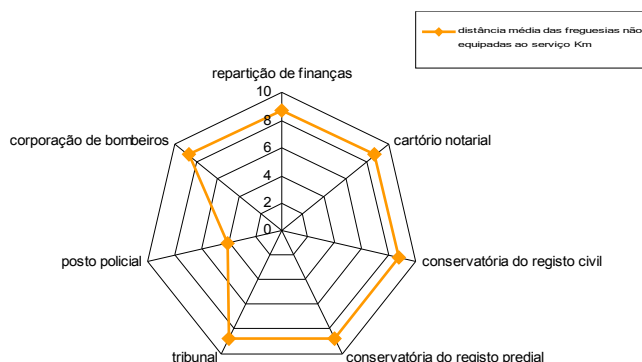
Tabela 5. Importância do Sector Agrícola por freguesia, em 2001.
Fonte: INE, Censos 2001.

Apesar do recuo da importância deste sector, o concelho de Cuba detém ainda uma forte componente rural no emprego e na actividade económica. Um indicador que revela o dinamismo da actividade económica é o número de sociedades e empresas sedeadas no concelho. No final de 2002¹⁶, existiam 508 empresas sedeadas em Cuba, das quais 45 (8,9%) no sector secundário mais especificamente na indústria transformadora. Refira-se que as empresas com sede no concelho representam 3,7% do total de empresas com sede no Baixo Alentejo e 0,6% das empresas com sede no Alentejo¹⁷.

1.3.1.1. Procura de bens e serviços

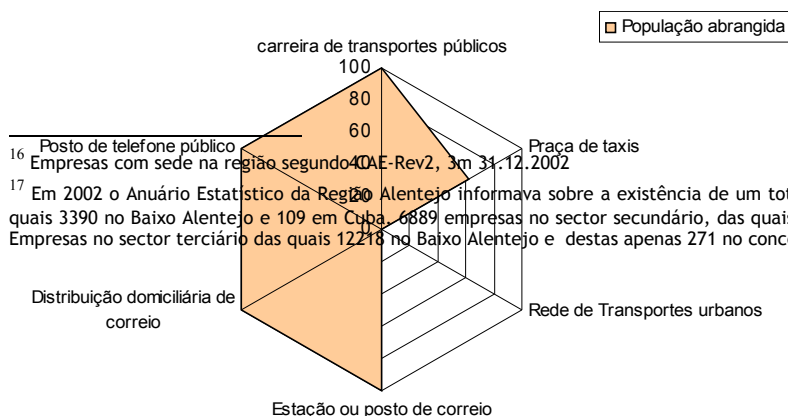
A procura de bens e serviços (medicamentos, livros, médicos) é, na generalidade, satisfeita na sede de concelho, onde as pessoas resolvem quase 90% das suas necessidades. As freguesias de residência têm alguma importância apenas na oferta dos bens menos raros como os alimentos e o vestuário.

Gráfico 3. Distância média das freguesias não equipadas em relação a serviços públicos.



Fonte: INE, Municípios do Alentejo 2003.

Gráfico 4. Freguesias cobertas pelos serviços de transportes e comunicações.



¹⁶ Empresas com sede na região segundo CAE-Rev2, em 31.12.2002

¹⁷ Em 2002 o Anuário Estatístico da Região Alentejo informava sobre a existência de um total de 18665 empresas no sector primário, das quais 3390 no Baixo Alentejo e 109 em Cuba. 6889 empresas no sector secundário, das quais 954 no Baixo Alentejo e 128 em Cuba. 61972 Empresas no sector terciário das quais 12218 no Baixo Alentejo e destas apenas 271 no concelho de Cuba.

Fonte: INE, Municípios do Alentejo 2003.

De um modo geral, pode dizer-se que a cobertura abrange 100% da população em relação a bens alimentares de primeira necessidade; todas as freguesias têm pelo menos um minimercado e estabelecimentos de bebidas.

Todas as freguesias gozam ainda de equipamentos e serviços como distribuição de água, saneamento, recolha de lixo ou carreira de transportes públicos, correio e telefone público.

Mais de metade da população (62,4%) do concelho está abrangida por serviços públicos como finanças, conservatória ou banca. A distância média a percorrer para ter acesso a esses bens e serviços é de 9 km.

1.3.2. Emprego

A Taxa de desemprego era de 15,9% em 1991, tendo diminuído para 13% em 2001. Em 2001 o desemprego afectava duas vezes mais mulheres do que os homens - tradicionalmente um grupo de risco na sociedade por possuir, em geral, menos qualificações do que o sexo masculino e menos possibilidades de acesso ao mercado de trabalho - ainda que tenha registado uma diminuição, comparativamente a 1991.

A taxa de actividade¹⁸ aumentou de 36,2% em 1991 para 38,8% em 2001. A taxa de actividade das mulheres subiu comparativamente a 1991 mas também proporcionalmente em relação à dos homens. Este valor revela uma participação maior das mulheres no mercado de trabalho.

Indicador	1991			2001		
	HM	H	M	HM	H	M
Taxa de Desemprego	15.9	8,7	30	13	6,4	13
Taxa de Actividade	36.2	48,7	24,1	38.8	47,5	30,6

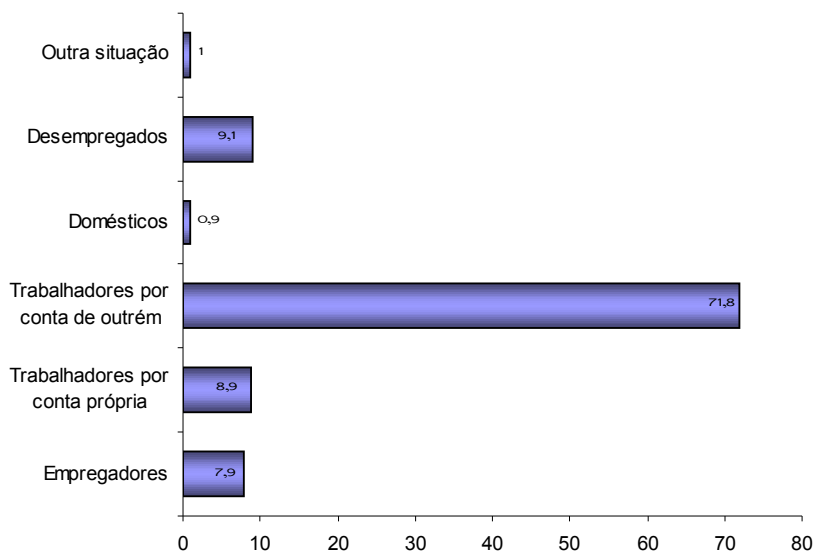
Tabela 6. Comparação da situação perante o emprego entre sexos, 1991 e 2001.
Fonte: Censos 2001.

¹⁸ Taxa que permite definir o peso da população activa sobre o total da população: População activa/população total*100.

1.3.2.1. Situação perante o trabalho

A situação perante o trabalho diagnosticada pelos censos em 2001 era a seguinte:

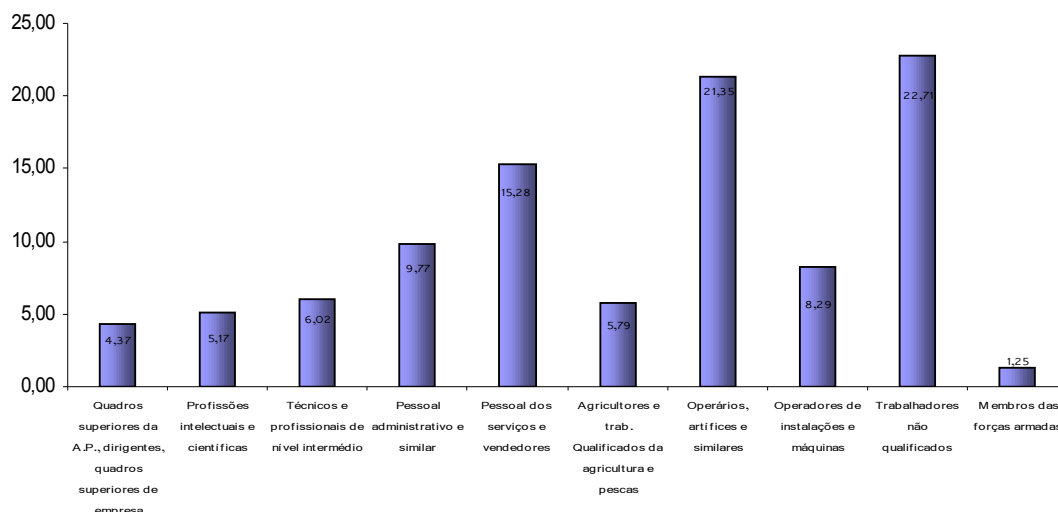
Gráfico 5. Situação perante o trabalho em 2001.



Fonte: Censos de 2001.

Cerca de 72% da população empregada trabalhava por conta de outrem, e apenas 9% por conta própria. O sector terciário emprega a maioria da população trabalhadora, porém uma análise mais detalhada confirma que são as profissões manuais e menos qualificadas que ocupam mais activos no concelho.

Gráfico 6. População empregada segundo a profissão, 2001.



Fonte: INE, Censos 2001.

O trabalho pouco qualificado e de natureza manual caracteriza a estrutura do emprego no concelho. A registar o baixo número de quadros superiores e especializados no total da força trabalhadora. Em termos comparativos pode dizer-se que Cuba detém, no total, menos quadros superiores e especializados do que a média da região Alentejo (5,9%), menos agricultores (6,1%), mas mais operários e artífices (18,5%).

1.4. Educação e Ensino

Neste ponto apresentamos indicadores relativos à estrutura de habilitações e escolarização da população. Para uma análise dos equipamentos, docentes discentes e não docentes remetemos o leitor para o ponto 2 da presente parte.

1.4.1. Habilitações literárias e escolarização

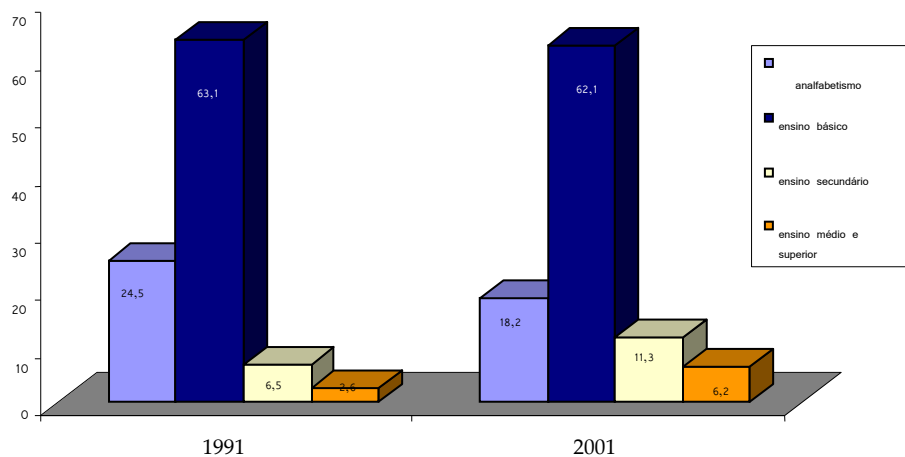
O nível geral de habilitações da população é baixo. A elevada taxa de analfabetismo, que subsiste em 2001 (18,2%, em comparação com os 24,5% de 1991) é um indicador ilustrativo ao qual acresce, ainda, o peso excessivo das habilitações de 1º e 2º ciclo e o peso incipiente da população com o ensino secundário e superior completos.

Se no que diz respeito aos estratos etários em idade escolarizável o dispositivo educativo tem cumprido os seus objectivos, o mesmo não se pode concluir quando analisamos as habilitações da população em geral, e em particular, da população em idade activa.

No gráfico seguinte encontram-se os principais indicadores que caracterizam as habilitações e a sua evolução entre censos. Conclui-se que, apesar do crescimento positivo da população com níveis de escolarização mais elevados, sobretudo entre os grupos etários mais jovens, a estrutura

geral não se altera. O peso relativo de indivíduos com habilitações mais baixas é muito elevado na globalidade da população.

Gráfico 7. Estrutura das habilitações da população: evolução no período intercensitário 1991/2001.



Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

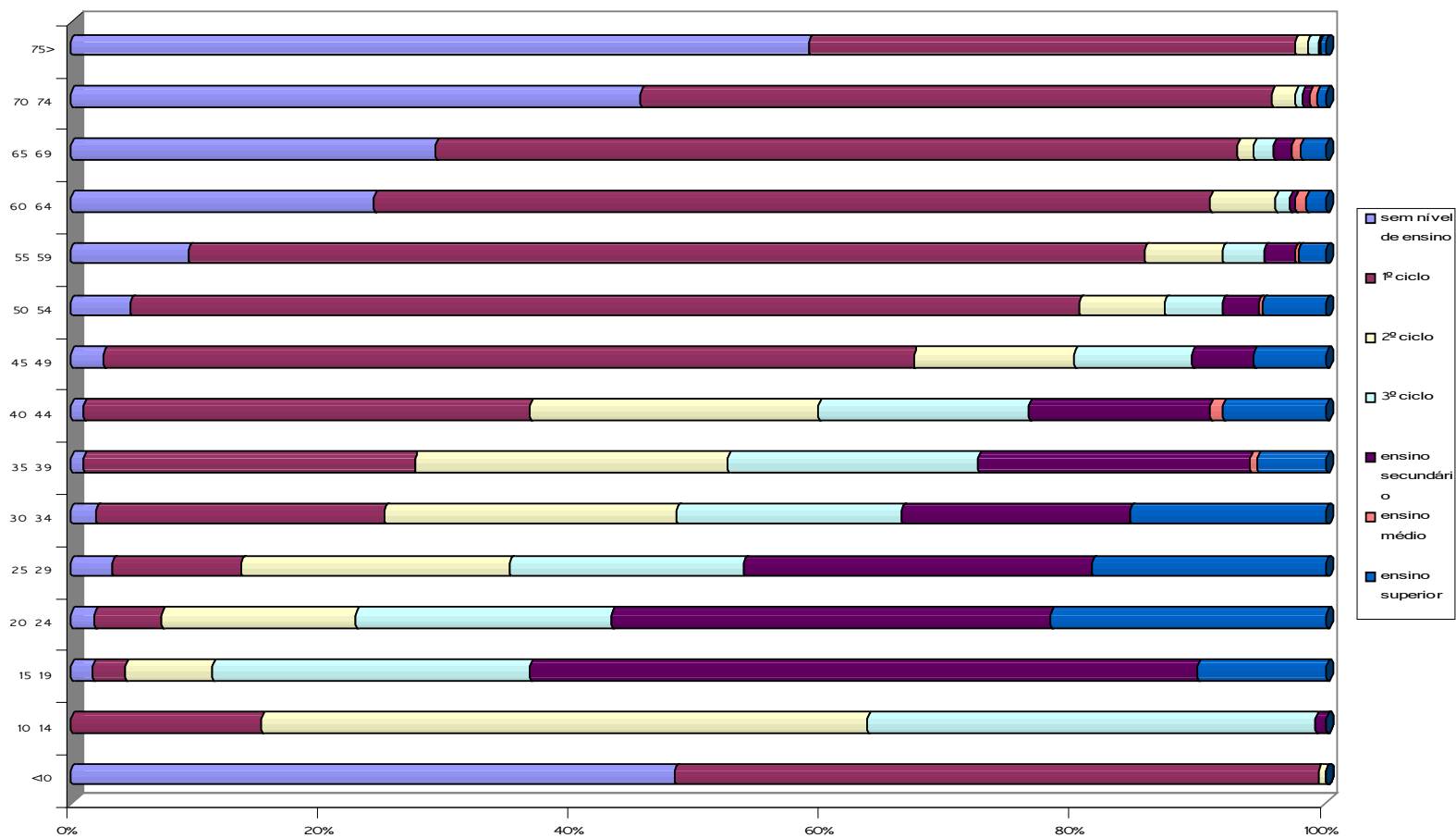
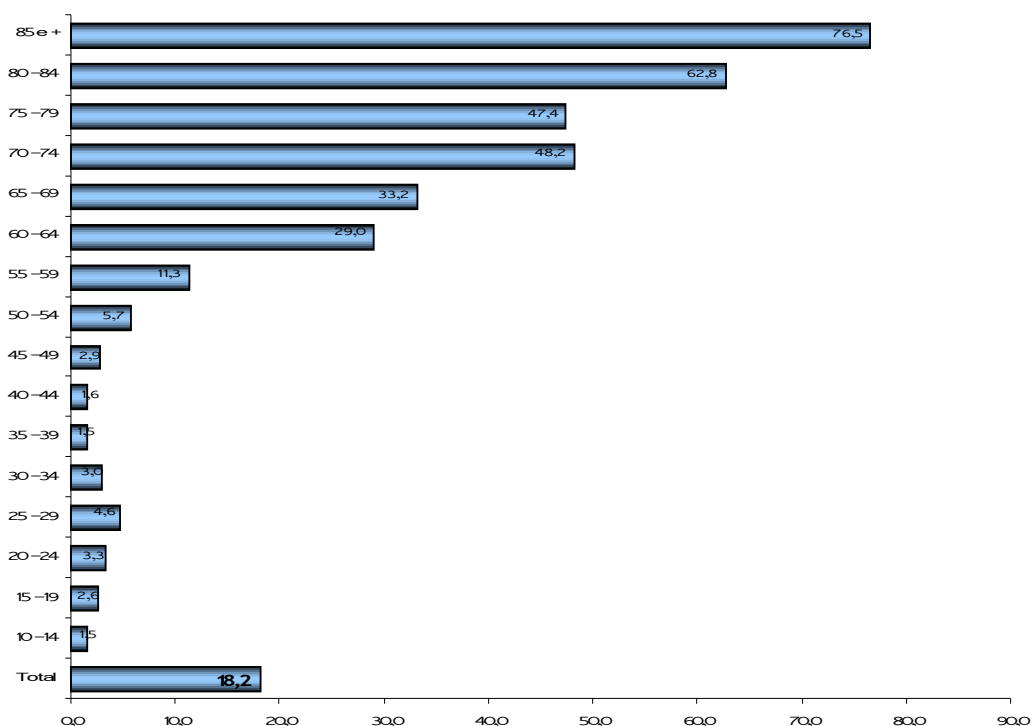


Gráfico 8. Estrutura das habilitações da população por grupos etários, em 2001.
 Fonte: INE, Censos 2001

Os dados apresentados no gráfico permitem corroborar as conclusões anteriores: de facto nos grupos etários mais velhos predominam níveis de escolaridade mais baixos ou a ausência de habilitações. O aumento do nível geral de habilitações deve-se aos grupos etários mais jovens que estão, maioritariamente, inseridos no sistema de ensino.

Porém subsistem, apesar de residuais, casos de ausência total de um grau de ensino completo a partir dos 15 anos, facto que é preocupante.

Gráfico 9. Taxa de analfabetismo por grupo de idade, em 2001.



Fonte: INE, Censos 2001.

1.5. Acção social e saúde

Os contrastes sociais e económicos e o grau de urbanização/litoralização dos concelhos tendem a reflectir-se no estado geral de saúde e bem-estar da população. Por essa razão os desequilíbrios na distribuição populacional tendem a revelar-se por exemplo, na oferta de saúde: camas hospitalares, médicos e outros recursos de apoio ao bem-estar geral.

1.5.1. Acção social

Quanto à acção social analisam-se alguns indicadores e equipamentos.

Equipamentos

Quanto à estrutura dos equipamentos e à sua cobertura no concelho, verificamos que a cobertura da rede social não abrange a totalidade da população; porém as distâncias médias que as separam dos equipamentos são curtas.

Equipamento	Freguesias equipadas		Distância média das freguesias não equipadas ao serviço Km	Capacidade
	% Das freguesias equipadas	População abrangida		
Apoio à infância				
Creche	25	62,4	8,7	40
Jardim-de-infância	100	100	X	--
Apoio à terceira idade				
Lar de idosos	50	75,1	4	130
Centro de dia	75	87,3	X	40
Apoio domiciliário	50	75,1	4	--
Centros de convívio	100	100	X	--

Tabela 7. Equipamentos de acção social.

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo 2001.

Os dados demonstram que, no sector da economia social, há margem para crescimento, particularmente se os critérios de distribuição mudarem em função da composição etária da população, das suas necessidades e estrutura socio-económica.

1.5.2. Saúde

Os indicadores de Saúde em 2002¹⁹ eram os seguintes:

- Médicos/1000 habitantes: 0,8
- Pessoal de enfermagem/1000 habitantes: 1,2
- Farmácias/10000 habitantes: 2
- Consultas por habitante: 3,8
- Taxa média de mortalidade infantil1998/2002: 4,7%²⁰
- Taxa de mortalidade: 19,6 ‰

Índice sintético de saúde [Hospitais, centros de saúde/10000km²]: 0,56

O rácio nacional estabelece como satisfatória a razão de 1 médico por cada 1500 habitantes, pelo que, neste caso, se Cuba encontra dentro destes limites. Verifica-se igualmente que a população se encontra, na totalidade, servida de médico dada a cobertura garantida pelos postos de saúde ou respectivas extensões. Porém, verifica-se que este facto não contribui significativamente para melhorar o estado geral de saúde das populações mais desfavorecidas. Por um lado a continuidade e a articulação com os serviços mais especializados é deficitária. Por outro, a influência de factores como o envelhecimento e o baixo nível de habilitações da população faz-se sentir no acesso à informação e na percepção adequada sobre um bom estado de saúde. As distâncias geográficas são pouco importantes quando comparadas com outras de natureza socio-económica.

Equipamento	Nº de Unidades	Capacidade	Cobertura	Nº pessoas ao serviço
Centros ou extensões do Centro de Saúde	4	s/ internamento	100%	Pessoal ao serviço (total): 24 Pessoal médico: 4
Farmácias e postos de medicamentos	3	---	75,1%	Profissionais de farmácia: 3

Tabela 8. Equipamentos de Saúde e pessoal ao serviço em Cuba, 2001.

Fonte: INE (2001); e Câmara Municipal de Cuba/Serviço de Acção Social e Cultural, 2006.

1.6. Cultura e associativismo

Neste ponto analisa-se o conjunto dos equipamentos e actividades de natureza cultural e desportiva. O associativismo, nas suas diferentes formas e objectivos é, por um lado, manifestação de uma sociedade mais activa e, por outro, promotora de um desenvolvimento mais próximo dessa sociedade. Por esta razão, o número de associações activas numa dada comunidade reflecte, em boa parte, a dinâmica da respectiva população.

¹⁹ Fonte: INE, Anuário da Região Alentejo 2003.

²⁰ No mesmo quinquénio a taxa de mortalidade infantil no país foi de 6,3‰.

1.6.1. Cultura e desporto

Equipamento	% Freguesias cobertas	População abrangida	Localização
Biblioteca aberta ao público	25	62,4	Cuba
Centro cultural	50	75,2	Cuba, Vila Alva
Edifício polivalente	25	62,4	Vila Ruiva
Insectozoo	25	12,5	Vila Ruiva

Tabela 9. Equipamentos Culturais.

Fonte: INE, Municípios do Alentejo 2001; Câmara Municipal de Cuba/Serviço de Acção Social e Cultural, 2006.

Em termos de equipamentos culturais o concelho de Cuba conta com uma nova biblioteca inaugurada em 2004, com um acervo de 32419 documentos (registados no ano de 2002).

O concelho dispõe, ainda, de centros culturais instalados em duas freguesias (Cuba e Vila Alva) equipados para projectar cinema (1 sessão mensal) e mostrar espectáculos (teatro ou musicais). O edifício polivalente de Vila Ruiva apresenta as mesmas valências. A gestão e dinamização destes espaços cabe à Câmara Municipal e respectivas Juntas de Freguesia, podendo ainda ser disponibilizado para ser utilizado por outros agentes.

Equipamento	% Fregs. cobertas	Pop. abrangida	Localização e nº de unidades	Data	Propriedade	Gestão
Campo de Futebol de 11	100	100	Cuba	1970	Autarquia	Autarquia
			Vila Alva	1983	António Sousa	CDVila Alva
			Vila Ruiva (2)	1980	J.Freguesia/Autarquia	J.Freguesia
			Faro do Alentejo	1980	J.Freguesia	JFreguesia
Polidesportivo	100	100	Cuba	1984	M.Educação	E.B.integrada de Cuba
			Vila Alva	1991	JFreguesia	JFreguesia
			Vila Ruiva	1992	JFreguesia	JFreguesia
			Faro do Alentejo	1989	JFreguesia	JFreguesia
Sala de Desporto	25	62,4	Cuba	1982	M.Educação	E.B.integrada de Cuba
Piscina coberta	25	62,4	Cuba (1)	1999	Autarquia	Autarquia
Campo de ténis	25	62,4	Cuba (2)	1988	Autarquia	Autarquia

Tabela 10. Equipamentos e actividades desportivas.

Fonte: IND, 2003; Câmara Municipal de Cuba/Serviço de Acção Social e Cultural, 2006.

Todas as freguesias possuem campo de futebol de 11 e Polidesportivo. Em regra estes equipamentos são geridos pela Junta de Freguesia e/ou pelo clube desportivo.

A actividade desportiva é fortemente marcada pelas competições regionais de futebol. Porém outras modalidades se destacam neste concelho - ciclismo e BTT - que contam com a sua própria agenda de actividades/competições e, ainda, a patinagem artística.

Quadro 1. Agentes Culturais, desportivos e recreativos existentes no concelho de Cuba.

Agentes	Localização
<ul style="list-style-type: none"> • Grupo Coral Ceifeiros de Cuba • Grupo coral Os Cubenses Amigos do Cante • Grupo coral feminino Flores do Alentejo • Grupo coral os Corticeiros de Vila Alva • Grupo coral feminino As Amigas do Campo • Grupo coral feminino Ceifeiras do Alentejo • Grupo coral de São Luís de Faro do Alentejo • Grupo vocal e instrumental Espigas Douradas • Sociedade Filarmónica Cubense 1º de Dezembro • Banda Nova Geração • RebellionSouls 	<ul style="list-style-type: none"> Cuba Cuba Cuba Vila Alva Faro do Alentejo Cuba Faro do Alentejo Cuba Cuba Cuba Cuba
<ul style="list-style-type: none"> • Sporting Clube de Cuba • Vila Ruiva Futebol Clube • Grupo Desportivo e Recreativo de Faro do Alentejo • Sociedade Recreativa Os Aliados de Vila Ruiva • Sociedade Recreativa e Desportiva de Albergaria dos Fusos • Clube de Patinagem Artística de Cuba • Centro de Ciclismo de Cuba • Sociedade Columbófila Cubense • Centro Cultural e Desportivo de Vila Alva 	<ul style="list-style-type: none"> Cuba Vila Ruiva Faro do Alentejo Vila Ruiva Albergaria dos Fusos Cuba Cuba Cuba Vila Alva
<ul style="list-style-type: none"> • Escola de Música Cubense (Não Activa) 	<ul style="list-style-type: none"> Cuba
<ul style="list-style-type: none"> • Núcleo de Amigos da Cuba • Associação de Reformados, pensionistas e idosos do concelho de Cuba • Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cuba • Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas do Concelho de Cuba 	<ul style="list-style-type: none"> Cuba

Fonte: INE, Municípios do Alentejo 2001 e Câmara Municipal de Cuba/Serviço de Acção Social e Cultural, 2006.

À semelhança do que acontece noutros concelhos desta região, o cante alentejano detém um lugar especial na dinamização cultural da comunidade. Existem grupos corais em todas as freguesias com a capacidade de mobilizar grupos etários que, tradicionalmente, estão afastados de outras iniciativas culturais. A destacar ainda a existências de bandas/grupos musicais em segmentos diferentes e mais vocacionados para públicos mais jovens.

1.6.2. Dinâmica cultural e desportiva

O concelho apresenta um conjunto de actividades de carácter permanente que integram as agendas de programação, entre as quais:

- Feira Anual - Festa do Pão;
- Rota do Fresco (que inclui um circuito concelhio: Cuba-Vila Alva-Vila Ruiva e Faro do Alentejo e um circuito inter concelhio: Cuba-Alvito-Vidigueira-Portel);
- Festas e Romarias religiosas.
- Feira de São Martinho.

Quadro 2. Programação de festas e romarias no concelho de Cuba, durante um ano.

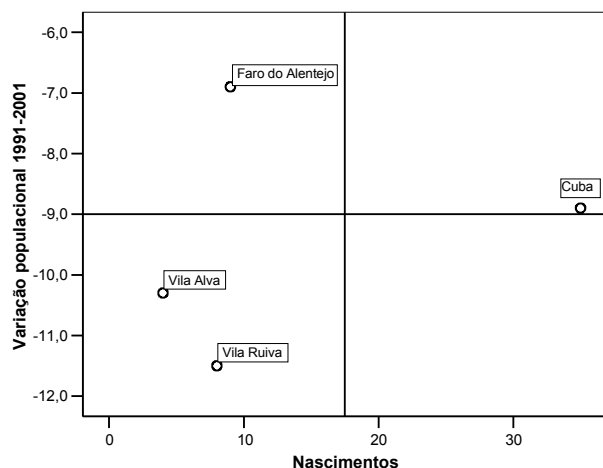
Nome da Festa	Descrição da Festa	Entidade Organizadora
Curso Carnavalesco	Popular	C.M.C. e Grupos de munícipes
Festa do Senhor dos Passos	Religiosa	Comissão Festas Casa Paroquial de Cuba
Procissão das Velas	Religiosa (procissão nocturna)	Comissão Festas Casa Paroquial de Cuba
Procissão da Páscoa	Religiosa	Comissão Festas Casa Paroquial de Cuba
Romaria ao Campo	2ªfeira de Páscoa - Popular Feriado Municipal	Organização de Grupos Particulares
Feriado Nacional	<i>25 de Abril</i>	
Feira Leader Já não se realiza.	Regional	Comissão Leader Câmara Municipal de Cuba
Mastros Santos Populares	Popular	Câmara Municipal de Cuba Bairros locais
Grupos Corais e Folclore	Etnográfica	Organização "Ceifeiros de Cuba" apoio C.M. Cuba
Encontro Corais do Alentejo	Etnográfico	Organização "Flores do Alentejo" apoio C.M. Cuba
Festa da N. Srª da Rocha	Religioso e Popular	Comissão Festas Casa Paroquial
Feira Anual de Cuba	Popular	Câmara Municipal de Cuba
Cante ao Menino	Popular	Grupo Coral "Os Cubenses Amigos do Cante"

Fonte: CMC, 2006.

1.7. Uma análise das dinâmicas territoriais a partir do posicionamento das freguesias

No último momento da caracterização apresenta-se uma exploração gráfica sobre o posicionamento das freguesias no concelho. Estes esquemas gráficos têm por base indicadores que cobrem itens tais como: território e demografia, educação, saúde e acção social e cultura. No que diz respeito à dimensão de análise **território e demografia** considera-se a seguinte informação: área total da freguesia, densidade populacional, variação na população entre 1991-2001, nascimentos, % da população a trabalhar na agricultura e Superfície Agrícola Utilizada (SAU).

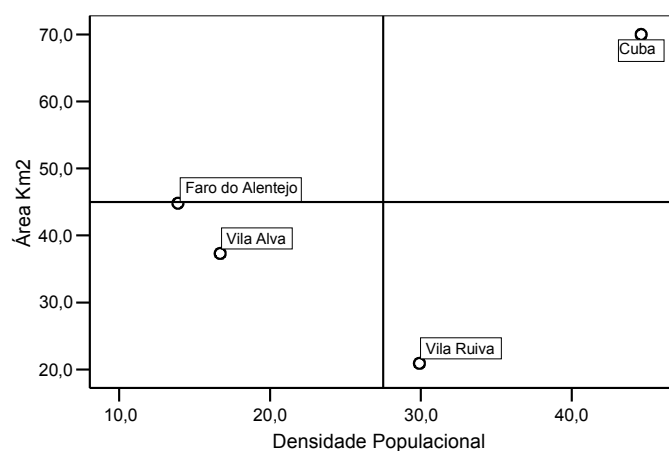
Gráfico 10. Dinâmica demográfica das freguesias do concelho de Cuba.



Fonte: Estudalentejo, 2006.

O gráfico reforça conclusões já avançadas no I ponto da caracterização: a perda de população caracteriza a maioria das freguesias do concelho de Cuba ao longo da década de 90. Destaca-se a freguesia de Faro do Alentejo com a menor variação populacional (ainda que negativa) e a sede de concelho com o maior número de nascimentos.

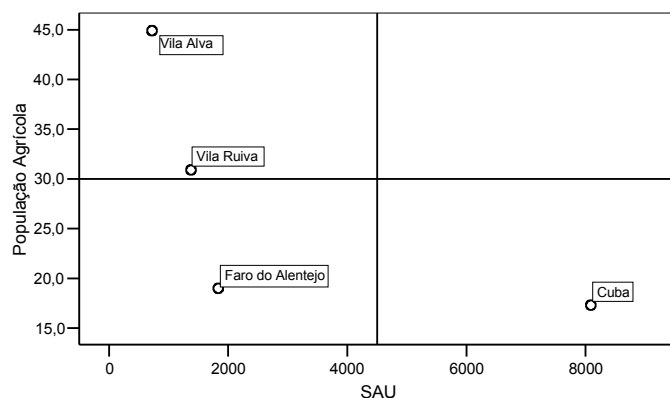
Gráfico 11. Densidade populacional, por freguesia.



Fonte: Estudalentejo, 2006.

Cuba é a freguesia com maior área geográfica e maior concentração de habitantes por Km². A densidade média do concelho era de 27,8 habitantes por Km² em 2004 (segundo a informação mais recente disponível no INE) tendo descido relativamente a 2001, altura em que os valores se situavam em 29 habitantes por Km². Duas freguesias ultrapassam esse valor: Cuba (45) e Vila Ruiva (30). Recorde-se que a densidade populacional no Baixo Alentejo era, em 2001, de 16 habitantes por Km².

Gráfico 12. Peso da população agrícola por freguesia.



Fonte: Estudalentejo, 2006.

Vila Alva e Vila Ruiva são as freguesias mais rurais do concelho: mais de 30% da sua população trabalha no sector agrícola. Cuba é a freguesia com maior superfície agrícola utilizada, mas menos população afectada a actividades do sector primário, o que revela também um nível maior de mecanização da agricultura.

2. A situação educativa do concelho e evoluções mais recentes

Este capítulo tem como objectivo caracterizar e analisar a evolução da situação educativa no concelho de Cuba, entre os anos lectivos de 1999/00 e 2005/06. Para os ensinos regular e recorrente e para a educação extra-escolar, integrados no subsistema público, os dados foram obtidos junto da Câmara Municipal de Cuba (CMC), da Escola Básica Integrada com Jardim de Infância Fialho de Almeida e dos serviços centrais, regionais e locais do Ministério da Educação, designadamente:

- O Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento (DAPP), actual Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (GIASE);
- A Direcção Regional de Educação do Alentejo (DREA);
- O Centro de Área Educativa do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (CAE-BAAL)²¹.

No que diz respeito ao subsistema particular, cooperativo e de solidariedade social, foi consultada a Santa Casa da Misericórdia de Cuba, em concreto, o Centro Infantil, e, relativamente ao ensino profissional, a delegação de Cuba da Escola Profissional Fialho de Almeida. Os dados referentes à certificação de competências, valência integrada na educação de adultos, foram cedidos pelo Centro de Reconhecimento, Validação e Reconhecimento de Competências da ESDIME (Centro S@ber+)²².

A caracterização do contexto educativo do concelho será feita numa perspectiva longitudinal, nas seguintes dimensões: estabelecimentos de educação e oferta educativa, população discente, docente e não docente.

2.1. Rede educativa do concelho de Cuba

Este sub capítulo trata da especificidade da rede de escolas e de outras entidades promotoras de educação existentes no concelho.

No que se refere à rede escolar, far-se-á a apresentação das tipologias existentes, segundo as freguesias do concelho, tentando apresentar uma análise evolutiva das alterações decorridas ao longo do intervalo de tempo considerado, no sentido de perceber os diferentes níveis de acesso e

²¹ A opção por trabalhar dados de mais do que uma fonte justifica-se pela possibilidade de compor um quadro mais completo da realidade do concelho. Foram encontradas algumas divergências de informação, que apenas serão apresentadas e evidenciadas se se demonstrarem pertinentes para a apreciação da situação em estudo.

²² Através do endereço on-line.

de cobertura disponíveis para os ensinos regular e recorrente. Daremos conta da abertura e do encerramento de escolas, bem como da sua reorganização e adaptação a tipologias. Por último, ocupar-nos-emos da caracterização dos recursos físicos das escolas em funcionamento no ano lectivo de 2005/06 e procuraremos assinalar os principais investimentos e dotações feitos nas escolas do concelho desde o ano lectivo de 1999/00 até à actualidade.

2.1.1. Evolução do número e tipologia dos estabelecimentos de ensino regular

Na Tabela 11 faz-se a sistematização do número de escolas, adoptando-se uma divisão por tipologias e por ciclo de ensino.

Tipologia de estabelecimentos de ensino	Ano Lectivo						
	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
Creche e Jardim-de-infância	1	1	1	1	1	1	1
Jardim-de-infância	4	4	4	3	3	2	2
EB1 (Escola Básica do 1º ciclo)	5	5	5	4	4	2	2
EB1 com JI	0	0	0	1	1	1	1
EBI (Escola Básica Integrada)	1	1	1	1	1	0	0
EBI com JI	0	0	0	0	0	1	1
Escola Profissional	1	1	1	1	1	1	1
Total	12	12	12	11	11	8	8

Tabela 11. Evolução das escolas e jardins-de-infância existentes no concelho de Cuba, entre 1999/00 e 2005/06.

Fonte: DREA, 2006; Agrupamento Vertical de Escolas do concelho de Cuba, 2006; DREA, 2006; Escola Profissional Fialho de Almeida, 2006; Santa Casa da Misericórdia de Cuba, 2006.

Síntese

- Na actualidade, a rede escolar do concelho de Cuba é composta por 8 estabelecimentos de educação.
- Estes proporcionam oferta de educação pré-escolar, de 1º, 2º e 3º CEB e de ensino profissional, o que se verifica ao longo de todo o intervalo de tempo mencionado.
- Não existe oferta de ensino secundário regular. O prosseguimento de estudos ao nível do ensino secundário, que não por via do ensino recorrente, implica a deslocação da população escolar para os locais de oferta mais próxima, como são: Beja, preferencialmente, ou Évora. A população residente pode, ainda, optar pela frequência da Escola Profissional Fialho de Almeida.
- A maior parte da oferta é de natureza pública, sendo que o Centro de Educação Infantil tutelado pela Santa Casa da Misericórdia de Cuba, que dispõe das valências de creche e jardim-de-infância, e a Escola Profissional Fialho de Almeida, são instituições pertencentes à rede particular, cooperativa e de solidariedade social.

- Em termos da evolução dos estabelecimentos, concluímos por uma rede concisa e de tendência relativamente constante. Assim, embora a tabela indique uma diminuição do número de estabelecimentos, evidenciada a partir do ano lectivo de 2002/2003, esta diferença deve-se à reorganização das tipologias. Em concreto, assinala-se a fusão da EB1 e JI de Vila Ruiva, dando lugar a uma EB1/JI. Em 2004/05, verificou-se uma nova conversão, resultante da agregação da EB1 e JI de Cuba na Escola Básica Integrada Cuba, daí resultando a actual EBI com JI de Cuba.
- A diminuição do número de estabelecimentos é também justificada pelo encerramento da EB1 de Albergaria dos Fusos.

2.1.2. Distribuição dos estabelecimentos no concelho, por freguesia

A Tabela 12 apresenta a distribuição das escolas e jardins-de-infância do concelho, segundo tipologia e freguesia.

Freguesias	Nível de Ensino	Ano lectivo						
		1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006
Cuba	Jl	2	2	2	2	2	1	1
	EB1	1	1	1	1	1	*	0
	EBI	1	1	1	1	1	0	0
	EBI/JI	0	0	0	0	0	1	1
	Escola Profissional	1	1	1	1	1	1	1
	Total	5	5	5	5	5	3	3
Vila Alva	Jardim-de-infância	1	1	1	1	1	1	1
	EB1	1	1	1	1	1	1	1
	Total	2	2	2	2	2	2	2
Vila Ruiva	Jardim-de-infância	1	1	1	0	0	0	0
	EB1	2	2	2	1	1	*	0
	EB1/JI	0	0	0	1	1	1	1
	Total	3	3	3	2	2	1	1
Faro do Alentejo	Jardim-de-infância	1	1	1	1	1	1	1
	EB1	1	1	1	1	1	1	1
	Total	2	2	2	2	2	2	2
Total		12	12	12	11	11	8	8

Tabela 12. Número e tipologia dos estabelecimentos de educação do concelho de Cuba, por freguesia, entre os anos de 1999/2000 e 2005/2006.

Fonte: DREA, 2006; Agrupamento Vertical de Escolas do concelho de Cuba, 2006; DREA, 2006; Escola Profissional Fialho de Almeida, 2006; Santa Casa da Misericórdia de Cuba, 2006.

Síntese

- A análise por freguesia converge, no essencial, com a análise feita anteriormente para a evolução global do concelho.

- Entre 1999/2000 e 2005/2006 registaram-se alterações em 2 das 4 freguesias - Vila Ruiva e Cuba, relacionadas com o encerramento de escolas (Albergaria dos Fusos) e com a conversão de tipologias, respectivamente.
- As freguesias de Faro do Alentejo e Vila Alva não apresentam mudanças no período analisado. Mantém os mesmos equipamentos, concluindo-se por uma grande estabilidade do parque escolar.
- Em todas as freguesias existe oferta de pré-escolar e de 1º ciclo.
- No que diz respeito ao 2º e 3º ciclo, a oferta formativa disponível para todo o concelho concentra-se na freguesia sede, Cuba, na EBI/JI Fialho de Almeida.
- Também a oferta de ensino pós-básico se encontra apenas nesta freguesia.

2.1.3. O Agrupamento Vertical de Escolas de Cuba

A rede escolar pública do concelho de Cuba está agregada num único agrupamento de natureza vertical constituído na sequência do D.L. 115/A de 1998, que reúne a Escola Básica Integrada com Jardim-de-infância Fialho de Almeida e todas as EB1s e JIs do concelho.

2.1.3.1. Número de turmas e seu regime de funcionamento

De forma a compreender a dinâmica organizacional dos edifícios e podermos relacionar estes indicadores com os elementos da caracterização do espaço escolar, que abordaremos posteriormente, importa referir o modo como se encontram distribuídas e organizadas as suas turmas, aspectos que se apresentam na tabela abaixo. Os dados reportam-se ao ano lectivo de 2005/06.

Agrupamento de escolas de Cuba	Número de turmas			Regime de funcionamento
	Pré-escolar	1º CEB	2º e 3ºCEB	
EBI de Cuba	3	6	12	Normal
Vila Alva	1	2	*	Normal
Vila Ruiva	1	2	*	Normal
Faro do Alentejo	1	2	*	Normal
Total	6	12	12	_____

Tabela 13. Número e regime de funcionamento das turmas do Agrupamento Vertical de escolas do concelho de Cuba, no ano lectivo de 2005/2006.

Fonte: Agrupamento Vertical de Escolas do concelho de Cuba, 2006.

Legenda: * não aplicável.

Síntese

- Na actualidade existe um total de 18 turmas nas EB1s e JIs do agrupamento (6 de educação pré-escolar e 12 do 1º CEB) e 12 dos 2º e 3º CEB.
- Todas as turmas do 1ºCEB funcionam em regime de horário normal, pelo que, o período lectivo, decorre, em média, entre as 9h00/12h30 e as 13h30/15h00. A destacar como positiva a inexistência de situações de horário lectivo desdobrado, o que possibilita um aproveitamento mais completo do espaço e recursos escolares, nomeadamente, a concretização das actividades extracurriculares actualmente preconizadas pelo Ministério da Educação.

2.2. Infra-estruturas e recursos físicos das escolas e jardins-de-infância

2.2.1. Caracterização geral

Neste ponto, é feita uma descrição geral dos principais recursos físicos, nomeadamente, instalações, equipamentos e materiais existentes em cada uma das escolas e jardins-de-infância do concelho. Far-se-á, sempre que possível, uma referência aos principais problemas e potencialidades²³ dos casos em estudo. A análise dos recursos físicos e materiais existentes nas escolas permite caracterizar a situação existente para que a partir daí se possam diagnosticar fragilidades e potencialidades que irão ser tidas em linha de conta na concepção das propostas de intervenção e de reordenamento.

Os dados encontram-se descritos na Tabela 14, e foram obtidos junto do Agrupamento de Escolas de Escolas de Cuba - Escola Básica Integrada com Jardim-de-infância de Fialho de Almeida e da Câmara Municipal de Cuba.

Posteriormente, na Tabela 15, encontramos descritas as instituições não agrupadas, segundo os mesmos moldes, tendo os dados aí apresentados sido obtidos junto das mesmas: Escola Profissional Fialho de Almeida, delegação de Cuba e Santa Casa da Misericórdia de Cuba (Centro Infantil).

²³ Devido à não disponibilização de dados, nem sempre é possível analisar todos os itens descritos, pelo que as conclusões são tiradas em referência aos indicadores existentes, não podendo ser feita, em absoluto, uma generalização aos casos omissos.

Edifício, segundo freguesia	Tipologia	Estado geral de conservação	Salas Gerais			Salas Temáticas				Recursos específicos							Problemas	Potencialidades			
			Aula	Apoio	Devolutas	EVT/ET	Música	Laboratório	Informática	Biblioteca	Instalações de desporto	Espaço exterior	Serviço de refeições	CAF	Computador				Centro de Recursos	Gabinete Professores	
															C/ Net	S/ net					
Cuba	EBI/JI	-	Bom	23	0	0	3	1	2	2	1	Sim	Sim	Sim	1	67	0	Sim	12	_____	Escola nova com boas potencialidades
Vila Alva	Ji	-	Bom	1	3	0	0	0	0	0	0	Não	Sim	Não	0	0	1	0	1	Espaço exterior inadequado quando chove.	_____
	EB1	-	Bom	2	3	0	0	0	0	0	0	Não	Sim	Não	0	1	3	0	1	Espaço exterior inadequado quando chove.	_____
Vila Ruiva	Ji	-	Bom	1	1	0	0	0	0	0	0	Não	Sim	Sim	0	0	2	0	0	_____	Boas instalações, interior e exterior.
	EB1	PC	Mt. boa	2	2	0	0	0	0	0	0	Não	Sim	Sim	0	1	3	0	0	_____	Boas condições físicas.
Faro do Alentejo	Ji	-	Razoável	1	0	0	0	0	0	0	0	Não	Sim	Não	0	1	1	0		Pavimento desajustado; climatização; instalação de água quente	Instalação de equipamento no espaço exterior; pequeno pavilhão.

	EB1	-	Pouco satisfatório	2	0	0	0	0	0	0	0	Não	Sim	Não	0	2	2	0	1	Climatização; portas, estores e portões em mau estado; muros baixos.	Espaço exterior muito amplo; pequeno pavilhão.
Total			*	32	9	0	3	1	2	2	1	*	*	*	1	72	12	1	15	*	*

Tabela 14. Infra-estruturas e recursos existentes nas escolas e jardins-de-infância do Agrupamento de Escolas de Cuba, por freguesia, no ano lectivo de 2005/06.

Fonte: Agrupamento de escolas de Cuba, 2006.

Legenda: C/ - com; S/ - sem; C - cantina; E - Fornecimento externo; S/t - Sem tipologia; PC - Plano de Centenários; CAF - Componente de Apoio à Família; __ informações não disponibilizadas; * - não aplicável.

Síntese

- De acordo com o agrupamento, o estado geral de conservação da maior parte dos edifícios é «bom» e «muito bom». No entanto, a EB1 e JI de Faro do Alentejo foram considerados, respectivamente, em estado «pouco satisfatório» e «razoável». Importa referir que a EBI/JI de Cuba é de construção recente, datando de 2003/2004.
- Verificamos que a constituição dos edifícios apresenta algumas semelhanças, sendo que os jardins-de-infância dispõem de uma sala e o 1º CEB de 2 salas. A exceção a esta regra verifica-se na EBI/JI de Cuba, onde existem 3 salas destinadas à educação pré-escolar e 8 ao 1º CEB.
- Em todo o Agrupamento existem 9 salas de apoio, distribuídas nas escolas/JIs das freguesias de Vila Alva e de Vila Ruiva do seguinte modo: 3 no JI e 3 na EB1 (Vila Alva) e 1 no JI e 2 na EB1 (Vila Ruiva).
- Não existem salas devolutas.
- No que diz respeito a espaços de carácter específico ou temático, a EBI/JI dispõe de 1 sala de música, 1 sala de educação visual e tecnológica, 2 salas de educação tecnológica, 2 laboratórios e 2 salas de informática. De acordo com o Agrupamento, em Faro do Alentejo existe um pavilhão no recinto exterior, onde decorrem actividades de expressões, dinamização da leitura e desporto. Também algumas das salas de apoio acima identificadas são rentabilizadas nestas actividades.
- De modo semelhante, apenas a sede tem biblioteca escolar e centro de recursos educativos. A escola dispõe de diversos recursos, distribuídos entre estes espaços e as salas de informática. De acordo com o Agrupamento, aguarda-se o apetrechamento de duas bibliotecas escolares, já aprovadas e financiadas, para as EB1 de Vila Ruiva e de Faro do Alentejo.
- Quanto ao espaço exterior, que todos os estabelecimentos possuem, destacamos as seguintes características:
 - EB1/JI de Vila Alva: o espaço exterior é composto por uma parte com relvado e parque infantil. Contudo, de acordo com o Agrupamento, no Inverno revela-se inadequado, dado não apresentar ligações cobertas entre as salas e as casas de banho, por exemplo.
 - JI de Vila Ruiva: no espaço exterior existe um pátio aberto, um espaço de recreio e um parque infantil.

- EB1 de Vila Ruiva: o espaço exterior é composto por 2 pátios abertos e um espaço de recreio.
- Nenhuma EB1/JI apresenta instalações próprias de desporto, com excepção da sede e dos exemplos referidos. Nesta, essas instalações consistem num pavilhão gimnodesportivo, uma sala de ginástica e um campo de jogos, situado no exterior do edifício.
- Verificamos que em 2005/2006, 2 estabelecimentos disponibilizam serviço de refeições. Contudo, dadas as condições dos edifícios e as especificidades de cada local, encontramos algumas situações distintas:
 - A EB1 e o JI de Vila Ruiva disponibilizam refeições, a apenas 4 crianças deslocadas do lugar de Albergaria dos Fusos; as refeições são confeccionadas pela EBI/JI de Cuba e transportadas pela CMC.
 - Na EBI/JI de Cuba, as refeições são asseguradas no espaço escolar.

De acordo com o Agrupamento, nos restantes casos o serviço de refeições na escola não se revela necessário, uma vez que as crianças de deslocam a casa para almoçar.

- Quanto aos equipamentos informáticos, aqui indicados pelo número de computadores existentes, concluímos por um total de 84 computadores em todo o agrupamento, estando estes recursos presentes em todos os estabelecimentos. Apenas 12 não possuem acesso à Internet.

Do número total, 67 computadores localizam-se na sede, todos assegurando acesso à Internet. Nos restantes casos, existem 4 computadores por EB1 e entre 1 a 2 por JI, alguns sem ligação à rede.

- Os espaços de apoio à família concentram-se na sede, existindo a componente de apoio à família (CAF) de acordo com o agrupamento.
- A destacar que, do total de edifícios, apenas a EB1 e JI de Vila Ruiva, não possuem gabinetes de professores. Assim, existem 15 espaços de trabalho para os docentes, 12 dos quais na EBI/JI e um em cada um dos restantes estabelecimentos.

No entanto, relativamente ao JI e EB1 de Faro do Alentejo é indicado que a sala de professores apresenta poucas condições.

As **potencialidades** referidas pelo agrupamento relativamente aos seus estabelecimentos, evidenciaram os seguintes aspectos:

- Boas condições do edificado/instalações, tanto interiores quanto exteriores: EBI/JI de Cuba, JI e EB1 de Vila Ruiva. Em ambos os casos ocorreram intervenções recentes no edificado.
- Existência de outros equipamentos. Por exemplo, na EB1 e JI de Faro do Alentejo é indicada a existência de um pequeno pavilhão que, contudo, necessita de intervenção.
- Também nestes edifícios são apontadas algumas condições favoráveis do espaço exterior, muito amplo e equipado.

Os **problemas** sentidos pelo agrupamento reportam-se, além de aspectos a que já fomos aludindo, aos seguintes:

- **JI de Faro do Alentejo:** necessidade de renovar o pavimento da sala, de instalar água quente e de instalar o sistema de climatização para aquecimento/arrefecimento do espaço. Embora não assinalado como problema, é referenciada a ausência de cantina e a inadequação da cozinha onde são servidas as refeições, bem como a falta de condições da sala de professores.
- **EB1 de Faro do Alentejo:** necessidade de instalação do sistema de climatização; necessidade de reparação de portas e de estores e a existência de muros baixos e portões em mau estado. Adicionalmente, e à semelhança do estabelecimento anterior, é referido que a sala de professores oferece poucas condições.
- **JI de Vila Alva:** inadequação do espaço exterior no Inverno. Dado que o espaço exterior é muito aberto, no Inverno, para que as crianças possam usufruir da casa de banho, o percurso tem de ser feito pelo exterior, estando as crianças sujeitas ao mau tempo.
- **EB1 de Vila Alva:** espaço de recreio pouco acolhedor quando chove.

Nos JI e EB1 de Vila Ruiva e na EBI/JI de Cuba não foram assinalados problemas ou descritas observações que indiquem situações problemáticas.

Edifício, segundo freguesia	Tipologia	Estado geral de conservação	Salas Gerais			Salas Temáticas			Recursos específicos							Problemas	Potencialidades				
			Aula	Apoio	Devolutas	EVT	Música	Laboratório	Informática	Biblioteca	Instalações de desporto	Espaço exterior	Serviço de refeições	ATL	Computador			Centro de Recursos	Gabinete Professores		
															C/ Net					S/ net	
Cuba	Escola Profissional - Cuba	-	Bom	9	1	0	1	0	2	2	1	2; PG	Sim	Sim, C	*	31	1	1	Sim	Ver texto	Ver texto
	JI da SCMC	R	Bom	1	0	0	0	0	0	0	0	0	Sim	Sim; C	0	0	2	0	1	___	___

Tabela 15. Infra-estruturas e recursos existentes nas entidades não agrupadas do concelho de Cuba, por freguesia, no ano lectivo de 2005/06.

Fonte: Escola Profissional Fialho de Almeida, delegação de Cuba, 2006; Santa Casa da Misericórdia de Cuba, 2006.

Legenda: C/ - com; S/ - sem; C - cantina; PG - Pavilhão gimnodesportivo; S/t - sem tipologia; R - construção de raiz; * - não aplicável; ___ informações não disponibilizadas.

Síntese

Escola Profissional Fialho de Almeida - delegação de Cuba

- A funcionar na antiga Escola Básica Integrada, o pólo de Cuba da Escola Profissional Fialho de Almeida é constituído por 9 salas de aula e uma sala de apoio. O edifício apresenta, de acordo com Direcção, um bom estado de conservação.
- Ao nível de salas temáticas e de carácter mais específico, dispõe de 2 laboratórios (um laboratório de Fotografia e um de Físico-Química), e duas salas de informática.
- Conta, ainda, com uma biblioteca, um centro de recursos, e com um serviço de reprografia.
- Ao nível dos recursos informático, para além dos espaços mencionados, a Escola dispõe de um total de 32 computadores, dos quais apenas um não tem acesso à Internet.
- Os professores que leccionam nesta escola dispõem de espaços próprios de trabalho, em concreto, um gabinete de professores.
- O serviço de refeições é assegurado a nível interno, na cantina existente para o efeito.
- O espaço exterior é composto, essencialmente, por instalações de desporto, em concreto: campo de futebol e andebol e por um pavilhão gimnodesportivo.
- Quanto às potencialidades:
 - Vasta oferta de cursos profissionais e de educação formação;
 - Boas instalações e salas bem equipadas;
 - Oficinas bem equipadas;
 - Cantina escolar;
 - Incubadora de empresas - espaço próprio criado para a instalação de 6 micro empresas;
 - Autocarro próprio que permite realizar todas as saídas e visitas de estudo necessárias aos vários cursos;
 - Aumento de lotação da escola profissional tem agora capacidade para 190 alunos em regime diurno;
 - Construção de duas salas de aula;

- Reabilitação de um dos blocos da escola para a criação de oficinas de manutenção, de design e de equipamentos informáticos e de electrónica;
- Realização anual de um fórum empresarial de incremento à actividade empresarial e divulgação empresarial;
- Realização de um conjunto de iniciativas para a comunidade nomeadamente colóquios e sessões de esclarecimento
- Promoção de estágios internacionais e intercâmbios internacionais ao abrigo dos programas comunitários Leonardo da Vinci e Socrates-Comenius respectivamente
- Protocolos e parcerias existentes com as principais empresas/ entidades regionais.

Os problemas identificados pela Escola Profissional Fialho de Almeida/Cuba dizem respeito à inexistência de uma residência estudantil que possa receber os alunos que se encontram deslocados das suas residências.

Jardim-de-infância da Santa Casa da Misericórdia de Cuba

- O Jardim-de-infância desta entidade é de construção recente, encontrando-se em bom estado de conservação.
- Possui uma sala de aula para a valência de jardim-de-infância, não tendo sido assinalada a existência de salas ou espaços de carácter específico.
- As refeições são asseguradas na própria entidade, que dispõe, para o efeito, de uma cozinha.
- Relativamente ao espaço exterior, existe uma zona livre e uma «caixa de areia» estando, de acordo com a SCMC, prevista a construção de um parque infantil.
- Não foram indicadas instalações de desporto.
- Em termos de recursos informáticos, o JI dispõe de 2 computadores, sem acesso à Internet.
- Existe um gabinete de trabalho destinado aos educadores.
- Não foram indicadas potencialidades e/ou problemas em relação ao JI.

2.2.2. História recente dos estabelecimentos escolares

No período retrospectivo de 7/8 anos, tomado como referência para a concepção desta Carta Educativa, o parque escolar de Cuba foi alvo de diversas obras de conservação/remodelação e de construção. Entre estas, destacamos:

Ano de 1998

- Construção de uma sala polivalente e de um gabinete de professores, comuns à Escola do 1º ciclo e Jardim-de-infância de Faro do Alentejo.

Ano de 1999

- Equipamento de material para a prática de educação física no polivalente de Faro do Alentejo.

Ano de 2001

- Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e o Ministério da Ciência e Tecnologia, no âmbito do «Programa Internet nas Escolas», que teve por objectivo disponibilizar a alunos e professores das EB1 do concelho a utilização educativa da Internet. No caso concreto foi garantido a todas escolas do 1º ciclo do concelho, a disponibilização de acesso RDIS, de espaço para albergar páginas WWW das escolas, de contas de correio electrónico, de apoio educativo através da unidade de Apoio à Rede Telemática Educativa no sentido da promover a construção de um espaço educativo na Internet de apoio às actividades das escolas em articulação com a Câmara Municipal e outras entidades. Os encargos resultantes da aquisição dos computadores foram suportados em 25% pela Câmara Municipal e em 75% pelo MCT.

Ano de 2003

- Conclusão do novo espaço escolar afecto à EBI de Cuba, que compreende o Jardim-de-infância, a EB1 e a EB2,3 e respectivo pavilhão gimnodesportivo.

Anos de 2004 e de 2005²⁴

- Remodelação da Escola do 1.º ciclo de Vila Ruiva;
- Remodelação da Escola do 1.º ciclo de Vila Alva;

Em ambas as escolas, o tipo de intervenção realizada foi a seguinte:

²⁴ O texto que se segue foi elaborado pela CMC, em 2006.

- Revestimentos (rebocos e pinturas) em paredes e tectos interiores, exteriores e muros da zona envolvente;
- Reabilitação de coberturas;
- Substituição de pavimentos, pavimentos exteriores e rodapés;
- Reparação e substituição de vãos (janelas e portas), interiores e exteriores;
- Remodelação de instalações sanitárias;
- Instalação de rampas para acesso a deficientes;
- Construção de parques infantis nos recintos exteriores de ambas as escolas;
- Sinalização horizontal e vertical de segurança nos arruamentos envolventes aos recintos escolares;
- Substituição da rede de água e esgotos dos edifícios;
- Substituição da rede eléctrica dos edifícios;
- Instalação de sistemas de aquecimento central em ambos os edifícios;
- Arborização e ajardinamento dos recintos exteriores.

2.3. A oferta ao nível do ensino profissional

O concelho de Cuba dispõe, apenas, da vertente de ensino secundário profissional, ministrado na delegação de Cuba da Escola Profissional Fialho de Almeida. Esta entidade existe desde 1991, sendo propriedade das Câmaras Municipais de Cuba e de Vidigueira.

No ano lectivo de 2005/2006, a Escola proporciona os seguintes cursos, autorizados pela Direcção Regional de Educação do Alentejo:

- Técnico de Instalações Eléctricas;
- Operador de Electricidade;
- Técnico de manutenção Industrial /electromecânica;
- Técnico de Electrónica e comando;
- Técnico de electrónica e telecomunicações;
- Técnico de fotografia;
- Técnico de design;
- Técnico de gás;
- Técnico de comunicação, marketing, relações públicas e publicidade;
- Técnico de gestão de equipamentos informáticos;

- Técnico de auxiliar de infância;
- Instalação e operação de equipamentos informáticos - curso de educação formação;
- Massagista de estética - curso de educação formação;
- Assistente comercial - curso de educação formação;
- Curso de cozinha - curso de educação formação.

Concelho	% de alunos
Beja	37
Cuba	13
Vidigueira	18
Portel	9
Restantes concelhos	23

Tabela 16. Origem geográfica dos alunos matriculados no Ensino profissional, no concelho.

Fonte: Estudalentejo, 2006.

Como vemos, Beja regista o principal contributo em termos de número de alunos, para a Escola Profissional Fialho de Almeida. Do total de alunos matriculados nesta escola no ano lectivo de 2005/2006, 13% são oriundos de Cuba; a maior parte dos alunos provêm de Beja (37%) e de Vidigueira (18%).

Alunos, segundo curso e origem

Localidade	Curso								
	GEI A	GEI B	3° TIE	2° TIE	3° TF	3° TD	M.E.	AC	TME
Beja	11	6	3	6	8	4	2	3	
Concelho de Beja		4	4	5	3	2	6	1	7
Vidigueira	1				1	1	1	2	2
Concelho de Vidigueira	1		3	2	1	1	2	2	
Cuba	6	7	2		1	6	1	3	1
Concelho de Cuba	1		1	1		1			
Portel			3		1		1		
Alojados	2	4	1	5				3	4
T O T A I S	21	22	17	19	15	15	12	20	16
	157								
	CUBA								
CURSOS	GEI A	GEI B	3° TIE	2° TIE	3° TF	3° TD	M.E.	AC	TME
TOTAIS	21	22	17	19	15	15	12	20	16
	157								

Tabela 17. Número de alunos inscritos por curso, em 2006/07, na Escola Profissional Fialho de Almeida - Cuba.
 Fonte: Escola Profissional Fialho de Almeida - Cuba, 2006.

2.4. A oferta ao nível da educação de adultos

Neste ponto são abordadas as práticas de educação de adultos, no plano do ensino recorrente, da educação extra-escolar e do reconhecimento, validação e certificação de competências.

2.4.1. Ensino Recorrente e Educação Extra-escolar

O **Ensino Recorrente**, que decorre em horário nocturno, destina-se aos indivíduos que não concretizaram a sua escolaridade em idade própria de o fazer, que abandonaram antecipadamente a escolaridade ou que, em última análise, procuram qualificar-se, com mais de 15 anos (no caso do Ensino Básico) ou mais de 18 anos (no que se refere ao Ensino Secundário).

No ano lectivo de 2005/06 esta modalidade existe na freguesia de Cuba.

A **Educação Extra-escolar** constitui um campo mais vasto de actuação, o que fica expresso na definição avançada no Manual de Elaboração da Carta Educativa (2000), onde aparece inserida numa perspectiva de educação ao longo da vida, a ter lugar em múltiplos contextos. Trata-se de acções de temática e metodologia variada, podendo assumir um carácter de maior ou menor formalidade.

No concelho têm existido diversos cursos na área sócio-educativa. No ano de 2005/06, estes decorrem nas freguesias de Cuba e de Vila Alva.

Estas duas modalidades de educação de adultos encontram-se sob a responsabilidade da Escola Básica Integrada com Jardim-de-infância Fialho de Almeida.

2.4.2. Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)

Neste concelho, o processo RVCC é assegurado pelo do pólo da ESDIME, em concreto, da estrutura «Casa do S@ber+», localizada na vila de Ferreira do Alentejo. Existe desde 2001 e abrange adultos de todos os concelhos do Baixo Alentejo e de alguns concelhos do Alentejo Litoral. Esta vertente pretende a certificação de conhecimentos e competências adquiridas em contextos informais, mediante as experiências de vida. Destina-se aos indivíduos com mais de 18 anos, conferindo equivalência aos 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, por via da análise das aprendizagens e competências desenvolvidas ao longo do percurso de vida.

Paralela e complementarmente ao RVCC, esta estrutura desenvolve os Cursos de Educação e Formação de Adultos (cursos EFA), destinados a colmatar as falhas evidenciadas no processo de escolarização do adulto, face ao nível de certificação pretendido.

As Acções S@ber+ são um terceiro pólo de formação e consistem em iniciativas de carácter esporádico, de curta duração. Destinam-se a adultos, com idade igual ou superior a 18 anos, e têm como objectivo o reforço e/ou a aquisição de competências nos domínios pessoal e profissional.

2.5. A oferta ao nível da educação especial e do apoio à deficiência

O apoio às pessoas com deficiência do concelho é assegurado pelas seguintes entidades:

- NAE - Núcleo de apoios educativos da EBI/JI Fialho de Almeida
- CERCIBEJA - Cooperativa de Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Beja, com intervenção nos 14 concelhos do Baixo Alentejo;
- Centro de Paralisia Cerebral de Beja, com intervenção nos 14 concelhos do Baixo Alentejo.

NAE

O núcleo de apoios educativos do Agrupamento de Escolas de Cuba, tenta dar resposta a todos os alunos com diversos tipos de deficiência, dificuldades de aprendizagem e problemas comportamentais através dos docentes colocados de Ensino Especial.

CERCIBEJA

Esta entidade desenvolve a sua acção junto de crianças, jovens e adultos com diversos tipos de deficiência, nas vertentes da educação especial, do desenvolvimento pessoal, da formação e das actividades ocupacionais. Aposta na formação profissional, através de cursos nas áreas do artesanato, cozinha, serralharia e carpintaria, entre outros, desenvolvendo um esforço de integração dos utentes no mercado de trabalho.

Centro de Paralisia Cerebral de Beja

O núcleo regional de Beja pretende, de acordo com a função e missão da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, promover a reabilitação e integração social de pessoas com Paralisia Cerebral, através da aposta na educação, no lazer e no trabalho. Pretende, ainda, desenvolver a formação dos técnicos e contribuir para a investigação no domínio da Paralisia Cerebral. Desenvolve a sua actuação nos seguintes domínios: Avaliação/Orientação Profissional, Formação Profissional, Ajudas Técnicas, Intervenção Precoce, Educação Especial, entre outras.

2.6. População discente

Seguindo uma linha de leitura semelhante, neste ponto é feita uma análise do percurso evolutivo do número de alunos que frequentaram as escolas do concelho, no intervalo 1999/00 e 2005/06.

Num primeiro momento, apresentar-se-ão os números totais, fazendo-se a síntese por níveis de ensino, no que se refere à educação regular, contemplando crianças e jovens, e por modalidades, no caso da educação de adultos.

Num segundo momento far-se-á uma descrição mais detalhada por freguesia e escola e, sempre que aplicável, por nível de ensino. Terminamos com uma apresentação das taxas de aproveitamento em cada nível de ensino regular, bem como do abandono e saídas da escola.

2.6.1. Evolução da frequência no ensino regular

A caracterização da evolução da população discente do concelho de Cuba foi feita com base na informação disponibilizada pela DREA, no que respeita ao período de 1999/2000 a 2004/2005, e a partir da informação facultada pelas escolas para o ano lectivo de 2005/06.

Na Tabela 18 encontramos, respectivamente, a distribuição do número de alunos pelos vários ciclos de escolaridade e modalidades de educação regular de que o concelho dispõe.

Nível de educação	Ano lectivo						
	1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006
Educação pré-escolar	127	125	143	125	136	142	128
1º Ciclo	208	218	203	202	207	185	185
2º Ciclo	79	93	97	108	109	97	100
3º Ciclo	138	139	123	117	136	150	142
E. Secundário Profissional	69	68	51	51	69	102	110
Total	621	643	617	603	657	676	665

Tabela 18. Evolução do número total de alunos que frequentaram as modalidades de educação regular existentes no concelho de Cuba, entre os anos lectivos de 1999/00 de 2005/06.

Fonte: Agrupamento de Escolas de Cuba, 2006; Escola Profissional Fialho de Almeida/Cuba, 2006; Santa Casa da Misericórdia de Cuba, 2006; DREA, 2006.

Síntese

- Actualmente, existem 665 alunos a frequentar os estabelecimentos de educação de Cuba.
- A partir da análise dos indicadores globais, verificamos algumas flutuações no número total de alunos do concelho.
- O total de alunos aumenta progressivamente até 2004/05, registando-se, no último ano em análise, um decréscimo de 11 alunos.
- Analisando o interior de cada nível de ensino, destacamos o ensino profissional, que regista neste intervalo temporal de sete anos um acréscimo de cerca do dobro de alunos matriculados.

Analisemos, graficamente, a evolução de cada ciclo de ensino, fazendo a relação entre a oferta (capacidade instalada) do concelho e a respectiva procura.

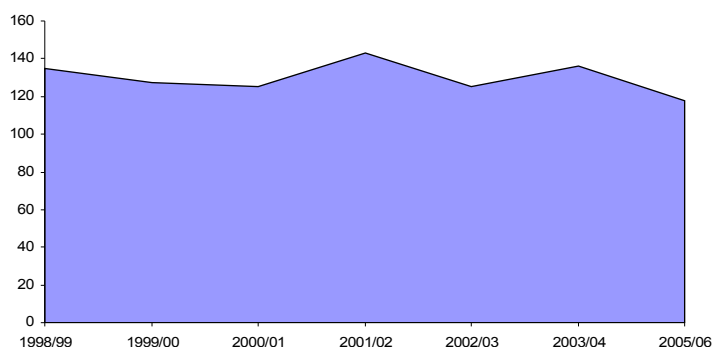
2.6.1.1. A capacidade instalada e a resposta à procura de educação

Interessa apurar que gerações frequentam os diferentes ciclos de estudos e como evolui esta população escolar.

Educação pré-escolar

Entre 1999/2000 e 2005/2006, o número de crianças matriculadas na educação pré-escolar diminuiu 5,6%. O número de crianças inscritas corresponde ao número de crianças que frequenta este nível de ensino, o que indica ausência de listas de espera.

Gráfico 13. Evolução das crianças matriculadas na educação pré-escolar.

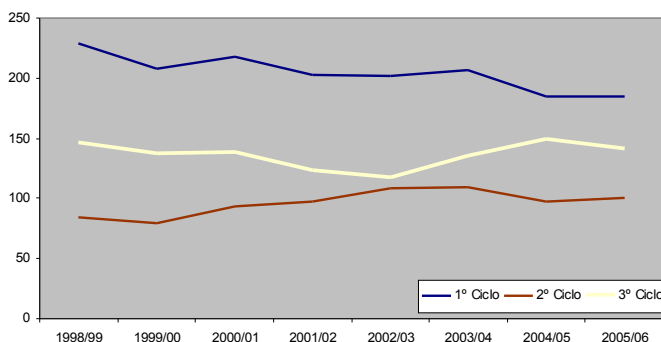


Fonte: DREA, Alunos matriculados por escola e grau de ensino

Ensino básico

Nos últimos 7 anos lectivos, o 1º ciclo do ensino básico perdeu 15% da sua população. A variação do número de matriculados no 2º ciclo é de 7,5% entre 2000 e 2005 traduzindo-se num acréscimo no número de matrículas. Há uma recuperação do número de alunos matriculados nos anos lectivos de 2000/01 a 2003/2004, diminuindo ligeiramente nos anos lectivos seguintes.

Gráfico 14. Evolução da população escolar no ensino básico.

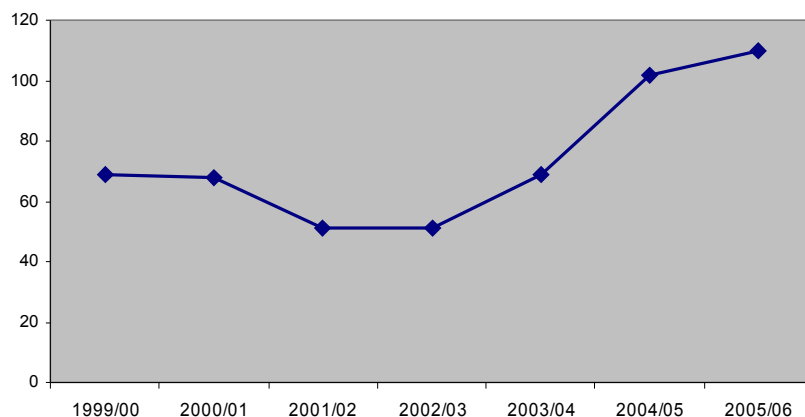


Fonte: DREA, Alunos matriculados por escola e grau de ensino.

O 3º ciclo apresenta, também, uma ligeira recuperação de alunos matriculados (2,1%) até ao ano lectivo de 2004/05, registando-se uma ligeira diminuição no último ano lectivo em análise.

Ensino profissional com equivalência ao ensino secundário

Gráfico 15. Evolução das matrículas no ensino profissional.



Fonte: DREA: Alunos matriculados por escola e grau de ensino.

Apesar das oscilações no número de matrículas no ensino profissional, com equivalência ao ensino secundário, entre 1999/2000 e 2005/06 regista-se um aumento de 59,4% de alunos.

2.6.1.2. Taxas de cobertura e níveis reais de escolarização

A *taxa de cobertura* diz respeito ao número total de alunos matriculados em cada ciclo de estudos sobre a população em idade de o fazer (geração escolarizável). A *taxa real de escolarização* tem em conta apenas os alunos matriculados com idade esperada para frequentar aquele ciclo/nível de estudos. Por essa razão, esta taxa é substancialmente mais baixa, mas não é permeável às repetidas retenções durante o percurso escolar. Ela é também a exacta medida da eficácia do sistema e da sua qualidade geral na escolarização das sucessivas gerações.

Ciclo de estudos	Alunos Matriculados	População recenseada em 2001	Taxa de cobertura	Taxa real de escolarização
Pré-escolar	125	117	106,8	94,8*
1º Ciclo	218	193	112,9	84
2º Ciclo	93	104	89,4	50
3º Ciclo	139	161	86,3	53

Ensino básico	450	458	98,3	62,3
---------------	-----	-----	------	------

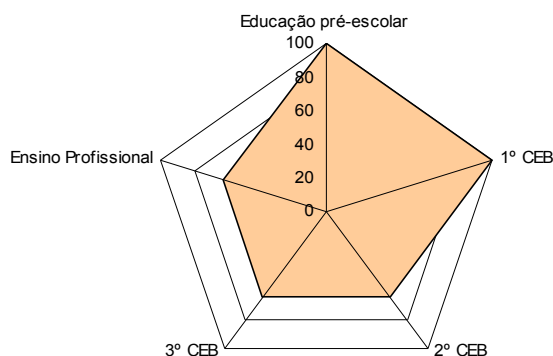
Tabela 19. Taxa de cobertura e taxa real de escolarização por nível de ensino em 2001.

Fonte: Estudalentejo, 2006.

Legenda: * A taxa real de cobertura para a idade de 5 anos é 95%.

Na comparação entre o número total de alunos matriculados em 2001 e a população residente no concelho de Cuba, com idade para frequentar o ensino básico (até aos 14 anos), é possível constatar que a taxa média de cobertura é de 82%²⁵.

Gráfico 16. Abrangência dos equipamentos de ensino em termos de cobertura populacional.



Fonte: INE, Municípios do Alentejo 2003.

A fraca densidade populacional e a proximidade geográfica parecem ser critérios que justificam esta distribuição de equipamentos escolares.

Síntese das tendências encontradas

- ❖ Aumento generalizado da educação pré-escolar atingindo uma taxa de cobertura (particularmente na idade dos 5 anos) próxima da taxa nacional.
- ❖ Cobertura suficiente em termos de capacidade de resposta à procura do ensino básico.
- ❖ Aumento do número de alunos matriculados no ensino profissional.
- ❖ Ausência de resposta em termos de ensino regular secundário, o que origina a deslocação de candidatos a este nível de ensino para os concelhos mais próximos.

2.6.2. Distribuição segundo as freguesias do concelho

²⁵ Tendo em conta a população residente por idades exactas (informação disponível nos Censos 2001) e o número de alunos matriculados por grau de ensino pode ser calculado um indicador da cobertura do dispositivo instalado. O valor apurado mostra que um valor significativo de indivíduos não está no sistema educativo ou não frequenta as instituições locais. A mesma fonte regista um **abandono** da escola na população com idades entre os 10 e os 15 anos, sem concluir o 9º ano de escolaridade de 2,2. Valor que sobe para 24,1% na população com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos. A **saída da escola** sem completar o ensino secundário (população com idades entre 18 e 24 anos) atinge quase 43% destas gerações.

De forma a podermos perceber a localização dos alunos nas várias escolas, apresentamos nas Tabelas 20 e 21 a distribuição segundo escola e freguesia, no que se refere à educação regular e segundo freguesia, quanto se trata da oferta ao nível da educação de adultos. No Anexo 2 podem ser consultados o número de alunos por escola, segundo a DREA (2006).

Freguesia	Escola/Jardim-de-infância	Ano lectivo							
		1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006	
Cuba	Jl SCMC	27	41	45	35	36	27	23	
	Jl de Cuba	51	45	60	53	62	0	0	
	EB1 de Cuba	147	139	125	122	129	0	0	
	EBI	Pré-escolar	0	0	0	0	0	75	70
		1º Ciclo	0	0	0	0	0	117	122
		2º Ciclo	79	93	97	108	109	97	100
		3º Ciclo	138	139	123	117	136	150	142
	Escola Profissional	69	68	51	51	69	102	110	
Total	511	525	501	496	541	568	567		
Vila Alva	Jl de Vila Alva	12	11	10	12	9	10	9	
	EB1 de Vila Alva	22	18	22	24	24	25	21	
	Total	34	29	32	36	33	35	30	
Vila Ruiva	Jl de Vila Ruiva	16	13	14	0	0	0	0	
	EB1 de Vila Ruiva	15	21	22	0	0	0	0	
	EB1 de Albergaria dos Fusos	9	10	6	5	4	*	0	
	EB1/Jl	Pré-escolar	0	0	0	12	11	14	10
		1º Ciclo	0	0	0	21	24	22	20
	Total	40	44	42	38	39	36	30	
Faro do Alentejo	Jl Faro do Alentejo	21	15	14	13	18	16	16	
	EB1 Faro do Alentejo	15	30	28	30	26	21	22	
	Total	36	45	42	43	44	37	38	
Total global	621	643	617	603	657	676	665		

Tabela 20. Evolução do número de alunos por escola, entre os anos lectivos de 1999/2000 e de 2005/2006, no concelho de Cuba.

Fonte: DREA: 2006; Escola Básica Integrada com Jardim-de-infância Fialho de Almeida de Cuba, 2006; Escola Profissional Fialho de Almeida (Cuba), 2006; Santa Casa da Misericórdia de Cuba, 2006.

Cuba

A freguesia de Cuba concentra a maior parte da oferta educativa (3 equipamentos) bem como o maior número de alunos. Em 2005/06, a frequência de alunos representa 85.3% do total de alunos do concelho.

Verifica-se um aumento de alunos na educação pré-escolar pública e uma diminuição de alunos na privada.

Vila Alva

Em termos do número de alunos, a educação pré-escolar apresenta uma frequência com oscilações ligeiras, mas no limiar sensível dos 10 alunos. Em 2005/06, frequentam este nível de educação, um total de 9 crianças. Quanto ao 1º CEB, verificam-se, também, flutuações,

registando-se, no entanto, um acréscimo importante no número de alunos a partir do ano de 2000/2001; em 2005/06, 21 alunos frequentam este nível. A freguesia de Vila Alva representa 4.5% do total de alunos do concelho. De acordo com o Agrupamento, dentro de cada ano registam-se, ainda, muitas oscilações na frequência, uma vez que parte dos alunos provêm de família de etnia cigana, de cultura nómada e cuja ligação à escola é, em regra, frágil.

Vila Ruiva

A freguesia assinala uma perda de cerca de 10 alunos, decorrida de modo gradual. No ano lectivo de 2005/2006, 10 crianças frequentam a educação pré-escolar e as restantes 20 o 1º CEB, representando 4.5% do total de alunos do concelho.

Faro do Alentejo

Em relação à evolução da frequência, verificamos uma inconstância, com um razoável número de alunos nos anos intermédios do intervalo, seguida de decréscimo na ordem dos 6 a 9 alunos. Este aspecto é sensivelmente comum a ambos os níveis e, no ano de 2005/2006, 38 alunos (16 na educação pré-escolar e 22 no 1º CEB) frequentam as aulas nesta freguesia.

2.6.3. Evolução na frequência das modalidades de Educação de Adultos

Na tabela seguinte encontramos a frequência das modalidades de educação de adultos a que já fizemos referência.

Número de cursos

Número de cursos, segundo modalidades de educação de adultos		Ano lectivo						
		1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006
Ensino Recorrente	1º CEB	3	3	3	2	1	2	1
	2º CEB	2	2	1	0	0	0	0
	3º CEB	—	—	—	—	—	—	—
	E. secundário	—	—	—	—	—	—	—
Educação Extra-escolar		8	10	5	6	9	13	6
Total		13	15	9	8	10	15	7

Tabela 21. Evolução do número total de cursos de educação existentes no concelho de Cuba, entre os anos lectivos de 1999/00 e de 2005/06.

Fonte: EBI/JI Fialho de Almeida, 2006.

Legenda: — não indicado.

Síntese

- Na actualidade existem 7 cursos destas modalidades a funcionar no concelho.
- Os cursos de educação extra-escolar têm existido em número muito superior, chegando a atingir os 13 cursos. É, contudo, uma modalidade de grande oscilação entre os diversos anos.

- Destaca-se a inexistência de cursos do 2ºCEB nos últimos quatro anos.

Número de adultos inscritos

Modalidades de educação de adultos		Ano lectivo						
		1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006
Ensino Recorrente	1º CEB	3	21	25	23	11	24	20
	2º CEB	2	19	9	0	0	0	0
	3º CEB	27	21	12	17	12	6	3
	E. secundário	57	42	44	50	47	31	28
Total		5	40	34	23	11	24	20
Educação Extra-escolar		111	111	43	77	126	243	99
Total		200	214	133	167	196	304	150
RVCC		43						

Tabela 22. Evolução do número total de adultos que frequentaram as modalidades de educação existentes no concelho de Cuba, entre os anos lectivos de 1999/00 e de 2005/06.

Fonte: EBI/JI Fialho de Almeida, 2006.

Síntese

- Novamente, fica descrita a grande oscilação no número de adultos inscritos nas modalidades de educação e de formação do concelho. Na actualidade, 150 adultos frequentam estes cursos.
- O 1º Ciclo tem tido a evolução mais constante. Na actualidade existem 20 alunos.
- A frequência da educação extra-escolar representa, em todos os anos, entre 60 a 70% das participações. Atingiu valores especialmente elevados em 2004/2005, com 243 formandos. Actualmente, 99 formandos estão inscritos nestes cursos.
- Quanto ao RVCC, entre Janeiro de 2001 e Junho de 2005, inscreveram-se na Casa do S@ber+ para o processo de RVCC, 43 adultos de Cuba, correspondendo a 2.2.% do total de inscritos. Destes, 15 correspondendo a 1.8% do total, obtiveram a certificação das suas competências.

Tipo de cursos e distribuição por freguesias

- Como poderemos constatar no quadro abaixo, os cursos de educação extra-escolar têm focado, essencialmente, os temas relacionados com as artes plásticas e decorativas. Nos últimos três anos observa-se um alargamento para outros temas, tais como, o movimento e saúde, a informática ou o inglês.

- Em relação à distribuição por freguesia, o maior número de cursos, de ambas as modalidades concentra-se em Cuba.
- As freguesias de Cuba e de Vila Ruiva apresentam a frequência de 1ºCEB mais constante. Nas restantes, a existência destes cursos é irregular. No entanto, os cursos de educação extra-escolar registam maior irregularidade nesta última freguesia.

Freguesia, segundo modalidade		Cursos em cada ano lectivo						
		1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
Cuba	E.R.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1º CEB ▪ 2º CEB ▪ 3º CEB ▪ E. Secundário 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1ºCEB: 2 ▪ 2ºCEB ▪ 3º CEB 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1º CEB ▪ 2º CEB ▪ 3º CEB ▪ E. Secundário 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1º CEB ▪ 3º CEB ▪ E. Secundário 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1º CEB ▪ 3º CEB ▪ E. Secundário 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1º CEB ▪ 3º CEB ▪ E. Secundário 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1º CEB ▪ 3º CEB ▪ E. Secundário
	E.E.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Iniciação ao Inglês ▪ Iniciação à Tapeçaria de Arraiolos ▪ Ponto Cruz/Meio Ponto ▪ Iniciação aos Bordados à Mão ▪ Iniciação às Artes Decorativas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inglês 1 e 2 ▪ Alinhavados de Nisa ▪ Patchwork ▪ Informática: 3 ▪ Tapeçaria de Arraiolos ▪ Cozinha e culinária ▪ Estanho e pintura em gesso 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tapeçaria de Arraiolos ▪ Bainhas abertas ▪ Pintura decorativa 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inglês ▪ Tapeçaria de Arraiolos ▪ Trapologia/Pintura em tecido ▪ Informática 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Artes decorativas ▪ Educação para a saúde ▪ Movimento e saúde ▪ Informática/Internet ▪ Tapeçaria de Arraiolos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Clube de leitura ▪ Informática ▪ Internet ▪ Movimento e saúde (2) ▪ Tapeçaria de Arraiolos ▪ Ao encontro com as memórias da nossa terra ▪ Artes decorativas ▪ Bordados à mão 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Artes decorativas ▪ Inglês ▪ Informática/Internet ▪ Aprender de Novo (2)
Vila Alva	E.R.	_____	_____	_____	_____	_____	▪ 1º CEB	_____
	E.E.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Artes decorativas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falso esmalte e pintura em gesso 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Artes decorativas a 3 dimensões 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Trabalhos em papel 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Artes decorativas ▪ Tapeçaria de Arraiolos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tapeçaria de Arraiolos ▪ Bainhas abertas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ao encontro das memórias da nossa terra
Vila Ruiva	E.R.	▪ 1ºCEB	▪ 1ºCEB	▪ 1º CEB	▪ 1º CEB	_____	_____	_____
	E.E.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Bordados à mão 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Bainhas abertas 	_____	_____	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Artes decorativas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Artes decorativas 	_____
Faro do Alentejo	E.R.	▪ 1ºCEB	_____	▪ 1ºCEB	_____	_____	_____	_____
	E.E.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Bordados à mão 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tapeçaria de Arraiolos - iniciação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tapeçaria de Arraiolos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tapeçaria de Arraiolos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Artes decorativas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Artes decorativas 	_____

Quadro 3. Cursos de educação de adultos existentes entre os anos de 1999/2000 e de 2005/2006, por freguesia.

Fonte: EBI/JI Fialho de Almeida, 2006.

Legenda: E.R. - Ensino Recorrente; E.E. - Educação Extra-escolar.

2.6.4. Aprovação e não aproveitamento

A caracterização dos percursos de escolarização através dos indicadores de aprovação e de não aproveitamento permite retirar ilações acerca da dinâmica da população escolar concelhia, variável multidimensional e de interpretação chave para a concepção da Carta Educativa e respectivas propostas de (re)dimensionamento da rede da oferta educativa. Os resultados apurados de aprovação e abandono foram disponibilizados pela DREA, por escola e ano curricular, no período compreendido entre os anos lectivos de 1999/00 e 2002/2003.

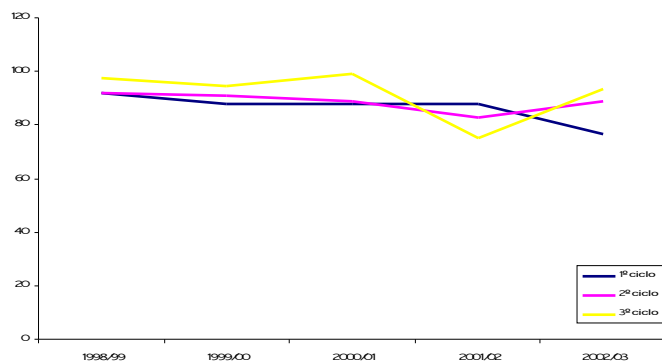
2.6.4.1. Análise dos valores globais do concelho, por nível de ensino

Propõe-se a análise dos indicadores de retenção e transição ao longo de uma série estatística correspondente a 4 anos escolares.

O sucesso escolar ao longo do ensino básico

Quanto ao indicador de sucesso escolar - a taxa de transição para o ano seguinte - o valor médio mais baixo regista-se no 1º ciclo: 85,9%. Segue-se o 2º ciclo com 88,6% e, finalmente, a taxa de conclusão média mais elevada regista-se no 3º ciclo atingindo os 92%, ainda que menos constante ao longo dos anos em análise.

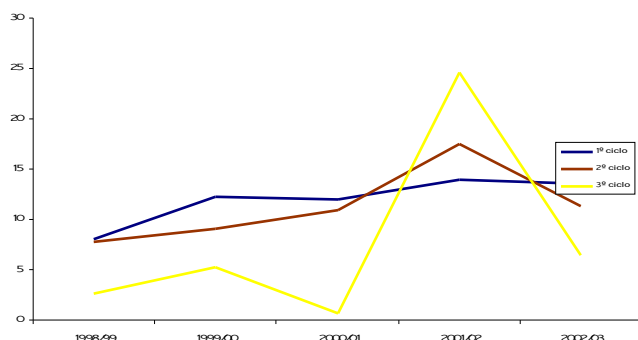
Gráfico 17. Comparação das taxas de conclusão nos diferentes ciclos do ensino básico.



Fonte: DREA: transição e retenção escolares, 1998 a 2003

Registe-se que estes níveis de conclusão e de sucesso escolar não apresentam relação directa com os níveis reais de escolarização. O terceiro ciclo é precisamente aquele onde se observam taxas de escolarização mais baixas.

Gráfico 18. Comparação das taxas de retenção nos diferentes ciclos do ensino básico.



Fonte: DREA: transição e retenção escolares, 1998 a

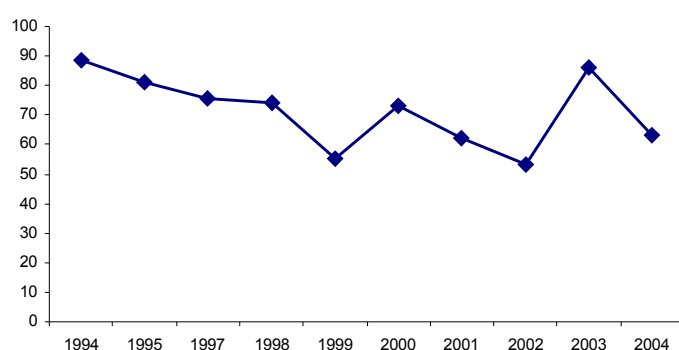
2003.

Como já havia sido referido, a distribuição dos alunos matriculados por idades indicia não aproveitamento, dada a dispersão em volta da idade esperada para frequência de um dado ano escolar. A taxa média de retenção no 1º ciclo, ao longo dos 5 anos em estudo, situa-se nos 12%, descendo ligeiramente para os 11% no 2º ciclo, e para 7,9%, no 3º ciclo.

O sucesso escolar ao longo do ensino profissional

O ensino profissional organiza-se em ciclos de formação de dois e três anos²⁶. Ao longo deste tempo não há transição mas acumulação de unidades de crédito que permitem, ao fim desse tempo concluir, ou não, esse ciclo. Por essa razão, não é possível apurar indicadores de transição ou retenção como se faria para o ensino geral secundário.

Gráfico 19. Taxa de conclusão média no ensino profissional.



Fonte: Escola Profissional Fialho de Almeida, 2006.

A taxa de conclusão média é variável, registando valores em torno dos 60% em diversos anos, situação que merece preocupação. No entanto, o ano de 2003 regista um valor bastante positivo, com taxas de transição próximas dos 90%.

²⁶ DL 26/89 de 21 de Janeiro de 1989.

Tendo em atenção as especificidades de funcionamento dos cursos profissionais, importa conhecer a análise por triénio, de acordo os dados disponibilizados pela EPFA - Cuba.

Triénio	Curso	N.º de alunos	Não concluíram	% Insucesso
1999/2002	Técnico de Gestão Autárquica	20	7	35,0
1999/2002	Técnico Turismo Amb.e Rural	15	5	33,3
1999/2002	Técnico Electrónica Comando	10	6	60,0
2000/2003	Animador Sociocultural/Desp.	16	1	6,3
2000/2003	Técnico Instalações Eléctricas	13	2	15,4
2001/2004	Técnico Marketing RPP	19	7	36,8
2002/2005	Técnico Sistemas de Informação	21	0	0,0
2002/2005	T. Manutenção Electromecânica	15	3	20,0
2002/2005	T. Electrónica e Telecomunicações	14	6	42,9
2002/2005	Técnico de Artes Gráficas	20	0	0,0
2002/2005	Animador Sociocultural/Desp	20	2	10,0
2003/2006	Desenhador Projectista	18	10	44,5
2003/2006	Técnico de Instalações Eléctricas	14	13	7,1
2003/2006	Técnico de Sistemas de Informação	22	15	31,9
2005/2006	Inst. E Oper. De Sistemas Informátic.	12	0	0,0
2005/2006	Inst. E Oper. De Sistemas Informáticos.	15	0	0,0
2005/2006	Massagista de Estética	13	0	0,0

Tabela 23. Dados relativos à não conclusão e insucesso, por triénio, desde 1999 até ao ano de 2006.
Fonte: EPFA - Cuba, 2006.

De acordo com dados recolhidos em 24-10-2006, o insucesso era de 33,4%.

2.6.4.2. Análise dos níveis de sucesso no 1º CEB, por estabelecimento

Após termos apresentado as taxas de conclusão do concelho, em cada ciclo de ensino, fazemos, neste sub-capítulo, uma abordagem mais fina, descendo ao pormenor dos resultados obtidos em cada um dos estabelecimentos no concelho onde é leccionado o 1º CEB.

Esta leitura torna-se particularmente relevante para o reordenamento da rede escolar à luz dos critérios que, recentemente, foram apresentados pela equipa do Ministério da Educação para a decisão do encerramento de escolas do 1º ciclo do ensino básico. Estes, para além do número de alunos em cada escola, remetem-nos para os índices de sucesso obtidos (cf. «Acordo relativo a Cartas Educativas e Rede escolar do 1º CEB», DREA, 2006, em anexo). Feito este enquadramento, clarificamos que serão tratadas apenas as EB1 e EB1/JI do concelho, uma vez que é aí que se jogam os aspectos mais urgentes do reordenamento, estando a especificação dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, devidamente apresentada.

Os dados disponíveis desagregados por distrito e por escola tratam apenas uma parte do intervalo que até aqui tem sido utilizado, em concreto, os anos lectivos de 1999/00 a 2002/03. A opção por usar o intervalo comum pretende permitir uma leitura comparativa entre as médias encontradas para o país,

para o distrito e para o concelho. Optamos pela designação de não aproveitamento, pois os valores apresentados referem-se à percentagem de alunos matriculados e que não transitaram, incluindo, como tal, alunos que abandonaram o sistema ou a escola onde inicialmente se haviam matriculado (cf. dados de base em anexo).

Zona	Anos lectivos			
	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003
Portugal	91,1%	91,2%	91,5%	92,4%
Baixo Alentejo e Alentejo Litoral *	90,7%	91,7%	90,7%	90,7%
Concelho de Cuba	82,8%	89,4%	84,2%	86,4

Tabela 24. Taxas de aproveitamento no 1º ciclo do ensino básico entre 1999/2000 e 2002/2003.

Fonte: GIASE, 2006; DREA, 2004.

Nota: * dados calculados pela equipa a partir das fontes indicadas.

Síntese

- Numa análise comparativa²⁷ observa-se que os valores de sucesso encontrados para o concelho de Cuba são sempre mais baixos do que os registados na região do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (BAAL) e no país.
- No ano lectivo de 2000/2001 regista-se a taxa de aproveitamento mais elevada, situando-se nos 90% e aproximando-se mais aos valores encontrados para a região e país.

Analisemos cada uma das escolas do concelho, na tabela abaixo.

Escola	Indicador	Ano lectivo			
		1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003
EB1 de Cuba	Matrículas	154	142	120	123
	Aproveitamento	139	123	105	105
	Tx. Aproveitamento	90%	87%	88%	85%
EB1 de Faro do Alentejo	Matrículas	28	30	28	29
	Aproveitamento	27	28	23	29
	Tx. Aproveitamento	96%	93%	82%	100%
EB1 de Vila Alva	Matrículas	20	19	22	15
	Aproveitamento	15	18	18	15
	Tx. Aproveitamento	75%	95%	82%	100%
EB1 com JI de Vila Ruiva	Matrículas	17	23	21	21
	Aproveitamento	11	19	18	14
	Tx. Aproveitamento	65%	83%	86%	67%

Tabela 25. Aproveitamento escolar no 1ºCEB, por escola, entre os anos lectivos de 1999/2000 e de 2002/2003.

Fonte: DREA, 2004; GIASE, 2006.

Síntese

²⁷ Destacamos que, na análise destes dados, se deve ter em conta a especificidade de cada um dos espaços regionais em comparação. Estes apresentam realidades médias distintas, como seja a do país - com cerca de meio milhão de alunos matriculados no 1º ciclo, com a média alcançada numa das zonas menos densamente povoadas e com fortes níveis de envelhecimento da população - com menos de 30 000 alunos no BAAL e cerca de 200 no concelho no último ano lectivo descrito. Deste modo, ao analisarmos os valores encontrados para o concelho em escolas, onde o número absoluto de alunos é muito baixo, a situação de um ou dois casos de falta de aproveitamento revela-se proporcionalmente muito elevada.

- A EB1 de Cuba parece apresentar a maior estabilidade, mantendo-se em torno dos 85 a 90% de aproveitamento, assim como Faro do Alentejo, ao longo deste 4 anos.
- Destacamos as EB1 de Vila Alva e de Vila Ruiva, pela irregularidade dos valores de aproveitamento ao longo intervalo: oscilam entre os 75% (1999/2000) e os 100% (2002/2003) no primeiro caso, e entre os 65% (1999/2000) e os 86% (2001/2002) no segundo.
- São também estas últimas duas EB1 onde se verificam os valores mais baixos de aproveitamento, em particular a EB1 de Vila Ruiva.

2.6.5. Abandono escolar e saída precoce

Adicionalmente, foram também analisadas as taxas de saída precoce²⁸ e saída antecipada calculadas a partir dos dados dos Censos de 2001 e disponibilizadas no site oficial do Ministério de Educação.

Ao nível do abandono escolar, os números registados são preocupantes, na medida em que são particularmente expressivos ao nível do 1º ciclo e, nos primeiros 2 anos de escolaridade. Merece destaque pela negativa a EB1 de Cuba onde se registam em todos os anos lectivos a esmagadora maioria dos casos registados. Em 1999/2000 os 8 casos de abandono frequentavam o 1º ano de escolaridade, nessa mesma escola, em 2000/2001, 10 dos 12 alunos que deixaram nesse ano lectivo a escola estavam na EB1 de Cuba, 8 deles no 1º ano e, por último, em 2001/02, 12 dos 17 abandonos também foram registados em Cuba, sendo 9 no 1º ano.

Ao nível do abandono escolar, os números registados devem-se à irregularidade de frequência dos alunos de etnia cigana. Em 1999/2000 os 8 casos de abandono frequentavam o 1º ano de escolaridade, nessa mesma escola, em 2000/2001, 10 dos 12 alunos que deixaram nesse ano lectivo a escola estavam na EB1 de Cuba, 8 deles no 1º ano e, por último, em 2001/02, 12 dos 17 abandonos também foram registados em Cuba, sendo 9 no 1º ano.

A reflexão acerca dos valores do abandono ganha expressividade quando adicionamos, aos números já apresentados, o índice de saída antecipada calculado a partir dos indivíduos que se situam no intervalo etário entre os 18 e os 24 anos, que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola. São indivíduos que já frequentaram a escola no período do alargamento da obrigatoriedade de 6 para 9 anos de escolaridade, constituem, portanto, casos de abandono escolar de há mais tempo, e que são, no caso concelho de Cuba, cerca de 24 em cada 100. Em termos precisos, 24,1% da população residente em Cuba em 2001 com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos não tinham concluído, à data, o 3º ciclo; este valor é um pouco inferior ao registado para o Baixo Alentejo (25,1%), mas, ainda assim, significativo.

Os dados relativos à saída precoce, de acordo com os Censos de 2001, indicam que 42,9% da população residente com idades entre os 18 e 24 anos não tinha concluído o ensino secundário e não se encontravam a frequentar a escola; também a este nível a taxa registada é inferior à média do Baixo Alentejo que se situa nos 45,5%.

²⁸ Saída precoce: “total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário” (in www.min-edu.pt, Janeiro de 2004).

2.7. Pessoal docente

Neste sub-capítulo pretende-se analisar o perfil dos profissionais afectos ao ensino no concelho, concretamente, no que diz respeito à colocação profissional e habilitações para a docência no intervalo de tempo de 1999/00 a 2005/06. Os dados referem-se ao sistema regular de ensino.

2.7.1. Evolução das habilitações e do vínculo profissional

Agrupamento Vertical de Escolas de Cuba

Agrupamento Vertical de Escolas de Cuba		Ano lectivo						
		1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006
Vínculo Profissional	QE	25	55	46	55	52	56	55
	Contrato	3	4	4	3	4	4	3
Habilitações	Própria	17	52	44	53	57	64	59
	C/profissionalização	1	0	1	0	3	2	3
Total		28	63	56	65	70	75	71

Tabela 26. Evolução das habilitações e do vínculo profissional do pessoal docente do Agrupamento Vertical de Escolas de Cuba, entre os anos de 1999/2000 e 2005/2006.

Fonte: Agrupamento Vertical de Escolas de Cuba, 2006.

Legenda: QE - Quadro de Escola; QZP - Quadro de Zona Pedagógica.

Síntese

- O número total de professores e de educadores de infância em funções no agrupamento vertical, tem vindo a aumentar, fixando-se em 71 profissionais na actualidade (ano lectivo 2005/06). Este aumento é mais evidente entre os dois primeiros anos do intervalo.
- Analisando o vínculo dos profissionais, concluímos por um cenário de razoável estabilidade, dado que, em todos os anos lectivos, a maior parte dos docentes e educadores se encontram colocados nos Quadros de Escola e de Zona Pedagógica.
- Concluímos, também, por um bom perfil ao nível das habilitações para o exercício da docência, uma vez que, a maior parte dos professores e educadores possui habilitações próprias para a sua profissão. No entanto, convém destacar que, em todos os anos existem professores que ainda não fizeram a sua profissionalização, variando entre os 9 e os 10 docentes.

Jl da Santa Casa da Misericórdia de Cuba

Jl da Santa Casa da Misericórdia de Cuba	Ano lectivo						
	1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006

Vínculo profissional	Contrato	2	2	2	2	2	1	1
Habilitações	Licenciatura	2	2	2	2	2	1	1
Total		2	2	2	2	2	1	1

Tabela 27. Evolução das habilitações e do vínculo profissional do pessoal docente do JI da Santa Casa da Misericórdia de Cuba, entre os anos de 1999/2000 e 2005/2006.

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Cuba, 2006.

Síntese

- Em 2005/06 existe apenas um educador de infância em funções nesta entidade; até 2003/04 existiram dois profissionais.
- Estes têm sido colocados através de um concurso promovido pela Santa Casa e as habilitações para o exercício da profissão consistem na licenciatura em Educação de Infância. Estas características mantêm-se ao longo deste 7 anos.

Escola Profissional Fialho de Almeida (Cuba)²⁹

Na actualidade, o corpo docente desta escola é composto por 39 docentes. As suas situações contratuais são diversas, existindo professores com contratos de prestação de serviços, ou outros tipos de contrato e professores efectivos.

Quanto às habilitações para o exercício da docência, trata-se de técnicos com o ensino secundário e com licenciatura, em áreas de formação diversificadas.

2.8. Pessoal não docente

Neste ponto faz-se a descrição dos profissionais não docentes que trabalham nas escolas e JI do concelho, quanto aos seguintes aspectos: funções exercidas, vínculo profissional e habilitações literárias e/ou para o exercício da profissão, entre 1999/00 e 2005/06.

2.8.1. Funções exercidas

Agrupamento Vertical de Escolas de Cuba

Âmbito de funções	Ano lectivo						
	1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006
Administração escolar	7	7	7	7	6	7	8
Pessoal auxiliar	23	23	23	24	24	23	24
Cozinha	5	5	5	5	5	5	5
Vigilância	?	?	?	?	?	?	?

²⁹ Apenas foram disponibilizados dados referentes ao ano lectivo de 2005/06. Não foram indicados números específicos quanto á situação dos profissionais.

Total	37	37	37	38	37	37	38
--------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Tabela 28. Número de profissionais e funções exercidas, do Agrupamento Vertical de Escolas de Cuba, entre 1999/00 e 2005/2006.

Fonte: EBI/JI Fialho de Almeida, 2006.

Síntese

- O quadro de pessoal não docente do agrupamento revela bastante estabilidade quanto ao número de profissionais, existindo, na actualidade 38 em funções.
- Estes distribuem-se entre os sectores da vigilância/segurança, da administração escolar, da cozinha, assim como do apoio à acção educativa.
- Estes últimos representam o sector mais numeroso, existindo 24 auxiliares de acção educativa, 8 funcionários da administração escolar, 5 elementos da cozinha e 2 vigilantes, em concreto, guardas-nocturnos.

Jl da Santa Casa da Misericórdia de Cuba

Âmbito de funções	Ano lectivo						
	1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006
Auxiliar de acção educativa	3	3	3	3	3	1	1
Total	3	3	3	3	3	1	1

Tabela 29. Número de profissionais e funções exercidas, no Jl da Santa Casa da Misericórdia de Cuba, entre 1999/00 e 2005/2006.

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Cuba, 2006.

Síntese

- Todos os profissionais não docentes do Jl da Santa Casa da Misericórdia são auxiliares de acção educativa.
- Até ao ano de 2003/04 eram 3 os profissionais, sendo que, a partir deste ano, apenas um auxiliar integra esta instituição, como se constata na tabela.

Escola Profissional Fialho de Almeida³⁰

De acordo com a Escola Profissional Fialho de Almeida, actualmente, existem 6 profissionais não docentes ao serviço, que se distribuem, em termos das funções desempenhadas do seguinte modo: 1 técnica administrativa, 2 auxiliares de educação, 2 motoristas e 1 vigilante.

2.8.2. Habilitações e vínculo profissional

³⁰ Apenas foram disponibilizados dados referentes ao ano lectivo de 2005/06. Não foram indicados números específicos quanto á situação dos profissionais.

Agrupamento Vertical de Escolas de Cuba

Agrupamento de Escolas de Cuba		Ano lectivo						
		1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006
Vínculo	Quadro	28	30	29	30	30	30	30
	Contrato	9	7	8	8	7	7	9
Habilitações	1º CEB	11	11	11	11	11	11	11
	2º CEB	3	3	3	3	3	3	3
	3º CEB	10	10	10	10	10	10	11
	11º ano	2	2	2	3	3	3	3
	Ensino Secundário	11	11	11	11	10	10	11
Total		37	37	37	38	37	37	39

Tabela 30. Vínculo profissional e habilitações literárias do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas de Cuba, entre 1999/2000 e 2005/2006.

Fonte: Agrupamento de Escolas de Cuba, 2006.

Síntese

- O corpo de pessoal não docente do agrupamento parece estável, dado que a maior parte dos profissionais se encontra colocada no Quadro do Ministério da Educação. Contudo, importa atender que cerca de 19 a 23% dos funcionários, em cada ano, é colocado através de contrato, em regra, contrato administrativo de provimento.
- As habilitações literárias do pessoal não docente são bastantes dispersas pelos diversos graus de escolaridade. No entanto, cerca de 65%, em cada ano, possui como habilitação, algum grau finalizado dentro da escolaridade obrigatória. Em 2005/06, 28.2% têm o 1º CEB, 7.6% o 2º CEB e 28.2% o 3ºCEB. Os restantes detêm o ensino secundário (28.2%) e o 11ºano (7.6%).
- O perfil de habilitações mantém-se ao longo do intervalo, apenas oscilando em função do número de funcionários.

Destes funcionários, 8 pertencem à CMC. Entre os anos de 1999/00 a 2005/06, estiveram em funções:

- 6 Auxiliares de acção educativa:
 - 2 iniciaram funções no ano lectivo 1999/2000 e têm 9.º e 12.º ano respectivamente;
 - 4 iniciaram funções no ano lectivo 2004/2005. Uma tinha o 9.º ano, e as restantes 3 tinham o 12.º ano;
 - Presentemente, a CMC tem colocado cinco auxiliares de acção educativa, dos quais 2 estão no quadro de funcionários, os 3 restantes são contratados.
- Dois monitores de Componente de Apoio à Família. Estes iniciaram funções no ano lectivo de 2003/2004, e ambos são contratados. Quanto às suas habilitações, um dos animadores é licenciado em Animação Sócio-cultural e outro em 1.º Ciclo do Ensino Básico (CMC, 2006).

De acordo com o Agrupamento (2006), destacam-se as EB1 de Vila Ruiva e de Faro do Alentejo, onde não existem auxiliares a tempo inteiro, situação que se tem revelado problemática. Existem duas funcionárias a tempo parcial e sob contrato.

JI da Santa Casa da Misericórdia

JI da Santa Casa da Misericórdia		Ano lectivo						
		1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006
Vínculo	Quadro	3	3	3	3	3	1	1
Habilitações	3º CEB	2	2	2	2	2	0	0
	Ensino Secundário	1	1	1	1	1	1	1
Total		3	3	3	3	3	1	1

Tabela 31. Vínculo profissional e habilitações literárias do pessoal não docente do JI da Santa Casa da Misericórdia de Cuba, entre 1999/2000 e 2005/2006.

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Cuba, 2006.

Síntese

- As auxiliares da valência de Jardim-de-infância desta entidade integram o quadro de pessoal da Santa Casa. Na actualidade, a única funcionária existente encontra-se, também, efectiva.
- Quanto às habilitações, todas as auxiliares tinham, até 2003/2004, pelo menos a escolaridade obrigatória, existindo uma funcionária com o ensino secundário ao longo de todo o intervalo.

3. Descrição da Acção Educativa da Câmara Municipal de Cuba

Neste capítulo é feita uma descrição da acção da Câmara Municipal de Cuba, em matéria de educação, partindo das competências estabelecidas legalmente. Nos últimos anos, verificou-se um processo de sucessiva desconcentração e transferência das competências no domínio educativo para o plano de actuação local, tal como já comentado na Parte I deste documento.

Estas atribuições referem-se, com particular destaque, à educação pré-escolar e ao 1º ciclo do ensino básico, e incidem quer sobre a manutenção do edificado, quer sobre o apetrechamento de material destinado à prática pedagógica. As áreas de intervenção educativa, em torno das quais a Câmara Municipal de Cuba congrega a sua actuação situam-se, maioritariamente, na educação de infância e no 1º ciclo do ensino básico. Assinala-se, além das intervenções no edificado (a que já fizemos alusão), a acção nos seguintes domínios:

- Transportes escolares;
- Acção social escolar;
- Promoção de projectos e iniciativas de carácter pedagógico.

3.1. Transportes escolares

O Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, definiu como competência dos municípios a organização, financiamento e controle do funcionamento dos transportes escolares. A comparticipação nos transportes escolares acontece sempre que os alunos do ensino básico e secundário (oficial, particular ou cooperativo) residam a mais de 3 ou 4 km dos estabelecimentos de ensino, bem como nos casos em que os alunos tenham sido matriculados compulsivamente em escolas situadas fora da área da sua residência.

Os alunos abrangidos pelos limites da escolaridade obrigatória, isto é, que ainda não tenham atingido os 15 anos, têm direito a transporte gratuito. A partir desta idade, este serviço é comparticipado em 50% pela autarquia. De acordo com a Portaria 181/86, de 6 de Maio, os alunos do ensino secundário têm uma comparticipação de 50% do valor total do passe, com base no critério da distância casa/escola.

Alunos transportados

Na actualidade (ano lectivo de 2005/2006), são transportados 174 alunos, os quais se distribuem da seguinte forma pelos ciclos de ensino:

- 1º CEB: 3 alunos;
- 2º CEB: 44 alunos;
- 3º CEB: 44 alunos;
- Ensino secundário: 83 alunos.

Tipos de circuitos

Tipos de circuitos existentes	Meio de transporte	Percurso	
		Origem	Destino
Especiais	Viatura da Câmara Municipal	Monte do Pereiro	Cuba (vice-versa)
		Monte dos Carinos	Cuba (vice-versa)
		Monte do Trolho	Cuba (vice-versa)
		Monte da Palheta	Cuba (vice-versa)
Regulares	Rodoviário	Cuba	Beja (e vice-versa)
		Albergaria dos Fusos	Cuba (vice-versa)
		Vila Alva	Cuba (vice-versa)
		Vila Ruiva	Cuba (vice-versa)
Despesa Global	48 557 55€ (valor apenas referente à despesa com a Rodoviária)		

Quadro 4. Tipos de circuitos e percursos existentes, e valor global de despesa no ano lectivo de 2005/2006.

Fonte: CMC, 2006.

Síntese

- No concelho as deslocações dos alunos são asseguradas por circuitos de transporte especiais, concebidos para servir determinado percurso e efectuados por viaturas municipais, e circuitos colectivos. Estes ocorrem de modo integrado nos transportes colectivos de passageiros, tais como transportes rodoviários ou ferroviários. Existem 4 circuitos de cada tipo.
- Os circuitos especiais servem os montes.
- A destacar o circuito entre Cuba e Beja, que possibilita aos alunos frequentarem o ensino secundário regular, inexistente no concelho.

Deslocação		Kms efectuados	Tempo médio dispendido (minutos)
Origem	Destino		
Albergaria dos Fusos	Cuba	17	30
Vila Alva	Cuba	11	14
Faro do Alentejo	Cuba	5	8
Montes	Cuba	5 a 6	10 a 15
Albergaria dos Fusos	Beja	37	60
Vila Alva	Beja	31	52
Vila Ruiva	Beja	28	44 a 58
Cuba	Beja	20	30
Faro do Alentejo	Beja	24	38

Tabela 32. Número de quilómetros e tempo médio estimado de percurso entre as localidades.

Fonte: CMC, 2006.

Síntese

- Observamos dois grandes tipos de percurso: entre as localidades dentro do concelho e do concelho para Beja.
- Não parecem existir questões de maior quanto ao tempo médio de deslocação, dado que este não ultrapassa os 60 minutos, sendo que os percursos mais longos são efectuados por alunos do ensino secundário.

3.2. Acção social escolar

Neste ponto apresentamos o número de alunos beneficiados pelas modalidades de acção social escolar nos dois últimos anos lectivos, segundo tipo de apoio e montante investido por parte da CMC.

Tipo de apoio concedido	Nível de Ensino	Ano lectivo	
		2004/2005	2005/2006
Refeições	Ed. Pré-escolar	24	17
	1º CEB	31	41
Despesa		9 635.31€	4 316.52 €*
Apoio em livros	1º CEB	19	48
Despesa		1 100 €	1 920 €
Componente de Apoio à Família	Ed. Pré-escolar	41	42
	1º CEB	27	34
Despesa		25 161.52 €	25 856.97
Subsídios ensino superior	Dentro do distrito	—	46
	Fora do distrito	—	28
Despesa		—	29 160 €
Totais gerais	Número de alunos	142	266
	Despesas	35 896.83 €	61 253.49 €

Tabela 33. Indicadores relativos aos auxílios económicos da CMC, nos anos lectivos de 2004/05 e de 2005/2006.

Fonte: Câmara Municipal de Cuba, 2006.

Legenda: *valor referente apenas ao 1º período lectivo (Setembro a Dezembro).

Síntese

- Para além dos transportes escolares, mencionados no ponto anterior, a Câmara Municipal disponibiliza apoio aos alunos que frequentam a educação pré-escolar e 1ºCEB, e suas famílias, através da comparticipação de refeições, e componente de apoio à família. Os alunos do 1º CEB têm, ainda, apoio financeiro para a aquisição de livros escolares.
- Fora do âmbito de competência legal estão as ajudas ao ensino superior. No concelho, os subsídios de apoio aos alunos de ensino superior são atribuídos regra geral a todos os alunos do concelho que estejam a frequentar o ensino superior com sucesso educativo. Este apoio é dividido entre alunos que estudam no distrito e alunos que estudam fora do distrito, sendo o valor trimestral deste último ligeiramente superior.
- A nível global pode concluir-se por um aumento do número de alunos apoiados pelas modalidades de acção social escolar entre os dois anos referidos. Em termos financeiros, este aumento traduz-se numa quase duplicação do montante investido nas mesmas.

3.3. Promoção de iniciativas e projectos de carácter pedagógico e cultural

Vejamos as iniciativas, acções e eventos de carácter educativo, promovidas pela CMC, com referência ao ano de 2005.

Tipo de evento	Público - alvo	Objectivos	Investimento
1. Recepção aos Professores	Professores e pessoal auxiliar e administrativo	<ul style="list-style-type: none"> Dar a conhecer o concelho aos novos professores; Promover o convívio e o bom 	1.620,00€ por ano

		relacionamento entre os elementos da comunidade educativa.	
2. Dia da Criança	Todas as Crianças do Pré-escolar e do 1.º Ciclo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover os direitos da criança; ▪ Criar um ambiente de convívio ente as crianças, auxiliares, pais e professores. 	600,00€ por ano
3. Apoio Psicopedagógico - Participação no gabinete sócio-psicopedagógico da EBI; - Gabinete sócio-psicológico do Projecto «De Mãos Dadas» da Câmara Municipal	Toda a população escolar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar a população escolar; ▪ Contribuir para o sucesso escolar. 	*
4. Acção de promoção da Leitura	Alunos do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar o gosto pela Leitura; ▪ Travar possíveis problemas de Leitura. 	1.500,00€ por ano
5. Projecto de iniciação desportiva «Escolinha do Desporto» e «Animação Aquática»	Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover o desenvolvimento físico; ▪ Sensibilizar para a prática desportiva 	*
6. Apoios pontuais a projectos específicos das escolas	Toda a comunidade educativa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proporcionar apoio em transportes, instalações, equipamentos, apoio financeiro. 	*
7. Rede de Bibliotecas Escolares	Toda a população	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Equipar todo o concelho de bibliotecas; ▪ Promover o contacto entre todas as bibliotecas do país. 	14.900,00€ por ano

Quadro 5. Acções e iniciativas pedagógicas promovidas pela CMC, em 2005.

Fonte: CMC, 2006.

Legenda: * Não é possível especificar o investimento.

Síntese

- A acção pedagógica da CMC é diversa, contemplando desde a candidatura a programas, ao apoio financeiro, à intervenção de carácter psicopedagógico.
- As áreas temáticas trabalhadas/abordadas são diversas, destacando-se o apoio ao desporto e à leitura.
- As acções destinam-se, maioritariamente, às escolas e população escolar, sendo de destacar a tentativa de abranger alunos, docentes e não docentes.

3.4. Novos desafios lançados à autarquia

Neste ponto são descritas algumas medidas recentemente lançadas ao nível do Ministério da Educação e que constituem desafios à acção da autarquia em matéria da educação.

3.4.1. O Programa de Generalização do Inglês aos Alunos dos 3º e 4º anos do 1º Ciclo do Ensino Básico

Trata-se de uma medida do Ministério da Educação, estabelecida pelo Despacho nº14 753/2005, de 24 de Junho, tendo como objectivo principal proporcionar uma «oferta educativa extracurricular gratuita, que permita desenvolver competências e fomentar o interesse pela aprendizagem deste idioma [língua inglesa] ao longo da vida» (Introdução) aos alunos do 1º CEB, em concreto, dos que se encontram a frequentar os 3º e 4º anos. Esta medida integra um conjunto de intenções que se relacionam com o

alargamento do horário lectivo nas escolas do 1º CEB, integrando as iniciativas de carácter extra-escolar. A frequência é gratuita, decorre semanalmente em 3 tempos de 45 minutos.

O concelho de Cuba

De acordo com a CMC, estão abrangidos 90 alunos, tendo sido contratado um professor para o efeito. A cada turma é ministrado um tempo e meio semanalmente, em três blocos de 45 minutos cada, conforme legislado. As aulas funcionam nas escolas e nas respectivas salas a que os alunos pertencem, ou seja, escolas do 1.º Ciclo de Cuba, Faro do Alentejo, Vila Ruiva e Vila Alva.

De acordo com a CMC, não foram encontradas até ao dia de hoje quaisquer dificuldades em relação ao funcionamento do programa de generalização do Inglês. No entanto, o Agrupamento refere dificuldades relacionadas com a irregularidade da frequência dos alunos, dado que esta não é obrigatória, fazendo alusão a algum desconhecimento por parte dos pais em relação ao programa. Dado que as aulas são asseguradas por apenas um professor e que o horário a elas destinadas era o mesmo (após as 15:30), houve necessidade de se alterar a organização lectiva dos docentes titulares de turma. Deste modo, algumas crianças têm as aulas, por exemplo, às 9h da manhã.

3.4.2. O Programa de Generalização das Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico

Trata-se de uma medida do Ministério da Educação, estabelecida pelo Despacho nº. 22 251/2005 (2ª série) de 25 de Outubro. Tem como principal objectivo suprir um vazio legal quanto às atribuições dos municípios no fornecimento das refeições escolares aos alunos do 1º CEB e define o modelo de financiamento necessário para tal. De facto, embora esteja definido como competência dos municípios (Lei nº.159/99, de 16 de Setembro), apenas este despacho vem estabelecer “o regulamento que define o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação” (Preâmbulo, ponto 2). Segundo o regime previsto, a comparticipação financeira do município é de 0,58€, valor de refeição por aluno. No caso dos alunos abrangidos pela Acção Social Escolar, o pagamento da refeição é da responsabilidade do município.

O concelho de Cuba

A Câmara Municipal de Cuba não aderiu a este programa, pois todos os alunos que necessitam do serviço de refeição, têm acesso ao mesmo, há já alguns anos.

3.4.3. Programa de Promoção de Projectos Educativos na Área da Cultura

O Despacho Conjunto nº. 834/2005, de 12 de Outubro, aprova o «Programa de Promoção de Projectos Educativos na Área da Cultura». Trata-se de uma iniciativa conjunta entre os Ministérios da Educação e

da Cultura, que pretende o incremento e difusão da cultura junto das escolas, através de orientação educativa por parte das entidades que promovem as acções culturais.

Este programa parte da consciência das potencialidades educativas contidas nos espaços de cultura, bem como da necessidade de rentabilizar os recursos do Sistema Educativo português, em concreto, os docentes sem horário ou com horário incompleto.

Podem aceder a esta iniciativa Agrupamentos de Escolas e/ou escolas não agrupadas (na qualidade de entidades educativas) e museus, monumentos, entre outros (na qualidade de entidades culturais). Além destas, e de modo complementar, podem integrar este programa, outras entidades, tais como, municípios, juntas de freguesia ou associações de desenvolvimento local (Capítulo I, art. 3º, alínea 4).

Quanto ao tipo de acções a desenvolver, o documento sugere diversas propostas de projecto, que deverão ser consolidadas através de protocolos entre as entidades envolvidas. Como exemplo, temos: “concepção, preparação e realização de actividades de serviços educativos”, “coordenação e acompanhamento de clubes de escola”, “apoio no estudo e gestão de fundos bibliográficos e documentais” ou “concepção e execução de acções de formação continuada em diversos domínios”, entre outras (Capítulo I, art. 4º).

O despacho estabelece que os projectos desenvolvidos devem prever “a deslocação dos alunos das escolas envolvidas a espaços de cultura, pelo menos uma vez por ano” (Preâmbulo, ponto 4).

4. Diagnóstico

Este capítulo apresenta uma síntese das características da rede educativa de Cuba, evidenciadas ao longo dos capítulos anteriores. O diagnóstico será feito, destacando as potencialidades e os problemas detectados, quer em termos genéricos, para o concelho, quer na especificidade de cada nível de ensino.

Remetemos o leitor para a Parte IV deste documento, onde se apresentam as propostas definidas para responder ao quadro de necessidades desenhado a partir do confronto entre as potencialidades, os problemas e as características de evolução da situação educativa no concelho de Cuba e do país, e relativas às várias modalidades de educação existentes.

4.1. Potencialidades

4.1.1. De carácter geral

- Com excepção do ensino secundário regular, o concelho dispõe de todas as modalidades de ensino não superior, dispondo também, de oferta ao nível do ensino recorrente e da educação extra-escolar.
- A localização privilegiada do concelho, coloca-o situado relativamente próximo das ofertas de ensino secundário e superior existentes noutros concelhos.
- Existência de estabelecimentos de educação em todas as freguesias, assim como de uma estabilidade e boa desconcentração da rede escolar.
- Evolução recente da rede escolar, nomeadamente, a reconversão de tipologias ao nível da educação pré-escolar e do 1º CEB, a partir do ano lectivo de 2001/02.
- Decréscimo dos valores de analfabetismo entre 1991 (24.5%) e 2001 (18,2%). Não obstante o peso das habilitações baixas que ainda persiste, o número de pessoas com o ensino secundário aumentou para cerca do dobro (6.5% em 1991 para 11.3% em 2001) e o ensino superior cerca do triplo (2.6% em 1991 para 6.2% em 2001).
- Existência de uma Escola Profissional, com grande diversidade de cursos.
- Existência de um bom nível de qualificações de grande parte do pessoal docente, nos diversos estabelecimentos de ensino.
- Indicadores de razoável estabilidade nos quadros docentes do concelho, na sua maioria colocados nos Quadros de Escola ou nos Quadros de Zona Pedagógica.
- Indicadores de estabilidade do pessoal não docente, que se encontra, na sua maioria, efectivo ou colocado nos quadros do Ministério da Educação/autarquia.
- Implicação da Câmara Municipal de Cuba em aspectos tais como a promoção de eventos de natureza cultural e educativa, visível na diversidade e investimentos realizados nesse âmbito.
- Rede de transportes escolares adaptada às necessidades, com percursos que englobam montes

e lugares isolados e de acesso difícil, com circuitos especialmente previstos para a adequação às necessidades de cada aluno. É de destacar o número superior de circuitos especiais, em comparação com o número de circuitos regulares. De destacar, também, o esforço dispendido nas deslocações dos alunos entre o concelho e Beja, de modo a que os alunos possam frequentar o ensino secundário regular.

- Implicação da CMC na acção social escolar, por exemplo, no apoio concedido aos alunos deslocados a frequentarem o ensino superior, extravasando as competências legisladas.
- Existência de alguma diversidade nos equipamentos culturais, com espaços que permitem a realização de diversas práticas.
- Abrangência da rede de equipamentos desportivos, que serve todas as freguesias do concelho, destacando-se, também, a afirmação de algumas modalidades desportivas tais como BTT, ciclismo, patinagem artística e futebol.

4.1.2. Desagregadas por modalidade de educação

Educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico

- Existência de oferta de educação pré-escolar e de 1º ciclo do ensino básico em todas as freguesias.
- Todas as turmas do 1º CEB funcionam em regime lectivo normal, o que se enquadra nas directivas preconizadas pelo Ministério da Educação.
- A maior parte dos estabelecimentos apresenta um bom estado de conservação geral.
- Todos os estabelecimentos (públicos e privados) têm computadores, a maioria com acesso à Internet.
- Existência da valência de CAF proporcionada pela EBI/JI.
- Existência de serviço de refeições para os alunos que necessitam destas facilidades;
- Existência de salas de apoio nas EB1 e JI de Vila Alva, e EB1 e JI de Vila Ruiva.
- Existência de gabinetes de professores na maior parte dos estabelecimentos (com excepção dos EB1 e JI de Vila Ruiva).
- Candidatura de uma biblioteca escolar para a EB/JI de Vila Ruiva e EB1 e JI de Faro do Alentejo
- Intervenção recente por parte da Câmara Municipal, no que se refere à manutenção, aos equipamentos e às questões de apoio socio-educativo;
- Todas as EB1 e JI dispõem de espaço exterior;
- Boas condições do edificado/instalações, tanto interiores quanto exteriores: EBI/JI de Cuba, EB1/JI de Vila Ruiva e EB1 e JI de Vila Alva. Em Vila Ruiva e Vila Alva ocorreram intervenções recentes no edificado.

- Existência de outros equipamentos nalgumas escolas. Por exemplo, na EB1 e JI de Faro do Alentejo é indicada a existência de um pequeno pavilhão que, contudo, necessita de intervenção.
- Também nestes edifícios são apontadas as condições favoráveis do espaço exterior, muito amplo e equipado.
- Todos os alunos dos 3º e 4º anos do 1ºCEB são abrangidos pelo Programa de Generalização do Inglês, decorrendo as aulas nas suas escolas de origem.

2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

- O edifício da EBI/JI, sede de agrupamento, é de construção recente e oferece alguns recursos, tais como:
 - salas temáticas (laboratórios, salas de: educação visual e tecnológica, educação tecnológica, educação visual, música, informática);
 - centro de recursos e biblioteca;
 - espaços para as actividades desportivas;
 - gabinetes de trabalho destinados aos professores;
 - elevado número de computadores disponíveis, todos, com acesso à Internet.

Ensino profissional

- A Escola Profissional apresenta alguma diversificação dos espaços, nomeadamente: salas de EVT, de informática e laboratórios. Existe, também, uma biblioteca e elevado número de computadores. De destacar, também, as instalações de desporto, que consistem em campos de futebol e de andebol e num pavilhão gimnodesportivo.
- O número de alunos tem vindo a aumentar consideravelmente: de 69 alunos em 1999/2000 para 110 em 2005/2006, não se registando quebras muito expressivas nos anos intermédios do intervalo.
- A Escola Profissional é procurada por alunos de outros concelhos, tais como, Beja, Vidigueira e Portel, entre outros.
- Retomam-se as potencialidades existentes de acordo com a EPFA:
 - Vasta oferta de cursos profissionais e de educação formação;
 - Boas instalações e salas com boas condições e bem equipadas;
 - Oficinas bem equipadas;
 - Cantina escolar;

- Incubadora de empresas - que permitirá a criação de 6 micro empresas por alunos da Escoa após a sua formação;
- Autocarro próprio que permite realizar todas as saídas e visitas de estudo necessárias aos vários cursos;
- Aumento de lotação da escola profissional tem agora capacidade para 190 alunos em regime diurno;
- Construção de duas salas de aula;
- Reabilitação de um dos blocos da escola para a criação de oficinas de manutenção, de design e de equipamentos informáticos e de electrónica;
- Realização anual de um fórum empresarial de incremento à actividade empresarial e divulgação empresarial;
- Realização de um conjunto de iniciativas para a comunidade nomeadamente colóquios e sessões de esclarecimento;
- Promoção de cerca de duas a três dezenas de estágios internacionais, por ano, ao abrigo do programa comunitários Leonardo da Vinci;
- Existência de projectos no âmbito dos programas Sócrates-Comenius, que permite intercâmbios com diversos países da União Europeia;
- Protocolos e parcerias existentes com as principais empresas/ entidades regionais;
- Oferta de cursos profissionais de nível III e de cursos de educação e formação;
- Elevado número de computadores com ligação à Internet;
- Estabilidade do corpo não docente;
- Existência de um autocarro próprio que permite a realização de todas as saídas consideradas indispensáveis para a explanação dos conteúdos programáticos;
- Facilidade no transporte casa-escola-casa.

Educação de adultos

- Diversidade de temas dos cursos de educação extra-escolar.
- Não obstante alguma irregularidade entre os anos, os cursos de educação extra-escolar têm tido uma frequência bastante positiva, fixando-se, na actualidade, em 99 alunos, distribuídos em 6 cursos.

4.2. Problemas

4.2.1. De carácter geral

- O nível de habilitações da população ainda é baixo, e os valores de analfabetismo ainda ultrapassam os valores encontrados para a região e país.

- Quebras na frequência escolar, não existindo, ainda, um cumprimento a 100% da escolaridade obrigatória.
- Estagnação das habilitações do pessoal não docente: cerca de 36% não possui ainda o ensino básico, situação que permanece idêntica em todo o intervalo (com referência ao agrupamento).
- Inexistência de ensino secundário regular.
- Indicadores expressivos de abandono escolar e de saída precoce, ao nível dos alunos de etnia cigana.

4.2.2. Desagregados por modalidade de educação

Educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico

- **JI de Faro do Alentejo:** necessidade de renovar o pavimento da sala, de instalar água quente e de instalar o sistema de climatização para aquecimento/arrefecimento do espaço. Embora não assinalado como problema, é referenciada a ausência de cantina e a inadequação da cozinha, bem como a falta de condições da sala de professores;
- **EB1 de Faro do Alentejo:** necessidade de instalação do sistema de climatização; necessidade de reparação de portas e de estores e a existência de muros baixos e portões em mau estado. Adicionalmente, e à semelhança do estabelecimento anterior, é referido que a sala de professores oferece poucas condições.
- **JI de Vila Alva:** inadequação do espaço exterior no Inverno. Dado que o espaço exterior é muito aberto, no Inverno, para que as crianças possam usufruir da casa de banho, o percurso tem de ser feito pelo exterior, estando as crianças sujeitas ao mau tempo;
- **EB1 de Vila Alva:** espaço de recreio pouco acolhedor quando chove
- Escassez de instalações de desporto nas EB1 e JI;
- Escassez de salas temáticas nas EB1 e JIs, com exceção dos exemplos mencionados;
- Inexistência de bibliotecas, com exceção dos exemplos já mencionados;
- Centro de recursos centralizado em Cuba na EBI/JI de Cuba.
- Existência de taxas de não aproveitamento superiores à média do distrito e do país.

2º e 3º ciclos do ensino básico

- As taxas de retenção no 3ºCEB revelam grande instabilidade, chegando a atingir os cerca de 25%, no ano de 2001/2002.

Ensino Profissional

- O corpo docente não é grande, embora apresente alguma estabilidade no sentido de ser composto, sensivelmente, pelos mesmos docentes. As oscilações detectadas referem-se a situações de prestação de serviço, nomeadamente, de docentes das áreas técnicas que são recrutados de 3 em 3 anos, de acordo com os cursos que vão sendo candidatados.
- Inexistência de uma residência estudantil que possa receber os alunos que se encontram deslocados das suas residências.

Educação de Adultos

- Diminuição dos cursos de educação extra-escolar.
- Inexistência de cursos de 2ºCEB recorrente nos últimos anos do intervalo.
- Fraca cobertura dos cursos de educação de adultos às freguesias fora da sede.

PARTE III.

CENÁRIOS E PROJECCÕES

1. Enquadramento dos estudos prospectivos no exercício de planeamento educativo a nível local

Esta parte tem por objectivo projectar as características da rede educativa para os próximos cinco anos. Se até aqui a preocupação foi em caracterizar os processos de evolução e de mudança, agora chegou o momento de clarificar a direcção tendencial.

A abordagem prospectiva que apresentamos será feita a partir de um conjunto de indicadores e de propostas, tendo como base a noção de imprevisibilidade, balizada por desejável continuidade. Assim, esta parte é composta por:

- um capítulo que resume duas abordagens prospectivas à educação em Portugal - uma de teor político, em termos da metas a alcançar e outra ancorada num estudo prospectivo de planeamento educacional do sistema português;
- um capítulo que enquadra as prioridades sentidas pela autarquia de Cuba, em termos de alguns elementos que integram o diagnóstico social do concelho e das grandes linhas estratégicas de desenvolvimento do concelho, onde são enquadrados pela autarquia os contributos da escolarização para o desenvolvimento local;
- um capítulo que apresenta as projecções da população de Cuba, em termos da grande tendência pesada para o desenvolvimento da educação - as questões demográficas - e em termos das expectativas de procura e de conclusão dos diferentes níveis de ensino instalados no concelho, que se reflectem nos indicadores sobre os níveis de escolarização da população do concelho;
- um capítulo com indicadores, de maior especificidade, relativos à procura esperada para cada escola existente no concelho, pela população em idade certa de frequentar cada nível de ensino.

As expectativas sobre o comportamento destes elementos - condicionantes e políticos - estarão na base da proposta de reordenamento da rede educativa de Cuba que se apresenta na última parte deste documento.

2. Prospectivas para a Educação em Portugal

“Explorar futuros possíveis é (...) a maneira mais fecunda de a inteligência humana influenciar os deuses.”
(Carneiro, 2000: 32)

O exercício de prospectiva e planeamento da rede educativa concelhia, aqui em decurso, exige contemplar e integrar os pressupostos usados na prospecção do Sistema Educativo Português. Os estudos prospectivos assentam “numa atitude consciente, voluntária e activa de determinação” (Caraça, 2000: 83).

O planeamento educativo deve ser conduzido de forma sistémica e integradora dos diferentes níveis de ensino, modalidades e contextos de educação, no entanto são necessárias algumas referências parcelares, de forma a orientar os esforços de mudança e a definição das necessidades educativas mais prementes nos diferentes territórios a considerar.

Com este objectivo apontam-se, a seguir, dois tipos de dados, que permitem a extracção de indicadores distintos:

- metas assumidas pelo Ministério da Educação relativas aos níveis de escolarização da população e taxas de cobertura escolar a alcançar em todo o país;
- os cenários educativos traçados para Portugal e as projecções daí emergentes, com o horizonte temporal de 2000 - 2020, no estudo desenvolvido sob a direcção e coordenação de Roberto Carneiro, no final da década de 1990, apoiado pelo PRODEP e publicado em 2000 pelo Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação: O Futuro da Educação em Portugal, tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva.

2.1. Metas assumidas pelo Ministério da Educação

A educação pré-escolar sofreu um grande incremento na segunda metade da década de 1990, que culminou no processo de alargamento da rede pública do pré-escolar e na publicação das orientações curriculares para este nível de educação.

Assim, propunha-se o Ministério da Educação que, até ao fim do século XX, frequentassem o pré-escolar 90% das crianças com cinco anos, 75% das crianças com quatro anos e 60% das crianças com três anos (Decreto-Lei nº. 147/97). Os objectivos então traçados eram também de natureza qualitativa, acrescentando-se que as salas de JI deveriam ser frequentadas por no mínimo 20 crianças e no máximo 25. Interessa destacar que se considerava a educação itinerante e a animação comunitária como opções a serem tomadas nas zonas de baixa densidade populacional.

O ensino básico regular é de frequência obrigatória para todos, desde a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº. 46 de 1986) e com regulamentação de 1989. Como tal, a principal meta a considerar é, necessariamente, a de que 100% das crianças e adolescentes entre os 6 e os 15 anos estejam a frequentar a escola. Aliás em “1999/00 Portugal atingiu os 100% de escolarização até aos 15 de idade, em virtude de uma medida de 1986” (Oliveira Martins, 2000: 23).

Quanto ao problema do abandono escolar antes do cumprimento da escolaridade obrigatória, o Programa Novas Oportunidades, criado em 2006 com o intuito de dar resposta às questões do ensino básico, ensino secundário e da formação de adultos, estabelece como meta «garantir que até 2010 será proporcionado a todos os jovens em risco de abandonar o sistema de ensino sem cumprirem a escolaridade obrigatória a integração em vias profissionalizantes que permitam concluir o 9º ano de escolaridade»³¹. O Programa prevê que em 2010 estejam 27 500 jovens nesta situação estejam inseridos em cursos de aprendizagem e em cursos de educação e formação.

Em matéria de finalidades para o 1º ciclo do ensino básico, o XVII Governo estabeleceu o alargamento do funcionamento das escolas do 1.º CEB, para a implementação de actividades curriculares, de forma a que todos os alunos tenham um acesso igual a este tipo de oportunidades. Destaca-se, dentro desta lógica de expansão das oportunidades educativas o Programa de generalização da Língua Inglesa, destinado aos alunos dos 3º e 4º anos do Ensino Básico, cuja implementação foi prevista para entrar em vigor no ano lectivo de 2005/06.

O XVII Governo criou, no ano de 2005, o Programa de generalização das refeições escolares aos alunos do 1º ciclo do ensino básico. Trata-se de uma medida do Ministério da Educação que tem como principal objectivo suprir um vazio legal quanto às atribuições dos municípios no fornecimento das refeições escolares aos alunos do 1º CEB e define o modelo de financiamento necessário para tal.

Com a Iniciativa Novas Oportunidades, prevê-se para o ensino secundário, uma aposta em especial no ensino profissional, estimando-se que em 2010, metade dos 145 000 alunos a frequentar o ensino secundário estejam matriculados na via profissionalizante. Como tal, de acordo com a Iniciativa, em 2010 todas as escolas secundárias públicas deverão disponibilizar cursos de ensino profissional, esperando-se a existência de um total de 450 cursos.

Quando à educação de adultos, quer no que diz respeito à conclusão do ensino obrigatório quer do ensino secundário, esta iniciativa prevê, até 2010, que 42 000 adultos conclua o ensino básico e 65 000 o ensino secundário. O Programa prevê que tal deverá acontecer, preferencialmente, através dos cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) embora continuem a existir as ofertas ao nível do ensino recorrente. Estes cursos deverão decorrer em diversas entidades, com preferência para os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), escolas secundárias, agrupamentos de escolas, entre outras. Isto é, é apontada a necessidade de aumentar progressivamente a frequência do ensino secundário, bem como de diversificar a oferta existente e de articular o funcionamento de escolas regulares e profissionais existentes nos diversos territórios educativos, fortalecendo os percursos de escolarização do ensino secundário. De facto, nos últimos períodos de governação, tem sido várias vezes feita, por diferentes protagonistas políticos, a apologia da escolarização até aos 18 anos de idade. Até 2010, este programa prevê a existência de um total de 500 centros em 2010, estando igualmente previsto o alargamento da certificação até ao 12ºano de escolaridade. Ao nível dos CRVCC, dever-se-á «garantir que até 2010 mais de 650.000 pessoas obtenham uma certificação de competências, tendo como meta que em 2010 estejam a ser emitidos, por ano, cerca de 75.000 diplomas conferentes de habilitação escolar equivalente ao ensino básico e 125.000 diplomas conferentes de habilitação escolar equivalente ao ensino secundário».

³¹ Cf. www.novasoportunidades.gov, download em 22 de Novembro de 2006.

Importa referir, em todos os ciclos e com implicações particularmente evidentes para os docentes, o Programa de promoção de projectos educativos na área da cultura. Trata-se de uma iniciativa conjunta entre os Ministérios da Educação e da Cultura, que pretende a difusão e incremento da cultura, junto das escolas e através de orientação educativa por parte das entidades que promovem as acções culturais.

Este programa parte da consciência das potencialidades educativas contidas nos espaços de cultura bem como da necessidade de rentabilizar os recursos do Sistema Educativo português, em concreto, os docentes não colocados ou com horário incompleto, poderão exercer funções em espaços do Ministério da Cultura e pretende contribuir para a meta da qualificação e rentabilização do Sistema Educativo.

2.2. Cenários e projecções para a Educação em Portugal: 2000-2020

Este sub capítulo pretende sintetizar o olhar prospectivo sobre o Sistema Educativo Português, desenvolvido pelo estudo acima referenciado e apresentado por Roberto Carneiro da seguinte forma:

“O presente estudo prospectivo representa uma profunda interpelação ao sistema educativo que nos legou a modernidade industrial. Que educação e que formação poderemos aspirar a ter no final dos próximos 20 anos? Qual o perfil educativo que melhor poderá servir o Portugal do século XXI? Como garantir um *quantum* de mudança efectiva, sem que o país se volte a atrasar, com respeito por uma cultura multissecular de nação?” (2000: 33).

A necessidade de grande rigor metodológico e de forte triangulação de dados e de fontes para o pensamento sobre futuros possíveis resultou na constituição de equipas de trabalho pluridisciplinares, de forma a caracterizar a situação educativa portuguesa, quantitativamente e qualitativamente, a analisar e identificar as tendências dominantes e os principais factores de ruptura e de desenvolvimento, no sentido de fundamentar e construir cenários possíveis para o futuro da educação em Portugal.

O objectivo da apresentação das principais conclusões deste trabalho é balizar o exercício de prospectiva delimitado pelas fronteiras concelhias. Interessa portanto apresentar em traços gerais:

- o paradigma de desenvolvimento deste estudo - a Sociedade Educativa como horizonte para 2020;
- uma leitura quantitativa: dois conjuntos de projecções para o horizonte do futuro da educação em Portugal, um desenvolvido de acordo com o cenário de referência, o outro a partir de um cenário voluntarista;
- algumas estratégias orientadoras de mudança educativa com impacto ou replicação ao nível de decisão local.

2.2.1. O paradigma: a Sociedade Educativa como horizonte

O desenho de futuros possíveis para a educação necessita de uma moldura conceptual dentro da qual possa ser concretizado.

O estudo que este subcapítulo referencia conclui pela mobilização da educação em Portugal na direcção da Sociedade Educativa - como a meta a ser alcançada em 2020. A apologia desta epifania resultou da análise de pólos de discussão centrais à compreensão da sociedade portuguesa, especialmente na sua dimensão educacional, mas que se estendem a todos os domínios da dinâmica social e a todos os actores. Os temas centrais que se constituíram como pólos de discussão para o enquadramento compreensivo da construção dos cenários educativos foram: a relação que os portugueses mantêm com o saber; o papel da Educação nos percursos para a excelência, o sucesso e a competitividade; a conceptualização das instituições educativas como lugares de civilização; o reforço das relações de alteridade na constante construção da identidade portuguesa; a consolidação de sistemas de avaliação extensíveis aos vários domínios e dimensões da Educação, no sentido da construção de mudança com sentido.

A meta educativa proposta à sociedade portuguesa aponta para a organização de um sistema de educação enquadrado pela complexidade; é uma meta relativa à sociedade e não apenas da exclusiva responsabilidade do poder central, pela devolução de poderes e competências à sociedade civil, no sentido da emergência de “comunidades activas e motores de uma nova ordem educativa. Comunidades que lideram a oferta da aprendizagem desde a Educação pré-escolar à pós-graduação universitária, respeitando a diversidade natural de níveis de escolaridade, mas apostando na organização dos vizinhos para fazer brotar soluções e serviços de proximidade (...)”. Estes princípios apelam a “um acréscimo notório de inteligência política, a uma lúcida estratégia de construção do futuro (e de desconstrução de vícios do passado), a uma mobilização dos actores sociais para a dinamização de comunidades educadoras, à emergência de novas lideranças e agentes de mudança locais, a uma prática de realização de compromissos sociais, e a rigorosas medidas de avaliação das iniciativas” (Carneiro, 2000:54).

Assim enquadrada, a Sociedade Educativa caracteriza-se pela existência de:

- “escolas e centros de formação em rede;
- centros **locais** e primazia comunitária;
- multiplicidade de propósitos;
- prioridade à aprendizagem permanente;
- diversos grupos-alvo;
- parcerias alargadas entre escolas, centros de formação, empresas e unidades de investigação;
- competências básicas para a formação ao longo da vida;
- mobilidade” (*idem, ibidem*: 53).

e também por:

- “um reforço dos contratos de gestão;
- um reforço das redes sociais e educacionais e de informação;
- uma ligação de todas as instituições e centros educativos e de formação à Internet;
- uma forte relação entre Educação e desenvolvimento;
- centros de aprendizagens polivalentes” (Oliveira Martins,2000: 13-24).

Torna-se, assim, claro que «o futuro da educação em Portugal» implica fortemente as comunidades locais e a assunção dos poderes pelas mesmas, num quadro de orientação, financiamento e avaliação

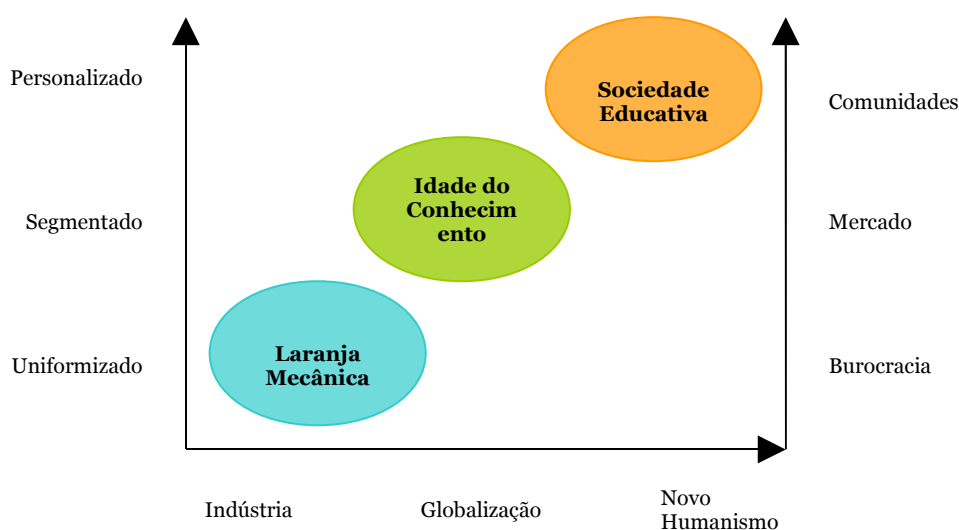
pelo poder central. Desta forma se intensifica a compreensão da construção da Carta Educativa como um dos elementos potenciais do percurso para a Sociedade Educativa.

Este paradigma de funcionamento social é de uma extrema exigência para todos os sectores sociais - como tal é referido pelos autores deste trabalho como uma abordagem «voluntarista» ao futuro da Educação. Daqui se constata que a ausência de um compromisso social radical e persistente - referido genericamente como «New Deal» - compromete em absoluto a chegada a uma sociedade educativa, uma vez que esta nunca será o fruto natural da relação espontânea das forças coexistentes.

Até aqui, o olhar tem repousado no horizonte de 2020, que marca o princípio do porvir considerado para o estudo do futuro da Educação em Portugal. No entanto, este estudo foi realizado a partir de uma matriz temporal tripla: o passado, o presente e o futuro.

Esta matriz temporal contribui para a compreensão do desenvolvimento dos sistemas educativos ocidentais. A imagem que a seguir se apresenta sintetiza estes estádios de desenvolvimento - sob uma forma unívoca, uma vez que a partir de cada estádio se passa ao seguinte ou se estagna.

Figura 2. Paradigmas de Evolução dos Sistemas Educativos Ocidentais.



Fonte: Adaptado de Carneiro, R. (2000: 48).

A Sociedade Educativa aparece como o estádio de desenvolvimento futuro mais apurado, em que a educação se sustenta sobre comunidades aprendentes e o sistema se caracteriza pela especificidade e pelo espaço reservado à diversidade de processos de aprendizagem, com um nível de personalização progressivo. Esta imagem que temos vindo a caracterizar funciona aqui como a utopia necessária à abordagem do futuro: “o sonho desta nova sociedade será realizar a unidade e continuidade do aprender: em cada indivíduo, em cada comunidade, em cada nação” (Carneiro, 2000: 48).

Esta utopia situa-se no campo dos possíveis por ser dada como congruente com as tendências de evolução identificadas no presente - e sintetizadas na designada Idade do Conhecimento. Esta remete para a ideia de globalização na educação, a par de uma lógica de distribuição segmentada e com

configurações de mercado. A Idade do Conhecimento sintetiza um estágio emergente dos sistemas educativos, e como tal ainda não completamente alcançado - é uma abordagem do futuro presente e que orienta a leitura e as opções de hoje, por caracterizar a fase actual do desenvolvimento do nosso sistema educativo na transição entre a Laranja Mecânica e a plena Idade do Conhecimento. A Idade do Conhecimento é também a idade dos saberes. É determinada pelo incremento, a um ritmo extremamente acelerado, da oferta de informação, conhecimento e formação e pela disseminação deste «novo conhecimento» através da facilidade introduzida pelas «novas tecnologias» e suportada por todo o enquadramento da «nova economia». De acordo com Roberto Carneiro, desta idade dos conhecimentos e dos saberes passaremos a idade da unidade dos saberes, com respeito pela diversidade dos conhecimentos e da sua ancoragem: é a Sociedade Educativa.

A Laranja Mecânica sintetiza o passado dos sistemas educativos ocidentais; no caso da construção de futuros aqui em análise, este paradigma constitui uma espécie de presente passado, por em Portugal nos encontrarmos em diversos aspectos na transição acima referida. A Laranja Mecânica refere sistemas educativos ancorados no modelo industrial, concretizado em sistemas de oferta uniformes e rotinizados, conduzidos de acordo com uma lógica tecno-burocrática-corporativa, que se concretiza na escola como instituição, ao lado de prisões e hospícios.

Estas três dimensões temporais - passado, presente e futuro - revestem-se de particular importância para o exercício lógico e compreensivo de prospectiva, aqui em desenvolvimento.

Da nossa leitura desta prospectiva da Educação em Portugal retemos que no futuro próximo - que é o que delimita a Carta Educativa - é necessário definir as estratégias que asseguram a entrada de todas as comunidades regionais e locais portuguesas na Idade do Conhecimento - especialmente as da nossa área de intervenção que corresponde a uma das áreas de maior depressão do país: assim a nossa utopia de «referência» para a construção dos cenários educativos concelhios será a idade do conhecimento, o que nos parece ser a opção conceptual mais consistente com a abordagem nacional.

2.2.2. Uma leitura quantitativa: dois conjuntos de projecções para o futuro da educação em Portugal

A matriz das três dimensões temporais será apenas parcialmente utilizada neste subcapítulo de apresentação de dados quantitativos - uma vez que os cenários sintetizam um olhar prospectivo e não retrospectivo, o passado é a dimensão temporal que aqui não será analisada, embora constatada como referência a jusante.

As projecções que a seguir se apresentam foram concebidas pela equipa técnica do DAPP, no âmbito do estudo coordenado por Roberto Carneiro, que aqui vem sendo relatado.

Esta componente quantitativa do estudo tomou como referências medidas e princípios de política educativa e as tendências de desenvolvimento demográfico. No que é relativo a questões de política educativa, os documentos de referência foram os grandes objectivos globais assumidos pelo Governo (no final da década de 1990), o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) e o Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (PRODEP).

Da interpretação destes documentos de enquadramento das políticas públicas, a equipa destacou como princípios estruturantes do desenvolvimento do Sistema Educativo Português:

- a expansão da educação pré-escolar;
- a consolidação do ensino básico;
- a generalização de frequência do ensino secundário;
- a expansão e diversificação da formação inicial de jovens;
- o reordenamento do ensino superior com a reafirmação do politécnico;
- a elevação da capacidade e qualidade formativas do sistema de ensino;
- a promoção de aprendizagens ao longo da vida.

A demografia é assumida como «a grande tendência pesada do Sistema Educativo». Neste sentido, a fonte considerada foram as projecções demográficas desenvolvidas pelo INE, para um horizonte temporal equivalente ao do estudo aqui em análise. Foram destacadas as seguintes conclusões prioritárias para as projecções da procura escolar:

- “o número de jovens com idade compreendida entre os 3 e os 14 anos continuará em evolução decrescente, passando de 14,1% em 1995, para 12,9% em 2020;
- a forte quebra do número de jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 22, que passará de 12,9% em 1995, para 9,3% em 2020” (São Pedro *et al*, 2000: 184).

Estas projecções demográficas, as linhas orientadoras da política educativa acima referidas e as tendências de evolução do sistema educativo português detectadas no estudo de sintetizado no subcapítulo anterior - que concluem pela transição do paradigma «Laranja Mecânica» para o da «Idade do Conhecimento» - permitiram a concepção de dois cenários para o desenvolvimento das projecções quantitativas:

- o cenário 1, considerado de referência, assenta na tendência pesada e configura o futuro da situação educativa portuguesa, se tudo continuasse a evoluir como aconteceu até ao momento das projecções;
- o cenário 2, considerado «voluntarista», configura um futuro da situação educativa portuguesa assente na mudança e em políticas e práticas educativas mais consistentes e esforçadas - que permitiriam a entrada na plena «Idade do Conhecimento» e a transição progressiva no sentido da «Sociedade Educativa».

Feito este enquadramento apresentam-se dois conjuntos de projecções - um em cada cenário - das seguintes dimensões de estudo:

- procura escolar: relativas apenas à frequência em idade própria e operacionalizada nas taxas de habilitações literárias conseguidas e introduzindo alguns dados sobre os índices de frequência dos diferentes níveis de ensino;
- oferta escolar: operacionalizada em dois conjuntos de projecções para 2010 relativas aos

docentes, assumindo-se que a reestruturação do parque escolar está em marcha e que este é quantitativamente suficiente para a procura;

- necessidades de aprendizagem ao longo da vida: operacionalizadas em termos do número de indivíduos da população activa que não concluíram o ensino básico, ou o secundário ou o superior e que se considera desejável que venham a concluir.

Procura escolar: as habilitações literárias em 2020, conseguidas na frequência do ensino regular

Na tabela que se segue, sintetizamos as previsões da procura escolar em idade própria, com base nos índices das habilitações literárias que serão alcançadas em 2020, de acordo com cada um dos cenários acima referenciados.

Habilitações literárias	2020	2020
	Cenário 1	Cenário 2
Ensino básico	12,00%	3,00%
Ensino secundário	48,00%	45,00%
Ensino superior	40,00%	52,00%

Tabela 34. Habilitações literárias previstas para 2020.
Fonte: São Pedro, *et al.*, 2000.

Qualquer um dos cenários equacionados tem como pressuposto que 100% da população frequentará a escola a partir dos 6 anos de idade e que não a abandonará sem ter concluído o 9º ano de escolaridade - como já acima demos nota, isto foi parcialmente alcançado no final da década de 1990, uma vez que então se verificou 100% de escolarização até aos 15 anos de idade. Desta forma, um primeiro aspecto a destacar é que, em ambos os cenários, deixarão de se verificar saídas da escola antes da conclusão do que em 2005/2006 é o ensino básico obrigatório.

Ainda relativo aos pressupostos comuns aos dois cenários para o desenvolvimento destas projecções quantitativas, um segundo aspecto a destacar é que até 2020 as saídas da escola só ocorrerão no final do nível de estudos iniciado; ou seja, todos os que iniciarem o ensino secundário e o ensino superior concluirão com sucesso esses níveis de ensino - em 2004/2005 estávamos ainda muito longe destes indicadores.

Se o rumo da educação em Portugal não sofrer grandes alterações - isto é, de acordo com o cenário 1 - de entre esses 100% que entram na escola básica, 12% terminarão o seu percurso escolar, em idade certa, com a obtenção do diploma do actual ensino básico e 88% prosseguirão estudos, ou seja, entrarão no ensino secundário regular ou no seu equivalente de pendor mais profissionalizante. De entre estes, 48% interromperão o percurso escolar e tentarão a entrada no mercado de trabalho com o diploma de conclusão do ensino secundário. Prevê-se ainda que 40% da população que terminou o ensino secundário com sucesso frequentará e concluirá com sucesso o ensino superior.

O cenário 2 exige a implementação de medidas e opções com forte impacto no rumo da educação e da escolarização em Portugal. Se estas medidas forem tomadas, verificar-se-á que de entre os 100% da população que terminar o ensino básico regular, apenas 3% interromperá aí o seu percurso escolar e

97% prosseguirá estudos de nível secundário. De entre estes, 45% interromperão o percurso escolar com a conclusão com sucesso do ensino secundário ou seu equivalente. Daqui resulta que 52% da população com o diploma do ensino secundário prosseguirá e concluirá estudos de nível superior politécnico ou universitário.

Para uma leitura mais completa destes dados prospectivos, apresentamos a seguir os esquemas desenvolvidos pela equipa do DAPP para uma rápida compreensão dos percursos de escolarização que permitirão alcançar aquelas habilitações literárias.

Os dados aqui apresentados constituem uma breve síntese da leitura prospectiva quantitativa da situação da educação em Portugal, pelo que recomendamos a consulta da fonte aqui utilizada e amplamente referenciada.

Oferta escolar: os recursos humanos, nomeadamente os docentes para os vários níveis de ensino em 2010.

Mais dificultada é a síntese das previsões relativas às características dos recursos humanos necessários para garantir os percursos de escolarização acima referidos, uma vez que os dados desenvolvidos pela equipa do DAPP são marcadamente mais complexos. Estes dados são mais dependentes da acção de um conjunto de variáveis, de que são exemplo: a abertura e encerramento de cursos de formação de professores dos diferentes níveis de ensino, a eventual diversificação das funções dos docentes, a manutenção da possibilidade da profissionalização em serviço, o intervalo etário de entrada na reforma, a entrada de outros técnicos na escola, a emergência de iniciativas de cariz educacional, de modo não escolar, e que abrem possíveis para a necessidade e possibilidade da entrada de outros técnicos, entre outras. As características do desenvolvimento dos sistemas educativos ocidentais propõem mudanças que introduzem uma dimensão de porvir nas equações relativas ao futuro, o que claramente dificulta as previsões relativas às características dos recursos humanos.

Estas dificuldades resultaram em opções metodológicas, de que destacamos o facto de as projecções serem na sua maioria relativas ao ano de 2010 e na dificuldade de encontrar diferenças entre as projecções relativas a cada um dos cenários.

Feitas as advertências, passamos a referir algumas das conclusões alcançadas para a estrutura de educação formal hoje em vigor, relativas aos recursos humanos. Estas conclusões foram alcançadas na dependência directa da procura escolar atrás sinteticamente referidas e, também, das alterações enunciadas no final da década de 1990 relativas ao perfil dos docentes, à entrada de outros técnicos no sistema educativo e à gestão dos recursos humanos.

Relativamente aos educadores de infância, prevê-se um aumento acentuado da procura: de 11 508 contratados em 2000/01 para 16 199 em 2010/2011 (DAPP, 2000: 215). Na sequência das quebras de natalidade, as projecções indicam uma redução para cerca de 14 700 educadores em 2020 (DAPP, 2000: 215).

Prevê-se a estabilização da relação entre procura e oferta de docentes do 1º ciclo do ensino básico em 2010/2011, havendo, no entanto, uma quebra entre 2005/06 e 2010/11 de 30 320 necessários para 29 595 (DAPP, 2000: 217). Para a década de 2011-2020, as projecções concebidas indicam a baixa da procura de docentes para 27 000, paralelamente a um progressivo rejuvenescimento do corpo docente deste ciclo de ensino (DAPP, 2000: 217).

No que se refere ao 2º ciclo do ensino básico, as projecções remetem para conclusões distintas, dependendo das áreas de ensino, bem como da década em análise para o intervalo em estudo. Assim, para 2000/2010, prevê-se o excesso de docentes nas áreas de Línguas, Matemática/Ciências da Natureza e Educação Física e falta de docentes nas áreas da Música e das Artes Visuais (DAPP, 2000: 222).

O desenvolvimento das projecções, sem diferenciação significativa entre os dois cenários, permite previsões mais genéricas para a década seguinte (2011/2020) apontando para uma tendência geral decrescente da procura do número de docentes (DAPP, 2000: 222).

Os números relativos à procura de docentes para o 3º ciclo do ensino básico e para o ensino secundário apresentam alguma convergência com o ciclo anterior; deste modo, prevê-se para a década de 2000/2010, o excesso de docentes nas áreas de Línguas, Biologia, Geologia, História e Matemática - embora com índices distintos para cada um dos grupos - assim como a carência nas áreas das Artes, Música, Informática e Educação Física.

Genericamente, prevê-se uma tendência geral estacionária do conjunto das duas décadas, relativamente à procura de professores - novamente sem diferenciação significativa entre os dois cenários. Relativamente às evidências de excedentes, o estudo propõe estratégias de mobilidade vertical, para os docentes do 2º ciclo do ensino básico, e para todos os docentes o exercício de outras funções distintas da docência, embora dentro do sistema educativo.

Aprendizagem ao longo da vida: quantidade de indivíduos da população activa com necessidades de formação.
A terceira dimensão considerada para as projecções quantitativas da situação da educação em Portugal evidencia claramente a ênfase colocada na educação permanente para todos. Deste modo, foram equacionadas as necessidades de formação de todos os que já estão no mercado de trabalho, independentemente do estatuto e da faixa etária em que se encontram.

De forma a possibilitar cálculos transversais e genéricos, a referência foi a formação que permita a equivalência aos diferentes níveis de ensino, no sentido de uma maior convergência com a União Europeia (cenário 1) e, mais optimisticamente, do percurso mais rápido no sentido da Sociedade Educativa (cenário 2). Com efeito, em ambos os cenários cabe o formato mais tradicional da frequência do ensino recorrente, mas as opções mais fortemente apoiadas neste estudo vão para a formação profissional dos diferentes níveis europeus e para o mais recente modelo de certificação e validação de competências adquiridas.

Com efeito, no que se refere a esta dimensão, ambos os cenários apresentados assentam numa perspectiva voluntarista, uma vez que se considera insuficiente e inadequada a manutenção das medidas e estratégias educacionais para a aprendizagem ao longo da vida propostas pelo sistema educativo português até ao final da década de 1990. Daqui decorre que, para qualquer dos dois cenários apresentados, se proponha um esforço redobrado no primeiro quinquénio do período em estudo e se delimite este período ao horizonte de 2015, clarificando assim a urgência de medidas para estas modalidades de formação e educação. Apesar da exigência que estes cenários pressupõem, as ambições foram limitadas à formação até ao nível do ensino secundário.

A tabela que a seguir se apresenta sintetiza, em valores absolutos por correspondência estrita com a

fonte utilizada, a quantidade de indivíduos da população activa com necessidades diferenciadas de formação.

Níveis de formação	Cenário 1 (2015)	Cenário 2 (2015)
6º ano de escolaridade	767 000	1 822 000*
9º ano de escolaridade	537 000	1 715 000
Ensino secundário	1 201 000	1 658 000
Total	2 505 000	5 195 000

Tabela 35. Quantidade de indivíduos da população activa com necessidades de formação, em cada um dos cenários.

Fonte: São Pedro, *et al.*, 2000.

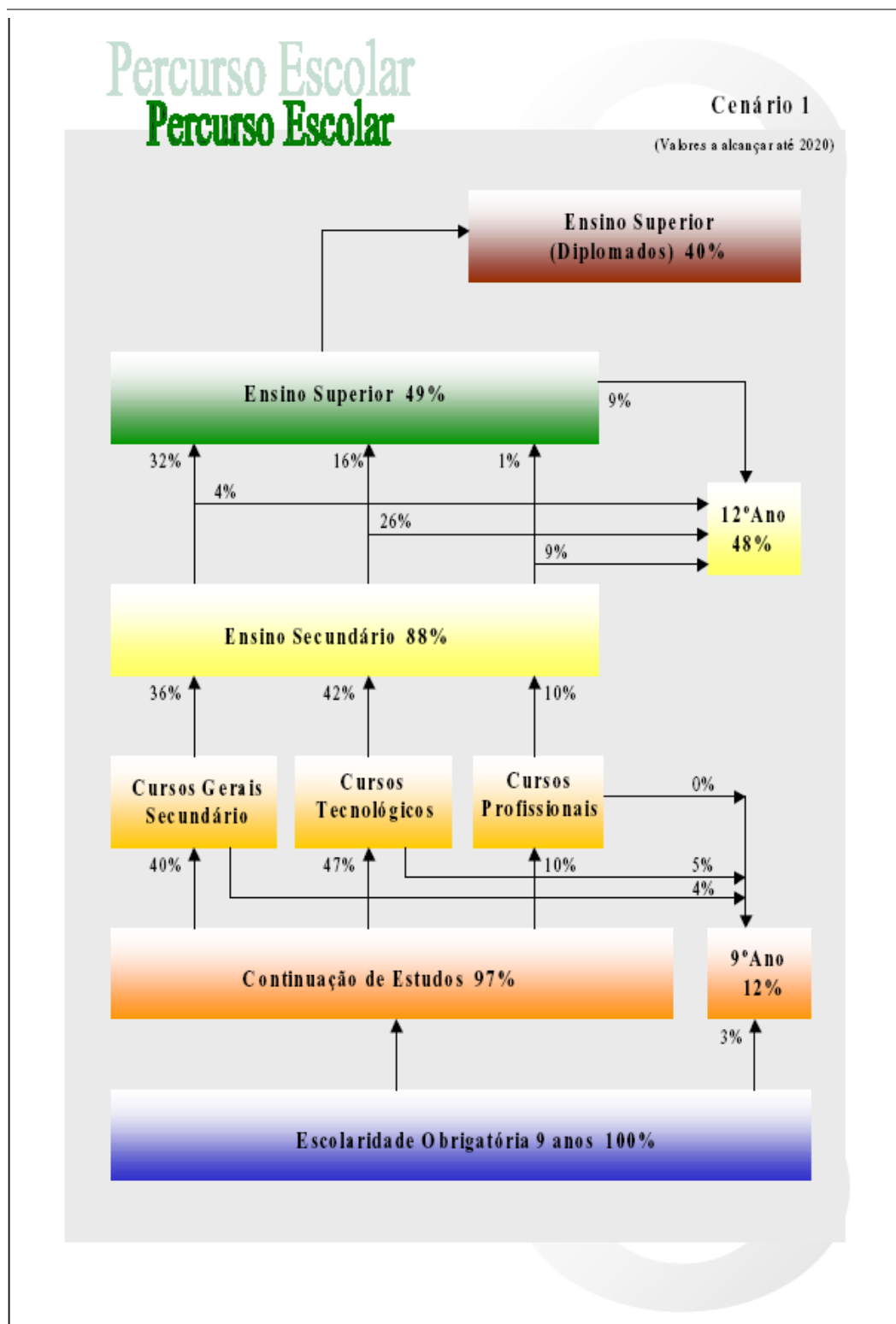
Legenda: * até 2005.

Os níveis de formação considerados para as projecções acima apresentadas exigem um primeiro destaque primordial: a muito baixa escolarização da população activa portuguesa patente especialmente nos números para a formação de nível inferior no ensino básico em qualquer um dos cenários - aqui cabem todos os indivíduos analfabetos, os que não concluíram qualquer nível de ensino e os que não concluíram com sucesso 6 anos de escolaridade. Um segundo destaque para os totais implicados que reforçam a constatação das imensas necessidades de escolarização da população portuguesa e que exercem forte pressão sobre toda a sociedade portuguesa no sentido de corrigir esta situação.

O cenário 1 (ver Quadro Global 1) exprime a quantidade de indivíduos que deveriam ter formação equivalente aos três níveis de ensino considerados para que em 2015 Portugal alcance as taxas de escolarização que os outros países da União Europeia apresentam no final da década de 1990.

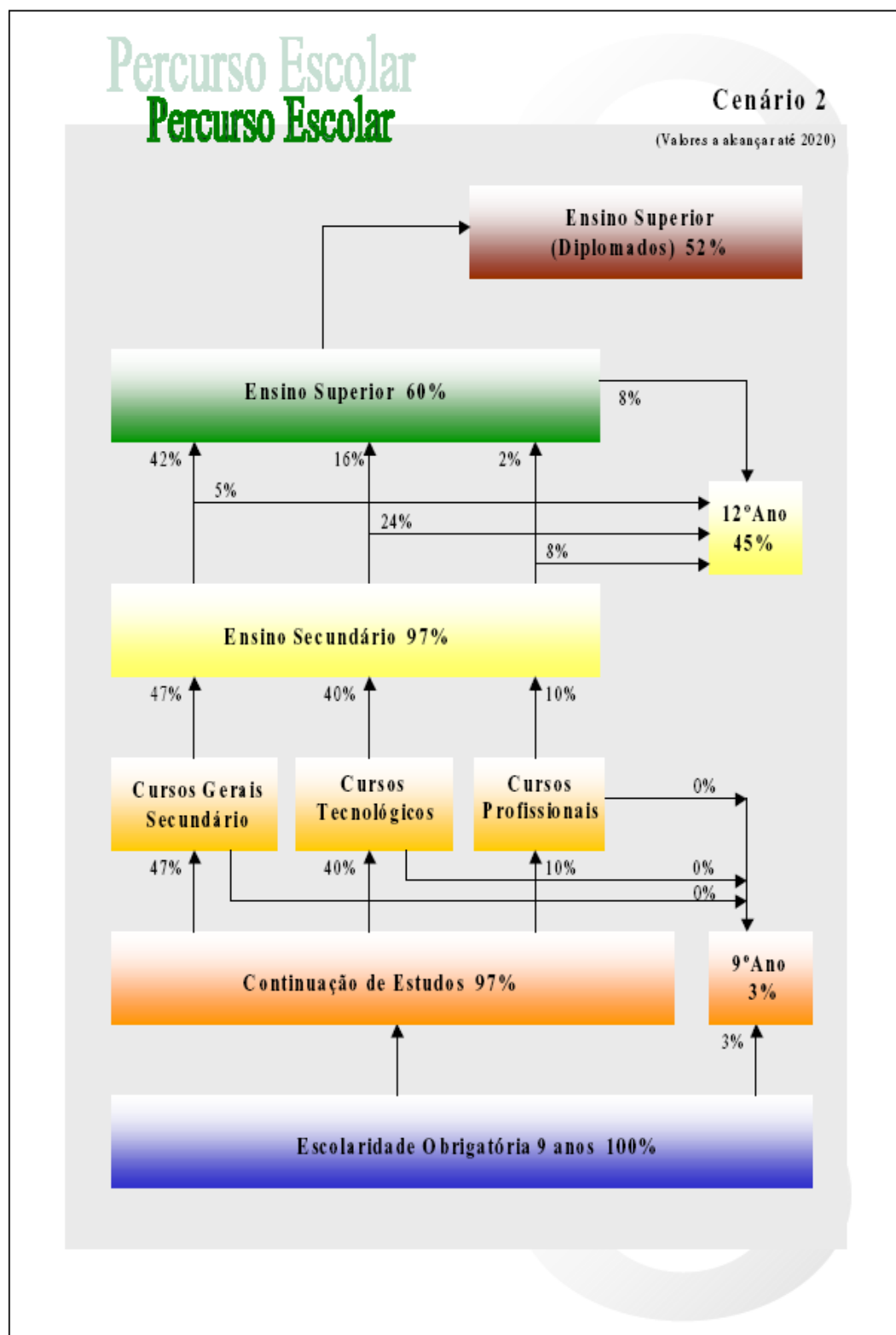
O cenário 2 (ver Quadro Global 2) exprime a quantidade de indivíduos a serem formados para que em 2015 Portugal encontre a convergência plena com os níveis de escolarização da população activa da União Europeia.

Quadro Global 1. Cenário 1 de evolução das habilitações escolares, em 2020.



Fonte: Carneiro, R. (2000: 180).

Quadro Global 2. Cenário 2 de evolução das habilitações escolares, em 2020.



Fonte: Carneiro, R. (2000: 181).

2.2.3. Objectivos e formas de actuação regionais nos diferentes níveis de educação

- assegurar a manutenção de cobertura e frequência de 100% ao longo da escolaridade obrigatória;
- promover a continuidade do alargamento do acesso à educação de infância;
- promover meios de acesso/investimento na educação pós básica, no sentido da generalização da frequência do ensino secundário;
- potenciar e formar redes de sustentação da educação no concelho;
- reforçar oportunidades de aceder aos conhecimentos básicos essenciais: línguas, matemática e novas tecnologias;
- desenvolver ofertas de educação para adultos;
- desenvolver a oferta ou acesso de validação e certificação de competências;
- promover e estimular formação a distância;
- promover a relação/interligação da educação e formação profissional;
- colaborar na promoção de literacia digital, incrementando, desenvolvendo ou tornando acessíveis procedimentos de certificação.

3. Cenários prospectivos da evolução demográfica e escolar da população de Cuba

Neste capítulo irão ser apresentadas as conclusões de dois estudos prospectivos elaborados com diferentes objectivos e por diferentes fontes. Assim, no que se refere aos dados de projecção demográfica, temos como fonte a Estudalentejo - colaboradora das Cartas Educativas do Distrito de Beja; já no que se refere à evolução da população de cada escola do concelho de Cuba, introduzimos as conclusões dos trabalhos elaborados pela DREA - parceira das Cartas Educativas do Distrito de Beja. Estes estudos têm como referência a evolução que o concelho teve em cada um dos indicadores analisados.

No sentido de dar coerência à interpretação das projecções que a seguir se apresentam, remete-se o leitor para os capítulos relativos à caracterização socio-económica e escolar, uma vez que uma projecção é, por definição, um conjunto de hipóteses condicionais de evolução sustentado, por um lado, num apurado conhecimento do passado e, por outro, na capacidade de prospectiva acerca da forma como este influenciará o futuro.

3.1. Uma hipótese de evolução da população de Cuba

A projecção da população para 2006 e 2012, tendo em conta a evolução da mortalidade, da natalidade e da migração ao longo das últimas décadas, permite situar o contexto em que será necessário tomar decisões.

O cenário demográfico global para o concelho de Cuba até 2012 é de perda de população à semelhança do que se tem vindo a verificar nas últimas décadas. A análise por grupos etários, particularmente os correspondentes à população jovem permite-nos, no entanto, identificar dois tipos distintos de evolução. Assim, e tendo por base a comparação entre os números registados em 2001 e os projectados para 2012, estima-se que:

- (1) o número de crianças entre os 0 e os 9 anos aumentará cerca de 20%, fruto, sobretudo, do crescimento de 39% projectado para o quantitativo global da população com idades entre os 0-4 anos. Para o grupo etário dos 5-9 anos, a tendência de aumento é menos expressiva correspondente a apenas 4,3%;
- (2) entre o grupo de jovens com idades compreendidas entre os 10 e 19 anos, se registará uma perda de 19,8% de população, correspondentes a uma diminuição de 19% no grupo dos 10-14 anos e de 18,4%, entre os 15-19 anos.

Um cenário de perda populacional é também projectado para o grupo com idades compreendidas entre os 20-24 anos, estimando-se que em 2012 o número total de efectivos seja 18,7% inferior do que o registado no início da década.

	2001	2006	2012
Idades	HM	HM	HM
Total	4994	4768	4659
85+	153	149	129
80	180	160	151
75	247	254	237
70	326	314	244
65	368	288	261
60	324	289	275
55	291	268	264
50	280	286	293
45	280	286	298
40	304	325	288
35	329	285	267
30	296	276	339
25	280	336	317
20	332	302	270
15	304	271	248
10	265	238	214
5	235	205	245
0	200	233	278

Tabela 36. Estimativas da população para o concelho de Cuba.
Fonte: Estudalentejo, 2006.

3.2. Cenários da procura educativa: um modelo de fluxos por grau de ensino

A dimensão condicional de um exercício de projecção deriva da previsão do comportamento de uma variável ao longo do período estipulado. As projecções realizadas no campo da educação assentam frequentemente na conjugação de índices de transição/retenção verificados ao longo de ciclos de estudos e aplicados à população escolar até se atingir a população final de efectivos escolares.

O método consiste em estimar primeiro o volume da população por idades, ou grupos de idades, no final do período estipulado. Seguidamente, através da aplicação sucessiva do quociente de sobrevivência (progressão nos estudos) aos efectivos estimados, obtém-se a população escolar no final de cada ciclo de estudos. Na concepção do modelo está, em primeiro lugar a escolha de hipóteses de trabalho e a definição de pressupostos. O modelo de fluxos tem por objectivo fornecer um esquema que, tratando os dados disponíveis (alunos matriculados, alunos que transitam e alunos que ficam retidos no mesmo ano de escolaridade), permita descrever o fluxo de alunos através dos vários ciclos de estudos. Pressupõe-se que:

Os alunos matriculados num ano n provêm de um ano curricular anterior, no ano lectivo transacto e de outros, em menor número, serem repetentes do mesmo ano curricular. No ano lectivo seguinte, os alunos podem vir a repetir o ano curricular, transitar para o ano curricular posterior ou abandonar a escola.

Condições de cenarização:

A natureza e objectivos deste trabalho não permitem a alienação relativamente ao contexto actual do quadro educativo e todo o peso da sua evolução. Por essa razão é necessário perspectivar o desenvolvimento da oferta educativa no concelho de Cuba tendo em conta as tendências actuais e a sua manutenção nos próximos 5 anos.

Em presença deste cenário, a que pode chamar-se de «tendências pesadas» do concelho, podem perspectivar-se as consequências da manutenção das tendências identificadas.

3.2.1. As expectativas de evolução da população escolar

Educação Pré-escolar

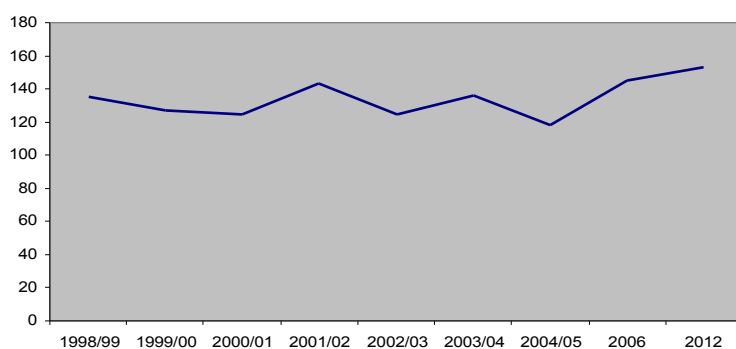
Em 2001 a cobertura do ensino pré-escolar era de 94,8% no concelho de Cuba, uma taxa superior à média do distrito que se situava nos 88,4%

Analisando a evolução do número de alunos matriculados ao longo dos anos prevê-se um aumento do número de matriculas em 2006 (+1,4%) e em 2012 (+6,7%), relativamente a 2001. Este aumento decorre do crescimento do efectivo populacional entre os 0-4 anos e entre os 5-9 anos perspectivado para o concelho de Cuba.

	Crianças matriculadas na educação pré-escolar	Varição relativamente a 2001 (%)
2001	143	
2006	145	1,4
2012	153	6,7

Tabela 37. Estimativa do nº de crianças matriculadas na educação pré-escolar.
Fonte: Estudalentejo, 2006.

Gráfico 20. Evolução do número de crianças matriculadas na educação pré-escolar.



Fonte: DREA: alunos matriculados entre 1998 e 2004; Estudalentejo, 2006.

Ensino Básico

Se as tendências diagnosticadas se mantiverem, sem alterações de fundo, o cenário de escolarização no ensino básico terá as seguintes características:

	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
2001	85,7	82,5	75,3
2006	86	90	83
2012	98	94	88

Tabela 38. Níveis de conclusão previstos.
Fonte: DREA; Estudalentejo, 2006.

Nos 3 ciclos do ensino básico prevê-se uma melhoria da qualidade dos percursos de escolarização das gerações incluídas, particularmente significativa nos dois primeiros ciclos em que a taxa de conclusão situar-se-á muito perto dos desejáveis 100%, significativamente diferente da registada em 2001. De salientar é também o facto de ser no 3º ciclo que, prospectivamente, se registarão os mais baixos níveis de conclusão, situação que merece análise e intervenção especial.

	1º Ciclo	Variação relativamente a 2001 (%)	2º Ciclo	Variação relativamente a 2001 (%)	3º Ciclo	Variação relativamente a 2001(%)
2001	203		97		123	
2006	169	-16,7	88	-9,3	120	-2,5
2012	196	-3,4	93	-4	117	-4,9

Tabela 39. Número da população escolar esperada.
Fonte: DREA; Estudalentejo, 2006.

A projecção simples das tendências verificadas na evolução da população escolar é consonante com a projecção da população para o concelho de Cuba. Especificando prevê-se um ligeiro aumento do grupo etário 5-9 anos que se reflecte num ligeiro aumento do pré-escolar e do 1º CEB na segunda metade da década (entre 2006 e 2012). O grupo 10-14 anos (que inclui as idades esperadas para frequentado o 2º e 3º ciclos) diminui mais acentuadamente a partir de 2006. Por essa razão a variação é negativa relativamente ao início da década (2001) mas também a 2006.

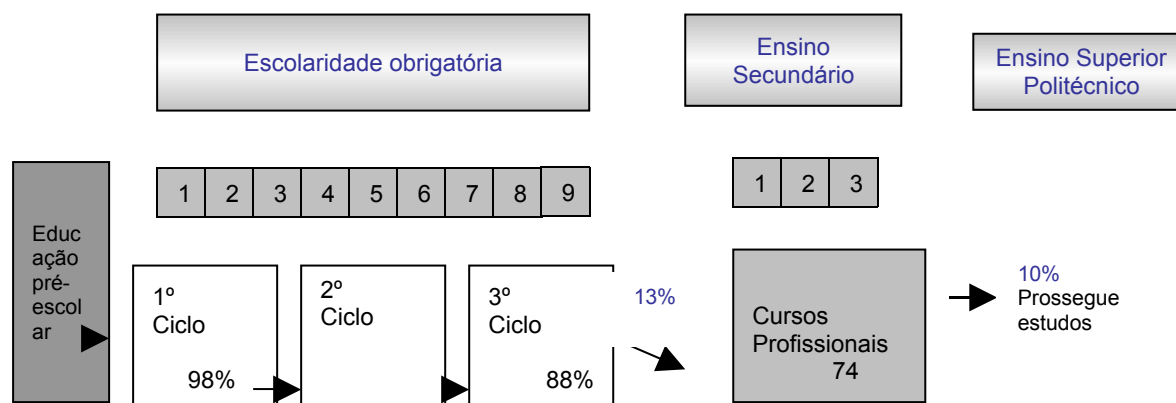
Ensino profissional

	Conclusão do ensino profissional	Prosseguimento de estudos
2001	62	9,7
2006	66	9,6
2012	74	10

Tabela 40. Níveis de conclusão e de retenção previstos no ensino profissional
Fonte: DREA; Estudalentejo, 2006.

A tendência de evolução das taxas de conclusão no ensino profissional é de melhoria dos níveis de conclusão no tempo esperado passando de 62,0% em 2001 para 74% em 2012, acentuando a diferença face aos valores registados nos níveis de ensino precedentes. Adicionalmente, estima-se que destes (ou seja, os que concluíram o ensino profissional) apenas 10% prosseguirão estudos no ensino superior ou pós-secundário.

Figura 3. Cenário de escolarização no concelho de Cuba.



Fonte: Estudantejo, 2006.

3.2.2. A especificidade da evolução da população por escolas do concelho

O cálculo da evolução prospectiva do número de alunos em cada Escola dos Ensinos Básico e Profissional e Jardim-de-infância de Cuba foi feito pela DREA, cobrindo o período entre 2006/2007 a 2011/2012. Os valores apresentados foram calculados a partir da relação estabelecida entre dois indicadores chave: taxa de cobertura em cada ano de cada ciclo de ensino e população esperada com idade de frequentar cada ano escolar; o primeiro indicador foi encontrado a partir da média observada entre 2000/2001 e 2003/2004, já a população esperada em cada ano tem por referência a população observada no recenseamento geral da população de 2001.

Em anexo encontram-se na íntegra os valores da população esperada em cada uma das Escolas dos Ensinos Básico e Secundário e Jardins de Infância do concelho, que a seguir comentaremos de forma mais sintética, iluminando os resultados que nos parecem mais pertinentes para a concepção de propostas de reordenamento da rede de escolas de Cuba.

Salienta-se que a análise se centra na comparação directa dos valores projectados oficiais para 2006/2007 e 2011/2012. Os valores apresentados expressam as tendências de evolução calculadas em 2004 sendo natural a existência de diferenças face aos valores reais constatados no presente ano lectivo de 2005/2006.

Tendência de evolução prevista para a Educação de Infância

A tendência de evolução até 2011/2012 da população a frequentar os estabelecimentos com valência de pré-escolar é de diminuição dos totais³², face aos valores projectados pela DREA de frequência escolar no ano lectivo de 2006/2007 e que se traduz, para a maioria dos estabelecimentos na

³² É preciso realçar que qualquer exercício de comparação dos valores projectados para 2011/2012 e os valores reais registados em 2005/2006, levar-nos-á a conclusões necessariamente diferentes, na medida em que estaremos a comparar valores reais com valores projectados calculados a partir do pressuposto que a evolução do número de matrículas apresentaria um comportamento igual ao registado entre 2001 e 2003, anos de referência para a projecção.

expectativa de menos 1 a 3 alunos. A única excepção regista-se no JI da Santa Casa da Misericórdia de Cuba que regista um aumento de 1 criança em 2012.

Registam-se também os casos dos JI de Vila Alva e de Vila Ruiva que atingem em 2012 o limite crítico de 10 alunos (no 1º caso) e de 12 alunos (no 2º).

A taxa de cobertura do pré-escolar é superior a 100% em todas as idades significando isto que haverá mais crianças matriculadas do que as esperadas em 2012.

Tendência de evolução prevista para o 1º Ciclo do Ensino Básico

No que se refere ao 1º ciclo do ensino básico, os dados prospectivos da DREA identificam uma ligeira diminuição do número de inscritos, relativamente a 2006. Esta diminuição é comum também em relação ao início da década (2001) embora as estimativas indiquem um aumento geral de alunos entre 2006 e 2012. Em termos globais, prevê-se que o concelho passe de um total de 189 inscritos em 2006/07 para 169 em 2011/2012.

Na apreciação por escolas, constata-se que:

- EBI de Cuba: de 120 alunos em 2006/2007 passa para 107, em 2011/2012;
- EBI de Faro do Alentejo: de 25 alunos em 2006/2007 passa para 22, em 2011/2012;
- EBI de Vila Alva: de 22 alunos em 2006/2007 passa para 20, em 2011/2012;
- EBI de Vila Ruiva: de 22 alunos em 2006/2007 para 19 em 2011/2012.

A taxa de cobertura em termos de escolarização diminui com a idade: 134,5% aos 6 anos; 126,9% aos 7 anos, 104, 2% aos 8 anos e 99,5% aos 9 anos revelando que por alguma razão há mais crianças do que as esperadas a frequentar cada um dos anos do 1º CEB. No 1º ano o excesso de crianças pode dever-se à conjugação da retenção com o facto de algumas crianças iniciarem o ensino básico com 5 e outras já com 7 anos. O efeito destes fenómenos conjugados multiplica-se nos anos seguintes, por exemplo diminuindo, ou aumentando a geração escolar esperada.

Tendência de evolução prevista para os 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

As perspectivas de evolução da frequência dos 2º e 3º ciclos do ensino básico na EBI de Cuba apresentam tendências distintas³³. Assim:

- no 2º ciclo prevê-se um acréscimo do número de alunos entre 2006/07 e 2011/2012 Em termos globais o aumento é de 15 crianças (86 em 2006/07 e 101 em 2011/12);

³³ Para uma leitura integral destes dados, remetemos o leitor para as Tabelas com projecções da população escolar da DREA (2004), em anexo.

- no 3º ciclo a tendência de diminuição é constante ao longo do intervalo temporal: de 144 alunos em 2006/2007 passa-se para 131 alunos em 2011/2012.

A taxa de cobertura em termos de escolarização revela que aos 10 anos 100% da geração está inserida no sistema de ensino (mesmo que não esteja no ano escolar esperado) passando para 105,6% aos 11 anos. Esta variação revela retenção escolar.

No 3º CEB as taxas de cobertura da escolarização diminuem com a idade: 92% aos 12 anos, 78% aos 13 e 87% aos 14. Regista-se o efeito do fenómeno do abandono precoce do sistema (sem concluir a escolaridade obrigatória) nas taxas de cobertura.

As idades esperadas para frequentar estes níveis de ensino têm comportamentos demográficos distintos, apesar de estarem contidas no mesmo grupo etário (10-14 anos). Na idade dos 10 anos prevê-se um acréscimo de efectivo populacional (+29%) e na idade dos 11 anos (+6,7%). Enquanto os 12 anos perdem população (-23,6%), os 13 ganham (+4,8%) e os 14 anos perdem (-4,2%). A previsão demográfica aponta para uma redução deste grupo etário na ordem dos 19% que fica a dever-se apenas a algumas idades.

Conclui-se assim que existem outros factores, para além dos demográficos, que influenciam a evolução esperada nos níveis de frequência, o que mediante a adopção de medidas de planeamento educacional e social poderá garantir uma pequena inversão e mesmo controlo dos cenários apresentados. Relembrando que estes são dados que reflectem a tendência pesada do sistema educativo de Cuba entre 1998 e a actualidade, destaca-se a possibilidade de intervir no sentido de melhorar a estrutura geral das habilitações da população do concelho - apresentada em 3.3.

Tendência de evolução prevista para o Ensino Profissional

De acordo com as projecções de evolução da população escolar elaboradas pela DREA (2006), as perspectivas de evolução da frequência do ensino profissional são de diminuição, em termos absolutos, de 100 alunos em 2006/07 desce para 92 em 2011/12. A expectativa de evolução para o grupo etário 15-19 anos é também de diminuição populacional (-18,4%).

A taxa de cobertura em termos de escolarização é muito baixa neste conjunto de idades: 58% aos 15 anos, 50% aos 16 e 39% aos 17. Estes dados decorrem, por um lado, do facto de não existir oferta de ensino regular secundário - o que faz com que a procura seja direccionada para concelhos próximos que têm este tipo de oferta. Mas, por outro, as taxas de escolarização são, normalmente, mais baixas neste nível de ensino e neste grupo de idades revelando os fenómenos de baixa conclusão e elevado abandono do sistema.

A aparente discrepância entre estas previsões e o aumento que se tem vindo a verificar, poderá ser justificada pelo facto de, nas projecções, não ser possível controlar variáveis tais como a proveniência de alunos de outros concelhos, que, como vimos, fazem uma diferença significativa no número total de alunos.

3.3. Expectativas para a estrutura geral de habilitações da população

Num cenário em que as tendências diagnosticadas se mantêm as hipóteses de evolução são as seguintes:

- i. Redução do analfabetismo ao mesmo ritmo i. é, à taxa de 2,9 % ao ano.
- ii. Redução da escolarização no ensino básico à taxa de 0,16 % ao ano.
- iii. Crescimento do número de habitantes com o ensino secundário ao ritmo de 5,6% ao ano.
- iv. Crescimento do número de habitantes com o ensino superior ao ritmo de 9% ao ano.

	2006	2012
Taxa de analfabetismo	15,7	13,3
Taxa de escolarização no ensino básico	57,3	53
Taxa de escolarização no ensino secundário	15,1	20,3
Taxa de escolarização no ensino médio e superior	9,9	16

Tabela 41. Cenarização da evolução das habilitações da população.
Fonte: Estudalentejo, 2006.

Este cenário, sendo perspectivado de acordo com a tendência manifestada pela análise retrospectiva dos indicadores do concelho, evidencia a necessidade de intervir ao nível da dinâmica educativa do concelho, de modo a contrariar esta expectativa - particularmente ao nível da baixa frequência da escolarização pós-obrigatória.

4. As tendências de evolução da educação: Cuba face ao País

O conteúdo desta Parte III da Carta Educativa de Cuba proporciona exercícios sintéticos de comparação que a tornarão mais directamente ligada aos propósitos do planeamento local da educação.

O exercício que apresentamos compreende a comparação das tendências de evolução apresentadas para o País e para Cuba ao nível da frequência dos diferentes níveis de ensino e da estrutura geral das habilitações da população. Esta síntese deverá ser lida ao nível das tendências detectadas e não tanto dos valores expressos, uma vez que os indicadores prospectivos disponíveis para o país se referem a 2020, enquanto que as projecções desenvolvidas para o concelho têm o limite de 2012.

4.1. A evolução da escolarização no País e em Cuba

Destacamos as seguintes situações:

- as taxas de analfabetismo em Cuba são superiores às do país (18,2% média do concelho, para 9% de média do país). Estes valores são, ainda, superiores em algumas freguesias, destacando-se também que, em 2001, existia analfabetismo em todas as faixas etárias, com excepção da dos 10 aos 14 anos, embora com diferente expressão;
- no concelho a expansão da educação pré-escolar está a concretizar-se de acordo com as metas assumidas para o país, registando-se uma taxa de cobertura muito próxima dos 100%;
- a escolarização básica obrigatória ainda não está assegurada na totalidade em Cuba (62,1% em 2001), estando mais próxima dos 100% no país do que no concelho;
- a nível nacional propõe-se um aumento generalizado da frequência do ensino secundário, mas esta tendência ainda não se verifica de modo significativo em Cuba como se pode constatar nas taxas de escolarização da população em 1991 e 2001 (apesar do crescimento registado na década, em 2001 apenas 11,3% da população tinha como habilitação o ensino secundário), nas saídas anteriores à conclusão e mesmo na previsão da taxa de conclusão para 2012;

Relativamente às projecções apresentadas para o país e para o concelho, a comparação que se segue estabelece-se entre os cenários de tendência pesada - o «Cenário 1» para o país e o único apresentado para o concelho. Havendo uma diferença de uma década, devemos comparar apenas as tendências e ritmos de evolução e não os valores, tal como acima sublinhámos. Uma leitura atenta permite-nos evidenciar divergências entre estas previsões:

- de um modo geral, os indicadores que caracterizam a estrutura geral das habilitações da população de Cuba e a sua evolução nos últimos anos estão distantes dos valores encontrados para o país;
- em Cuba prevê-se uma taxa de analfabetismo de 13,3% em 2012, o que significa que daqui a cinco anos a taxa de analfabetismo do concelho manter-se-á ainda mais elevada do que a do país em 2001 (9%);
- relativamente ao ensino básico, as previsões para Cuba em 2012 remetem para 53% da

população com este nível de ensino, sendo que, tanto no país como no concelho, se espera uma diminuição do número de pessoas com apenas este nível de ensino, ao nível do país ela será mais forte, prevendo-se que, em 2020, somente 12% da população portuguesa terá o ensino básico, com vantagem para o prosseguimento de estudos;

- no que se refere à população habilitada com o ensino secundário, encontra-se uma tendência de crescimento para o concelho e para o país, embora a do concelho se verifique a um ritmo inferior, prevendo-se que 20,3% da população de Cuba terá concluído o ensino secundário em 2012 e 48% da população do país o terá feito em 2020;
- prevê-se um crescimento da população com o ensino superior para ambos os territórios, sendo que para Cuba se prevê que 16% da população detenha este grau de ensino em 2012, enquanto que 40% o terão no país em 2020.

PARTE IV.

**PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA
REDE EDUCATIVA DECUBA**

1. Pressupostos de reordenamento da rede educativa em 2006

As propostas apresentadas para a rede educativa de Cuba foram equacionadas tomando como referência as actuais características estruturantes do Sistema Educativo Português. Paralelamente, servem-nos de guia as opções mais enfatizadas no estudo prospectivo sobre a situação educativa do país, as medidas já implementadas pela actual equipa do Ministério da Educação, bem como os estudos prospectivos elaborados especificamente para o concelho por Miguel Nazareth, da DREA, em 2006 e pela empresa Estudalentejo, em 2006, e as necessidades e potencialidades apuradas a partir do Diagnóstico.

1.1. Necessidades educativas detectadas no concelho de Cuba

A análise da situação educativa do concelho, no que respeita à sua evolução recente e realidade actual, bem como a consciência dos desfasamentos identificados entre os ritmos de desenvolvimento do concelho e do país, e os estudos prospectivos - nomeadamente as projecções dos índices de escolarização - permitiram a identificação de um conjunto de carências transversais à situação educativa do concelho de Cuba. Falamos, em concreto, da necessidade de:

- continuar a apostar no desenvolvimento da educação pré-escolar, na tentativa de concretizar as metas de pré-escolarização apontadas pelo Ministério da Educação;
- garantir o cumprimento, a 100%, da escolaridade obrigatória de 9 anos;
- garantir a qualidade da oferta de todos os equipamentos do 1º CEB e de educação pré-escolar, continuando a aposta nos espaços destinados a actividades específicas (expressões,...), nas bibliotecas e nos gabinetes de trabalho para docentes.
- implementar espaços/valências de Componente de Apoio à Família (CAF), nas escolas do 1º CEB e JI, respectivamente;
- melhorar os espaços de recreio em algumas escolas de 1º CEB e nos JIs;
- ampliar e diversificar a oferta de infra-estruturas de cultura e de desporto nas freguesias e reforçar as parcerias de utilização destes equipamentos por parte das escolas e JIs;
- continuar a assegurar o fornecimento de refeições a todos os alunos da educação pré-escolar e do 1º CEB que necessitem deste serviço;
- reforçar a oferta de escolarização de segunda oportunidade para as faixas etárias mais jovens, indiciadas pelas taxas de «saídas» da escola e pelos níveis de analfabetismo verificados a partir dos 15 anos (cf. Caracterização socio-económica), através da oferta de cursos de ensinos básico e secundário recorrente;
- apostar na generalização da frequência do ensino pós-básico, dado o iminente alargamento da escolaridade obrigatória para o ensino secundário;
- promover a educação de adultos nas vertentes da alfabetização e da educação ao longo da vida, incluindo o acesso à certificação de competências;

- reforçar o acesso às novas Tecnologias da Comunicação e da Informação (TIC) e generalizar a oferta de TIC na educação pré-escolar;
- apostar na estabilização e qualificação do quadro de pessoal não docente;
- apostar na contratação de novos profissionais nas áreas da educação e animação.

As necessidades identificadas definem as áreas de intervenção prioritárias assumidas na Proposta, que se materializa no conjunto de medidas que a seguir se apresentam.

2. Proposta

Tal como clarificámos na introdução do documento, a Carta Educativa é um documento de planeamento local de educação que deve definir domínios de acção, a fim de dar resposta às necessidades/carências da situação educativa. Neste âmbito, o plano de intervenções explicita:

- a identificação e justificação das situações que implicam a criação de espaços educativos;
- a intervenção no edificado e no espaço exterior;
- as estratégias de optimização da utilização dos recursos consagrados à educação;
- a ponderação das formas preferenciais de expansão do sistema educativo, de forma a evitar rupturas ou situações de inadequação com o desenvolvimento social do concelho e;
- a definição de estratégias de utilização da Carta Educativa em benefício da promoção do desenvolvimento da educação no Concelho.

Estas características e objectivos da Carta Educativa serão a referência e a estrutura organizadora da proposta para o Concelho de Cuba.

2.1. Encerramento e construção de escolas

Da lista de escolas a encerrar no ano lectivo de 2006/07, elaborada pela DREA (2006) para a região do Alentejo, não consta nenhuma escola do concelho de Cuba (cf. documento em anexo).

A rede de escolas do concelho de Cuba encontra-se bastante estabilizada e concisa, obedecendo, já, à lógica de distribuição de, pelo menos, uma EB1/JI por freguesia. Tendo em atenção as perspectivas de evolução da população escolar até 2011/12 (DREA, 2006) abordadas na Parte III, e os critérios do Ministério da Educação, não se prevêem encerramentos de EB1s e/ou JIs no horizonte temporal desta Carta Educativa.

Por seu lado, de acordo com os mesmos indicadores, também não é de prever a necessidade de construção de outras escolas ou JIs.

Contudo, dever-se-á seguir, periodicamente, a evolução do número de alunos esperados em cada escola e nível, através de um acompanhamento da realidade local, tendo em especial atenção:

- as idades das crianças que frequentam as EB1/JIs na actualidade;
- os anos de escolaridade/níveis de educação por elas frequentados;
- a existência de crianças em idade pré-escolar, em todas as localidades de cada uma das freguesias.

Assim, até aos próximos cinco anos prevê-se que a rede de escolas do concelho esteja organizada em 4 centros escolares: EB1/JI de Vila Alva, EB1/JI de Vila Ruiva, EB1/JI de Faro do Alentejo e a EB1

e JI incluídas na Escola Básica Integrada com Jardim-de-infância de Cuba, numa estrutura igual à actualmente existente.

2.2. Intervenção no edificado e no espaço exterior

Neste ponto são referidas sugestões de intervenção no edificado e no espaço exterior dos estabelecimentos, entendidas como necessárias de acordo com uma lógica de conservação e melhoramento dos estabelecimentos.

EB1/JI de Faro do Alentejo

A EB1/JI é o único estabelecimento que aguarda intervenção no edificado, dentro da lógica adoptada nas restantes EB1/JIs do concelho. Assim, este estabelecimento deverá ser alvo das seguintes intervenções:

- Reabilitação de coberturas;
- Revestimentos (rebocos e pinturas) em paredes e tectos interiores e exteriores e muros da zona envolvente;
- Substituição de pavimentos;
- Reparação e substituição de vãos de janelas e portas, interiores e exteriores;
- Remodelação das instalações sanitárias;
- Construção de parque infantil;
- Substituição da rede de água e de esgotos do edifício;
- Substituição da rede eléctrica do edifício;
- Instalação do sistema de aquecimento central;
- Ajardinamento do recinto exterior.

◇ O investimento previsto para estas intervenções é de 140.000.00€

Escola Profissional Fialho de Almeida

O Pólo de Cuba da Escola Profissional Fialho de Almeida, a funcionar no edifício da antiga Escola Básica Integrada de Cuba, necessita das seguintes intervenções de modo a melhorar as actuais condições:

- Reabilitação de coberturas;
- Revestimentos (rebocos e pinturas) em paredes e tectos interiores e exteriores;
- Reparação e substituição da vedação da zona envolvente;
- Substituição de pavimentos;
- Reparação e substituição de vãos de janelas e portas, interiores e exteriores;

- Remodelação das instalações sanitárias;
- Substituição da rede de água e de esgotos do edifício;
- Substituição da rede eléctrica do edifício;
- Instalação do sistema de aquecimento central;
- Arranjo com ajardinamento do recinto exterior;
- Arranjo e pintura exterior e interior do pavilhão gimnodesportivo.

◇ Os investimentos previstos estão orçados em cerca de 300.000.0€.

EB1/JI de Vila Alva

De acordo com o Agrupamento de Cuba, a EB1/JI de Vila Alva, considerada em bom estado de conservação, apresenta como principal problema actual, a nível do estabelecimento no seu todo, a inexistência de uma ligação em espaço exterior coberto. De facto, a circulação no espaço exterior entre as salas e as casas de banho, por exemplo, revela-se inadequada para as crianças no Inverno e em condições atmosféricas adversas, devido à inexistência desta estrutura coberta.

Assim, sugerimos as seguintes intervenções:

- Construção de uma ligação coberta em espaço exterior, que assegure a circulação abrigada entre as salas de aula e as infra-estruturas localizadas no exteriores.

Esta estrutura permitirá, de igual modo, usufruir do espaço exterior como recreio, nos dias de condições adversas.

◇ O investimento necessário à criação desta infra-estrutura está previsto em cerca de 5.000,00 €.

2.3. Apetrechamento/requalificação de recursos e materiais

Todas as EB1/JIs do concelho

De modo a otimizar e qualificar a vivência escolar, considera-se pertinente a existência de uma estratégia concertada e sistematizada de apetrechamento de recursos, destinados tanto a docentes quanto a alunos, tais como:

- Recursos informáticos;
- Recursos necessários à prática desportiva;
- Recursos necessários às actividades de expressão dramática, musical e outras;
- Recursos didácticos e pedagógicos;
- Mobiliário de suporte às actividades;

- Mobiliário de sala de aula.

Deverá ser feito um **levantamento de necessidades junto das escolas e Jardins-de-infância**, por intermédio e em conjunto com a sede de Agrupamento, de modo a saber que tipos de materiais são efectivamente necessários em cada caso. **Este referencial deverá ser elaborado anualmente**, dado que se trata na maior parte dos casos de materiais facilmente desgastáveis e que se destinam a serem manuseados pelas crianças, devendo ser entregue à autarquia. **Assim, o apetrechamento de materiais deverá ser revisto periodicamente, consoante a lista de necessidades encontradas em cada estabelecimento.**

Ao nível dos recursos informáticos, de acordo com as metas do Plano Tecnológico do Governo (2005), dever-se-á garantir um computador para cada cinco alunos.

◇ O investimento nesta matéria é variável, dadas as razões apresentadas, não sendo possível avançar uma previsão na actualidade.

2.4. Optimização do funcionamento escolar

Neste ponto sugerem-se medidas que irão contribuir para a melhoria da qualidade do funcionamento escolar. Estas encontram-se organizadas em termos de globais (extensivas a todas as escolas e JI do concelho) e específicos (sugestões direccionadas para determinado estabelecimento).

2.4.1. Medidas globais

Actualização/reavaliação anual do serviço de refeições.

O funcionamento do serviço de refeições para as escolas do 1ºCEB e jardins deverá ser actualizado, nomeadamente, no que diz respeito ao número de crianças que dele necessitam, mas também das especificidades das mesmas. A avaliação deste serviço reveste-se de grande importância, pelo que entendemos:

Sugestões de avaliação

- Deverão ser recolhidos os pareceres de pais, professores, auxiliares e alunos, em 3 momentos distintos, sensivelmente, no início, meio e final do ano lectivo, quanto aos seguintes indicadores:

Início: necessidade de dieta alimentar, intolerância a alimentos, horários de refeição, entre outras; sugestões específicas de ementa a adoptar. Será importante a consulta a especialistas da área da nutrição e saúde, aspecto que poderá ser desenvolvido articuladamente com o Centro de Saúde.

Meio: avaliação da qualidade das refeições, da adequação às necessidades do aluno, acondicionamento, quantidades. Respectiva adaptação em função das falhas eventualmente encontradas.

Final: sugestões e avaliação global do programa e respectiva devolução da informação à entidade responsável pela confecção das refeições.

Instalação do serviço de Internet de banda larga nos computadores que ainda não possuem esta facilidade.

A instalação da Internet irá permitir a ligação em rede de todos os Centros Escolares e destes com a sede de Agrupamento, assim como, com o JI da Santa Casa da Misericórdia, a Escola Profissional Fialho de Almeida e a Câmara Municipal de Cuba. Parte deste objectivo estará já facilitado com o trabalho desenvolvido no âmbito do Programa Internet nas Escolas do 1º CEB. Este passo torna-se fundamental, trazendo benefícios do ponto de vista da partilha de informações, recursos digitais e na própria resolução de problemas, bem como no acompanhamento que o Agrupamento pode fazer em relação às escolas e JIs que dele fazem parte, nomeadamente, por parte da Câmara Municipal. Esta medida deverá, também ser acompanhada da utilização das *Web cams*, de forma a permitir a comunicação visual, e a reforçar a ligação entre os alunos do concelho e outros, podendo ser utilizada como ferramenta pedagógica importante. Este esquema possibilitará a troca de informações e a resolução de problemas em tempo real.

Criação e/ou revitalização das páginas Web dos estabelecimentos.

Dever-se-á apostar na criação e/ou revitalização das suas páginas Web, por forma a que estas possam funcionar como repositórios de conteúdos e recursos educativos em suporte digital. Esta medida será de especial importância para a actuação docente, dado alguns recursos de pesquisa e de acesso à informação estão, ainda, em parte mais concentrados na sede de freguesia.

Criação de uma *Newsletter* digital, para actualização dos projectos e iniciativas dirigidas às escolas, de forma as escolas possam aceder a informações relevantes e concorrer a financiamentos ou prémios que revertam positivamente em termos de benefícios materiais e de boas práticas. **Este trabalho de actualização poderá ser desenvolvido pela Câmara, e as informações obtidas integradas também na Agenda ou Boletim municipal.** Dever-se-á, sempre que possível, assegurar que a publicação dos concursos ou projectos em causa, sejam publicados nestes suportes com uma antecedência de 30 dias. Esta pesquisa deverá ser feita através da Internet, por exemplo, nos endereços electrónicos relativos ao Ministério da Educação, tais como, Direcção Geral do Desenvolvimento e Inovação Curricular ou Direcção Regional de Educação do Alentejo, entre outros, bem como a outros meios de comunicação e divulgação.

Em relação aos financiamentos, chamamos a atenção para o SIQE - Sistema de Incentivos à Qualidade na Educação do Ministério da Educação - no âmbito do qual são apoiados projectos e iniciativas das escolas, de diversa natureza.

Esta actualização deve, também, incidir sobre eventos de interesse para a educação no concelho, como por exemplo, as iniciativas promovidas pela Biblioteca Municipal.

Reforço dos protocolos entre a CMC, as juntas de freguesia e demais entidades de interesse do concelho, para a dinamização da oferta de âmbito cultural, desportivo e educativo.

Num concelho marcado pela interioridade, dever-se-á procurar garantir a realização de iniciativas culturais, desportivas e educativas no espaço local. Estas contribuirão, também, para a consolidação e atractividade das comunidades locais³⁴, devendo, em cada caso, colocar-se as escolas como parceiros privilegiados, e para a própria dinamização do movimento associativo local.

Estas medidas poderão passar pela revitalização/fomento da actividade dos centros comunitários locais e articulação destes com as escolas e jardins-de-infância. Como exemplos, sugerimos:

- a cedência de espaços para prática de modalidades desportivas muito específicas;
- a realização conjunta de iniciativas de desporto;
- o convívio inter-geracional, entre outras.

Criação, a curto prazo, de um sistema de intercâmbio entre as bibliotecas locais e a Biblioteca Municipal.

Trata-se de uma forma de promover a rotatividade do fundo bibliográfico e de recursos, entre a Biblioteca Municipal e as restantes escolas, o que permitirá otimizar e diversificar a oferta, assim como criar ligação dos leitores à biblioteca municipal desde logo.

Qualificação dos percursos em transporte escolar.

Em relação aos transportes escolares, que no ano de 2005/06 permitem a deslocação a 174 alunos a frequentarem diversos ciclos, dever-se-á procurar salvaguardar os seguintes **critérios**:

- Minimização do tempo de espera, isto é, entre o momento em que os alunos saem de casa até ao momento em que iniciam as aulas.

³⁴ Tendo em linha de conta o quadro de relativa instabilidade docente que, se regista em diversas escolas e jardins de infância do concelho, a valorização das comunidades locais através do enriquecimento global das suas vivências tem sido apontado por vários estudos (Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, 1987) como medida importante para a fixação dos docentes e sua ligação ao espaço local. Refira-se que o estudo mencionado (solicitado pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo) apontava, já, como uma das dimensões de intervenção para o cumprimento da escolaridade obrigatória tanto a interligação escola-comunidade quanto a acção do professor, muitas vezes deslocado da sua residência e com baixa motivação para o exercício da docência.

- Adequação às normas de transporte escolar previstas pelo Ministério da Educação, assegurando 1 auxiliar para cada 15 alunos, meios de transporte equipados com condições de segurança (cintos, coletes retro-reflectores, sinalização).
- Adequação do circuito às necessidades dos pais e ao horário de funcionamento das escolas, salvaguardando a frequência das actividades de prolongamento de horário.

Implicações

- Contratação de auxiliares de acção educativa para fazer o acompanhamento das crianças nos percursos de transporte.
- **Garantir formação em matéria de segurança infantil aos condutores e auxiliares de todas as viaturas**, quer aos que já efectuam este serviço, quer aos que poderão vir a fazê-lo, devendo ser contemplados todos os adultos, funcionários ou não da autarquia (por exemplo, taxistas). Esta formação poderá ser integrada nas iniciativas de educação e formação de adultos, devendo estar previstas actualizações de conhecimentos (reciclagem) dos mesmos. Estes procedimentos poderão ser concertados com o Agrupamento de Escolas e com outras entidades de educação/formação, tais como, a Escola Profissional.

Promoção da inclusão e acessibilidade no concelho.

Tendo em atenção a necessidade de eliminar dificuldades e barreiras no acesso aos meios e serviços, dever-se-á assegurar a possibilidade de todos os cidadãos, com ou sem deficiência, poderem desfrutar dos espaços e recursos do concelho. Este trabalho, que já tem vindo a ser contemplado nos projectos de requalificação das escolas do 1º CEB/JIs, deverá passar por uma revisão geral dos edifícios concelhios e respectiva adaptação, através de desnivelamento, da colocação de rampas, de placas elevatórias, entre outras. Por outro lado, a inclusão deverá passar pelo reforço da interligação entre as entidades que servem o concelho (tais como APPC ou CERCIBEJA) e as escolas e entidades do concelho, por exemplo, promovendo actividades em conjunto e garantindo a possibilidade de participação/acesso a todos nos eventos de carácter público ou municipal.

Promoção da aproximação dos pais e encarregados de educação ao contexto escolar.

A aproximação dos pais e encarregados de educação à escola reveste-se de grande importância, podendo contribuir para a eliminação de algumas dificuldades de comunicação e também para um melhor conhecimento do papel da própria escola. Assim, nos próximos cinco anos dever-se-á apostar na realização periódica de reuniões acerca das vivências e decisões relacionadas com a escola, de modo a envolver os pais e encarregados de educação no processo de reflexão e decisão.

Por outro lado, deverão ser criadas iniciativas de lazer (realização de convívios temáticos, ...), de informação e formação, em áreas diagnosticadas como sendo do interesse dos pais. **Este levantamento deverá ser realizado no início de cada ano lectivo e servir de base a um plano de acções, a**

concertar com o Agrupamento de Escolas e a Associação de Pais e de uma participação efectiva nas reuniões de assembleia de escola.

2.4.2. Medidas específicas

2.4.2.1. Rentabilização/instalação de espaços

Criar/qualificar um espaço de apoio ao trabalho dos docentes e animadores que desenvolvam a sua acção na escola na EB1/JI de Vila Ruiva.

A concretização das actividades extracurriculares e componente de apoio à família fazem prever um maior número e diversidade de profissionais no espaço escolar, bem como um maior número de horas dos docentes nas escolas. Este aspecto coloca a necessidade de repensar as suas condições de trabalho, dado que esta EB1/JI não dispõe de gabinete de professores. Assim:

- deverá ser adoptada uma das salas de apoio existentes na actualidade na EB1, para este efeito;
- esta sala deverá servir os educadores do JI e os professores do 1ºCEB;
- deverá ser equipada com mobiliário, respectivo material de apoio e outros recursos entendidos como necessários por parte dos docentes.

Criação de Biblioteca Escolar na EB1/JI de Vila Alva.

A curto prazo, deve efectuar-se a candidatura ao programa da Rede de Bibliotecas Escolares para criação de biblioteca/centro de recursos na EB1/JI de Vila Alva, único estabelecimento ainda não abrangido por este programa, em articulação com a Biblioteca Municipal.

Deverá ser rentabilizada uma das salas de apoio actualmente existentes na EB1, para este efeito.

Instalação da valência de CAF nas EB1/JI.

Embora a legislação determine o funcionamento das Escolas do 1ºCEB até às 17h30, parte das famílias terminam a sua actividade profissional após este horário, pelo que existe um período em que, em alguns casos, as crianças não terão acompanhamento/supervisão por parte de um adulto. Como tal, deverá ser, periodicamente, auscultada junto dos encarregados de educação, a necessidade de alargar as actividades para além deste horário, mediante as suas necessidades (nomeadamente, devido a razões profissionais), e o bem-estar das crianças.

Como tal, prevê-se que nos próximos cinco anos, possa vir a ser necessária a implementação da valência de CAF em todas as escolas do 1ºciclo (exceptuando a sede de agrupamento, onde já existe CAF).

Justificação

- Com base nas propostas anteriores todas as escolas terão, pelo menos, um espaço de carácter polivalente, onde podem ser desenvolvidas diversas actividades;
- Este estará devidamente apetrechado com os respectivos recursos materiais;
- Dispondo de corpo de pessoal não docente estável e qualificado (ver ponto seguinte), pelo que entendemos que as escolas terão, a curto prazo, de condições para implementar a valência de CAF, de acesso gratuito, caso necessário.

Implementar esta medida irá implicar:

- definição do horário de funcionamento em função do acordo com as necessidades das famílias;
- contratação/alargamento dos horários de trabalho dos animadores e auxiliares de acção educativa;
- fornecimento de lanche às crianças;
- criação de projectos adaptáveis às várias realidades escolares, mediante o estabelecimento de protocolos com associações culturais, desportivas, entre outras do concelho e dando continuidade às acções e projectos educativos já existentes.

2.4.2.2. Estabilização e qualificação do quadro de pessoal não docente

EB1/JI de Vila Alva e de Vila Ruiva

Justificação

A estabilização e qualificação do quadro de pessoal não docente são justificadas pelas seguintes razões:

- existência de situações precárias: na actualidade, as EB1 de Vila Ruiva e de Vila Alva não têm auxiliares de acção educativa, a tempo inteiro, sendo que estas funções são asseguradas por profissionais a regime parcial e temporário.
- a necessidade de serviço de refeições em Vila Ruiva, única escola que acolhe alunos de 1ºCEB deslocados (de Albergaria dos Fusos), pelo que é necessário um auxiliar que assegure o acompanhamento das crianças;
- o alargamento, a nível legal, das actividades proporcionadas, pela escola, como é o caso da extensão do horário escolar até às 17h30, e a implementação de actividades extracurriculares - que representa novas exigências do ponto de vista da utilização do espaço escolar, bem como um maior número de horas vividas no mesmo. A diversidade destas medidas levanta também a questão da formação destes profissionais, nomeadamente, para o acompanhamento das acções extracurriculares, sendo de prever a necessidade de profissionais com uma formação específica ao nível da educação/animação.

Assim, sugerimos:

- Contratação de dois auxiliares de acção educativa para exercerem funções a tempo inteiro nas EB1 de Vila Alva e de Vila Ruiva, à razão de um profissional por escola. Estas contratações deverão ter lugar já no ano lectivo de 2006/07, dadas as razões acima mencionadas.
- As contratações deverão ser equacionadas tendo em atenção a frequência de formação específica na área do apoio à infância (por exemplo, curso de auxiliar de acção educativa). Nos casos em que tal não seja possível, dever-se-á procurar garantir os conhecimentos básicos nesta matéria, através de acções/cursos de formação.

Todas as EB1/JIs

Aposta nos profissionais de animação sócio-cultural, nomeadamente, procurando assegurar estágios e vagas para os alunos que frequentam cursos de formação nesta área na região, assegurando assim, não só uma articulação supramunicipal, mas também, a garantia de fixação de jovens qualificados no concelho. O número de profissionais a contratar dependerá do esquema de trabalho a adoptar.

Novamente, deverão ser privilegiadas as habilitações para o exercício da profissão, procurando-se colocar animadores com formação e, desejavelmente, com experiência no trabalho com crianças.

2.5. Expansão da oferta formativa e educativa

2.5.1. Educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

A curto prazo

- Alargamento do Programa de Generalização do Inglês no Ensino Básico aos alunos dos 1º e 2º anos.

A médio prazo

- Iniciação da língua inglesa nas crianças que frequentam a educação pré-escolar.

Este alargamento - que significará, a médio prazo, que todas as crianças em idade pré-escolar e escolar aprendem uma segunda língua - irá implicar a adopção das seguintes medidas:

- Adaptação do horário do sistema de transportes, de modo a que os alunos possam beneficiar das aulas.
- Contratação de maior número de docentes para leccionar estas aulas, os quais:
 - Deverão ter uma formação científica e pedagógica de base adequada;

- Deverá ser dada preferência a docentes colocados no concurso nacional em situação de completamento de horário, dentro do agrupamento.
- Adaptação dos horários em cada escola, de modo a que possam coexistir turmas de 1º/2º ano e de 3º/4º ano.
- Comparticipação na aquisição de materiais específicos de apoio à disciplina, tais como, jogos e manuais, adaptados às faixas etárias em questão.
- Fornecimento do lanche, dado o número de horas que os alunos irão ter na escola.

2.5.2. Educação de adultos

2.5.2.1. Ensino Recorrente, Educação Extra-escolar e RVCC

Não obstante sinais positivos na frequência de alguns cursos de ensino recorrente e dos cursos de educação extra-escolar, os níveis de analfabetismo e a baixa escolaridade, bem como a não cobertura satisfatória dos cursos de educação de adultos a todo o concelho, exigem que se continue a apostar na promoção das modalidades de educação de adultos, através das seguintes medidas:

- **Incentivo ao estabelecimento de parcerias** entre a CMC, as entidades responsáveis pela coordenação do Ensino Recorrente e da Educação Extra-escolar, o Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC) de Ferreira do Alentejo, e as associações do concelho ou a intervir em freguesias do concelho, com o objectivo de dinamizar projectos/programas de intervenção social que contribuam para a melhoria das qualificações da população e que possam ir de encontro às necessidades de formação do concelho.
- **Equacionar o funcionamento de cursos de educação e formação, de acções de ensino recorrente, de RVCC e de educação extra-escolar** - de alfabetização, de promoção de línguas estrangeiras, de utilização de novas tecnologias, de educação para a saúde, aquisição de competências profissionais, a título de exemplo - nos estabelecimentos escolares em associações culturais e recreativas, **sem constrangimento de horário, isto é, em horário diurno** (sobretudo para população em idade activa jovem, em situação de desemprego ou precariedade profissional, e população idosa, nas associações), **ou em horário pós-laboral** para adultos activos, nas escolas em funcionamento.
- **A médio prazo, equacionar a possibilidade de funcionamento de cursos com componente profissionalizante/profissionais para adultos, em regime de horário pós-laboral.** De modo a rentabilizar espaços e recursos, poderá ser assegurado o funcionamento nocturno dos cursos que, entretanto, já existam, em regime diurno, na Escola Profissional de Fialho de Almeida.

2.5.2.2. Pessoal não docente

Promoção de acções de formação para o pessoal não docente de todas as escolas e agrupamento de escolas.

Sendo o pessoal não docente um dos principais intervenientes no contexto escolar e confrontando com o baixo nível de habilitações literárias verificadas (36% do pessoal não docente do Agrupamento ainda não possui o ensino básico em 2005/06), bem como a evidência de que o tempo dispendido na escola será, por força das exigências do Ministério da Educação (refeições, educação extracurricular, ...), cada vez maior, torna-se imperiosa a aposta na formação destes profissionais.

Para tal deverá ser feito, no início de cada ano lectivo:

- uma actualização do nível de habilitações de profissionais não docentes;
- um levantamento dos interesses e necessidades de formação dos mesmos.

A partir desta análise inicial dever-se-á elaborar um plano de formação, a definir em colaboração com o Agrupamentos de Escolas, Escola Profissional e JI da Santa Casa da Misericórdia de Cuba. Embora podendo conter directrizes e conteúdos comuns, **o plano deverá ser adaptado à realidade de cada um destes contextos específicos.**

2.6. Novos projectos e iniciativas

Criação de um programa de sensibilização para pais e alunos do 1ºCEB, relativo à disciplina de inglês (ver ponto 2.7.1.).

Criação de um programa de intervenção junto da comunidade cigana do concelho.

Como atrás ficou descrito, de acordo com o Agrupamento, a frequência da EB1/JI de Vila Alva apresenta alguma irregularidade, dado que, parte dos alunos, são de etnia cigana, apresentando uma cultura de ligação/vinculação frágil à escola.

Assim, torna-se necessário intervir junto desta comunidade, numa perspectiva de melhor conhecimento das suas raízes, valores, comportamentos e de equilíbrio com os restantes, dando a conhecer as vantagens da escolarização para o futuro dos seus filhos.

As acções a desenvolver no âmbito do mesmo deverão, também, e em tempos e modalidades próprias ser dirigidas aos alunos. Em ambos os casos, todo o programa deverá ser concertado com o Agrupamento e de modo mais particular, com o professor titular da turma.

2.7. Reflexão em torno da implementação das medidas legisladas no ano de 2005

2.7.1. Programa de Generalização da Língua Inglesa aos alunos dos 3º e 4º anos do 1º CEB

A implementação desta medida representa alterações importantes nas responsabilidades desta em matéria de educação, dado tratar-se de uma medida que contém em si um alargamento da actuação das Câmaras.

De acordo com o Agrupamento, têm existido duas dificuldades principais na implementação deste programa:

- irregularidade/instabilidade da frequência ao longo do ano, dado o carácter facultativo das aulas, assim como algum desconhecimento dos pais em relação ao programa;
- a necessidade de alterar a organização dos tempos lectivos por parte do professor titular da turma, devido à existência de apenas um docente a leccionar estas aulas.

Assim, e tendo em atenção a importância de que se reveste a aprendizagem da língua inglesa o mais precocemente possível, sugerimos a **criação de um programa de sensibilização aos pais para a necessidade de os seus filhos frequentarem estas aulas.**

As acções a desenvolver no âmbito do mesmo deverão, também, e em tempos e modalidades próprias ser dirigidas aos alunos. Em ambos os casos, todo o programa deverá ser concertado com o Agrupamento e de modo mais particular, com o professor titular da turma.

Salienta-se a atenção de estas acções decorrerem em horário/dia acessível para os pais e encarregados de educação.

Estas acções poderão revelar-se de grande importância para a expansão destas aulas aos alunos do 1º e 2º anos, e a médio prazo, às crianças da educação pré-escolar.

Avaliar a implementação do programa de generalização, em cada escola, junto de pais, alunos e professores envolvidos.

Para que este programa possa desenvolver-se de modo adequado e próximo de cada uma das realidades, a **CMC deverá requerer uma avaliação periódica do mesmo.** Esta avaliação deverá decorrer não apenas no final mas, indispensavelmente, no início e no decorrer do ano lectivo/momento de implementação, de modo a que possam ser analisadas as sugestões e remediadas as dificuldades surgidas.

Deverão ser auscultadas as opiniões junto de pais, professores (titular e da disciplina), alunos e agrupamento de escolas.

2.7.2. Programa de Promoção de Projectos Educativos na Área da Cultura

Esta iniciativa contém diversas implicações para a acção da autarquia, originadas pelo envolvimento desta nas várias fases possíveis de implementação deste programa. Assim, a autarquia, e, mais concretamente, as Câmaras Municipais, podem integrar este programa das seguintes formas:

- Enquanto parceiros directos, ficando a coordenação/implementação das acções a cargo da equipa dos sectores de educação e cultura que estabelecerão ligações a outras entidades.
- Enquanto organismo que tutela outras entidades do município, tais como, museus ou bibliotecas, as quais se poderão candidatar ao programa.

Sugestões de actuação

O despacho estabelece os procedimentos de actuação a adoptar para a candidatura ao Programa, quer no que se reporta aos protocolos a estabelecer entre as entidades implicadas, quer no dossier onde constam as propostas concretas, a ser entregue à Direcção Regional de Educação do Alentejo (Capítulo I, Art. 5º e Capítulo II, Art. 6º).

Além destes procedimentos, a autarquia poderá rentabilizar esta iniciativa das seguintes formas:

- A nível interno, reforço da comunicação e do trabalho conjunto dos sectores de educação e cultura da CMC.
- A nível externo, análise das parcerias actualmente existentes com entidades de diversa natureza, de forma a potencializar as acções que já desenvolvem e a alargar o seu âmbito a novos projectos.
- Incentivar a actuação dos organismos de cultura e educação tutelados pela Câmara Municipal - Biblioteca Municipal, Museus,... - candidatando-os ao Programa.
- Trabalhar articuladamente com as Escolas e Agrupamentos de Escolas, incentivando a dinamização de espaços e eventos de natureza cultural e educativa e, eventualmente, servindo de intermediário entre estes e outras entidades de interesse para os projectos.
- Apostar nas parcerias regionais, de modo a criar/integrar uma espécie de rede regional de actuação no domínio cultural-educativo, onde constam as entidades desta natureza e com as quais se podem gerar intercâmbios de experiências.
- A inclusão de novos projectos, quer nos sectores cultural-educativo da CMC, quer nos serviços educativos das entidades por esta tuteladas, deverá ser acrescida de um reforço na planificação dos projectos e acções em vigor no concelho, atendendo, nomeadamente:
 - Aos destinatários (discentes, docentes, não docentes, comunidade alargada), tentando garantir o acesso equilibrado às mesmas;
 - Às temáticas abordadas, tentando uma articulação entre as metas educativas definidas para o concelho, a missão de cada entidade e as propostas de projecto em causa. Deste modo, contribuir-se-á para um linha de actuação coerente, isto é, para uma política identificável em matéria de educação/cultura.
- Promover/divulgar este Programa junto da comunidade, através dos dispositivos de

comunicação do município (boletins informativos, sítios de Internet, entre outros).

O despacho não esclarece as questões do financiamento, sendo no entanto, de antever a tarefa de gestão desta matéria por parte do município e, eventualmente, a garantia de uma comparticipação nos projectos candidatados.

2.8. Linhas de orientação da expansão do sistema educativo de Cuba e suas relações com a dinâmica social e o desenvolvimento socio-económico

Este segmento da Carta Educativa projecta num horizonte temporal mais alargado o sistema educativo de Cuba. Se as propostas até aqui definidas foram concebidas para serem concretizadas - as relativas à gestão de recursos - ou iniciadas - as relativas à construção, reconversão ou encerramento de espaços - nos próximos cinco anos, aqui é o lugar de introduzir algumas linhas que poderão orientar a expansão do sistema educativo desde já e com um prazo de validade de, pelo menos, uma década.

Algumas características do sistema educativo de Cuba devem ser reforçadas, de forma a não serem negligenciadas. Outras deverão ser, progressivamente, introduzidas, de forma a suplantar as fortes assimetrias que ainda se verificam entre o concelho e o país. Na primeira parte deste documento, apresentámos algumas das dimensões do debate actual em torno das relações entre educação e desenvolvimento. Neste ponto voltamos a fazer uso das propostas que esse debate introduz, na convicção de que a educação é um dos factores promotores do desenvolvimento das populações e que populações mais desenvolvidas exigem mais qualidade de vida e melhor educação.

Neste sentido, consideramos que no concelho podem ser assumidas as seguintes estratégias que, sendo convergentes com as equações feitas para o País com implicações para o poder local, são devidamente especificadas para a realidade do concelho:

- dados os níveis de escolarização da população, os valores de frequência e de abandono registados no concelho, é fundamental desenvolver medidas que incentivem o aumento de frequência e de conclusão do ensino básico, tendo em vista o incentivo à frequência do ensino secundário. **No caso concreto, propõe-se:**
 - a dinamização do funcionamento em rede da Escola Profissional Fialho de Almeida, do Agrupamento de Escolas de Cuba, da Santa Casa da Misericórdia de Cuba e da Câmara Municipal de Cuba. O trabalho em conjunto permitirá, não só, uma melhor articulação da oferta formativa, mas também, um aumento da diversidade da mesma, em claro benefício dos percursos de escolarização e qualificação propostos. Também deverá ser fomentado o desenvolvimento de projectos comuns;
 - o reforço do conhecimento mútuo e do desenvolvimento de projectos em parceria as escolas e agrupamentos de escolas;

- a promoção dos artigos tradicionais e das potencialidades de Cuba e a oferta de outros tipos de formação, quer através da criação de cursos de nível técnico profissional e/ou de cursos de educação-formação na Escola sede. A disponibilização de uma oferta desta natureza poderá contribuir para corrigir os níveis de abandono e de não aproveitamento identificados no Diagnóstico.
- a criação de bolsas de estudo para os alunos do ensino secundário, que se encontrem a frequentar cursos de ensino secundário no concelho ou fora dele, (co)financiadas por empresas da região. A implementação desta medida deverá ser negociada junto do Ministério da Educação e do Ministério das Finanças a fim de que possa ser aceite no âmbito da Lei do Mecenato. Esta, cujo estatuto é definido pelo Decreto-Lei n.º 74/99 de 16 de Março, permite um conjunto de incentivos fiscais às empresas que integrem acções consideradas ao abrigo do Mecenato educacional, social ou cultural. Este apoio poderá ser concedido a escolas e cooperativas de ensino através de dinheiro ou de bens materiais.
- o estabelecimento de acordos com as entidades empregadoras do concelho para que, no âmbito dos processos de contratação, seja dada preferência a jovens (com idade inferior ou igual a 20 anos) que tenham cumprido doze anos de escolaridade, ou que nos contratos de trabalho seja incluída uma clausula de formação obrigatória para o jovem.
- incentivar a dinâmica da oferta e procura de ensino recorrente e educação extra-escolar através de(a):
 - acções de sensibilização junto da população;
 - dinamização da cooperação entre o Centro de Coordenação do Ensino Recorrente e Educação Extra Escolar e Educação e Formação de Adultos do concelho, autarquias e colectividades locais;
 - diversificação da oferta de acções em educação extra-escolar através da exploração de diversas áreas;
 - garantia do serviço de transporte, a funcionar em regime nocturno, sempre que necessário.
- Assegurar a regularidade e assiduidade de candidaturas a programas de financiamento europeus e nacionais de materiais e projectos de desenvolvimento, para todos os públicos (ex: SIQE, PRODEP, POCI-2010, POEFDS³⁵). **Salienta-se a necessidade de aprofundar e actualizar o conhecimento em relação ao Quadro de Referência Estratégia Nacional (QREN), a vigorar entre os anos de 2007/13.**

³⁵ SIQE - Sistema de Incentivos à Qualidade na Educação, do Ministério da Educação; PRODEP - Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal, do Ministério da Educação; POCI-2010 - Programa Operacional Ciência e Inovação, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; POEFDS - Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social.

2.9. Estratégias de utilização da Carta Educativa para o desenvolvimento da educação no concelho

Todo o esforço de produção de um documento deste género perde potencialidades se não se proceder a uma análise e exploração alargadas, isto é, que não realizadas unicamente por e com os responsáveis directos pelo Sector Educativo na Câmara. Assim, numa óptica global, que reflecte a aprendizagem desenvolvida ao longo da concepção, planeamento e elaboração do documento, sugerimos uma linha de abertura e de partilha da Carta Educativa à comunidade. Para tal, deixamos algumas sugestões de actuação que deverão ser complementadas e impulsionadas pelos responsáveis directos do sector educativo na Câmara Municipal de Cuba:

- Envio da Carta Educativa para as entidades directa e indirectamente associadas à educação no concelho de Cuba;
- Análise e Revisão do documento por parte do Conselho Municipal de Educação e pelos responsáveis do sector educativo da CMC;
- Análise e discussão do documento nas Assembleias de Escola;
- Análise e discussão pública do documento;
- Confronto com o poder central para a tomada de decisões e os compromissos necessários à melhoria do sistema.

O conhecimento integral e a visão global da dimensão educativa dão à autarquia a possibilidade de actuar em múltiplas frentes, que não apenas as que implicam uma responsabilidade directa de execução. De facto, ao congregar o trabalho de diversos parceiros (instituições, docentes, órgãos intermédios do ME,...) os responsáveis autárquicos podem rentabilizar a Carta Educativa no sentido de:

- Negociar junto dos órgãos regionais e centrais do ME, nomeadamente, em decisões que implicam mudanças importantes na estrutura e realidade educativa do município.
- Mediar a relação entre a escola e as empresas, actuando como um dinamizador na atribuição de bolsas de estágio, e na criação de postos de trabalho, numa lógica duplamente orientada: fixação dos jovens na sua região e aumento das qualificações dos profissionais que poderão vir a integrar essas empresas.
- Divulgar e incentivar a prática do mecenato, enquanto estratégia de apoio ao associativismo local, elemento de grandes potencialidades no campo da acção educativa na comunidade.
- Fortalecer a dinâmica de avaliação e de convergência dos projectos e processos educativos implantados, de modo a que a Carta Educativa seja um documento em aberto e lugar de actualização e conjugação de ideias, processos e resultados.

3. Fichas-síntese da proposta

Neste ponto apresentamos as propostas, de acordo com a ficha-modelo sugerida pelo Ministério da Educação. Segue-se a mesma ordem e esquematização adoptada no ponto anterior, apresentando-se as propostas que se revestem de carácter mais concreto. Salientamos que se trata de uma síntese das ideias principais, pelo que o entendimento das mesmas requer sempre a consulta do ponto 2, onde consta a explanação de cada uma das propostas apresentadas.

3.1. Encerramento e construção de escolas

Não aplicável.

3.2. Intervenção no edificado e no espaço exterior

Identificação e localização

Escola do 1ºCEB de Faro do Alentejo

Designação

Conservação e melhoramento do estabelecimento

Descrição

- Reabilitação de coberturas;
- Revestimentos (rebocos e pinturas) em paredes e tectos interiores e exteriores e muros da zona envolvente;
- Substituição de pavimentos;
- Reparação e substituição de vãos de janelas e portas, interiores e exteriores;
- Remodelação das instalações sanitárias;
- Construção de parque infantil;
- Substituição da rede de água e de esgotos do edifício;
- Substituição da rede eléctrica do edifício;
- Instalação do sistema de aquecimento central;
- Ajardinamento do recinto exterior.

Estratégias em que se insere

Conservação e melhoramento da rede escolar do concelho

Articulações

Prioridade e Calendariação

Responsabilidade

Investimento previsto

140.000,00 €

Informações complementares/justificação

Trata-se da única EB1/JI do concelho que ainda não foi alvo de reestruturação recente.

Identificação e localização

EB1/JI de Vila Alva

Designação

Requalificação do espaço exterior

Descrição

- Construção de uma ligação coberta em espaço exterior, que assegure a circulação abrigada entre as salas de aula e as infra-estruturas localizadas no exteriores (tais como, casas de banho)
-

Estratégias em que se insere

Conservação e melhoramento da rede escolar do concelho

Articulações

Prioridade e calendarização

Responsabilidade

Investimento previsto

A definir

Informações complementares/justificação

A circulação no espaço exterior revela-se inadequada para as crianças no Inverno e em condições atmosféricas adversas, devido à inexistência desta estrutura coberta para circulação em espaço exterior.

Identificação e localização

EB1/JI de Vila Alva

Designação

Requalificação do espaço exterior

Descrição

- Construção de uma ligação coberta em espaço exterior, que assegure a circulação abrigada entre as salas de aula e as infra-estruturas localizadas no exteriores (tais como, casas de banho)
-

Estratégias em que se insere

Conservação e melhoramento da rede escolar do concelho

Articulações

Prioridade e Calendarização

Responsabilidade

Investimento previsto

A definir

Informações complementares/justificação

A circulação no espaço exterior revela-se inadequada para as crianças no Inverno e em condições atmosféricas adversas, devido à inexistência desta estrutura coberta para circulação em espaço exterior.

Identificação e localização

Escola Profissional Fialho de Almeida, Cuba

Designação

Conservação e melhoramento do estabelecimento

Descrição

- Reabilitação de coberturas;
- Revestimentos (rebocos e pinturas) em paredes e tectos interiores e exteriores;
- Reparação e substituição da vedação da zona envolvente;
- Substituição de pavimentos;
- Reparação e substituição de vãos de janelas e portas, interiores e exteriores;
- Remodelação das instalações sanitárias;
- Substituição da rede de água e de esgotos do edifício;
- Substituição da rede eléctrica do edifício;
- Instalação do sistema de aquecimento central;
- Arranjo com ajardinamento do recinto exterior;
- Arranjo e pintura exterior e interior do pavilhão gimnodesportivo.

Estratégias em que se insere

Conservação e melhoramento da rede escolar do concelho

Articulações

Prioridade e calendarização

Responsabilidade

Investimento previsto:

300.000,00 €

Informações complementares/justificação

A escola funciona no edifício da antiga Escola Básica Integrada de Cuba.

Trata-se do único equipamento que assegura ensino secundário diurno, de carácter profissionalizante.

3.3. Apetrechamento/requalificação de recursos e materiais

Identificação e localização

Todas as EB1/JIs do concelho

Designação

Apetrechamento/requalificação de recursos e materiais

Descrição

- Recursos informáticos;
 - Recursos necessários à prática desportiva;
 - Recursos necessários às actividades de expressão dramática, musical e outras;
 - Recursos didácticos e pedagógicos;
 - Mobiliário de suporte às actividades;
 - Mobiliário de sala de aula.
-

Estratégias em que se insere

Dotação da rede escolar do concelho

Articulações

Prioridade e calendarização

Responsabilidade

Investimento previsto

Variável, em função das necessidades apuradas

Informações complementares/justificação

Para a dotação de cada um dos estabelecimentos, deverá ser feito um levantamento de necessidades anual, dada a pouca durabilidade de alguns materiais, com base no qual se definirá o investimento necessário. Este processo deverá ser concertado com o Agrupamento de Escolas.

3.4. Optimização do funcionamento escolar

3.4.1. Medidas globais

Identificação e localização

Todas as EB1/JIs do concelho

Designação

Actualização/avaliação do serviço de refeições

Descrição

-
- Avaliação periódica do serviço de refeições, em cada ano lectivo, em 3 momentos distintos - início, meio e fim - de modo a verificar-se a adequação deste serviço.
 - A recolha de dados deverá ser efectuada junto de pais, professores, auxiliares e alunos.
-

Estratégias em que se insere

Optimização do funcionamento escolar

Articulações

Prioridade e calendarização

Responsabilidade

Investimento previsto

A definir

Informações complementares/justificação

Os procedimentos de avaliação deverão ser articulados com o Agrupamento de Escolas e serem efectuados junto de todas as entidades que asseguram e fornecem o serviço de refeições.

Identificação e localização

Agrupamento de escolas e jardins-de-infância do concelho.

Designação

Instalação do serviço de Internet de banda larga em todos os computadores que ainda não possuem esta facilidade.

Descrição

- Colocação do sistema de Internet de banda larga em todos os computadores do Agrupamento: 84 em 2005/06.
 - Aquisição de web cams.
-

Estratégias em que se insere

Optimização do funcionamento escolar

Articulações

Prioridade e calendarização

Responsabilidade

Investimento previsto

A definir

Informações complementares/justificação

Estas medidas irão contribuir para a ligação em rede de todas os estabelecimentos de educação do concelho.

Identificação e localização

Todos os estabelecimentos de educação do concelho

Designação

Criação/revitalização das páginas web dos estabelecimentos de educação.

Descrição

- Incentivo à criação/revitalização das páginas web dos estabelecimentos de educação, de modo a que a comunicação e actualização da informação seja facilitada.
-

Estratégias em que se insere

Optimização do funcionamento escolar

Articulações

Prioridade e calendarização

Responsabilidade

Investimento previsto

A definir

Informações complementares/justificação

Esta actualização/criação poderá contribuir para comunicação entre os diversos estabelecimentos, nomeadamente, para o intercâmbio de experiências e materiais de trabalho docente, entre outros.

Identificação e localização

Todos os estabelecimentos de educação do concelho

Designação

Criação de uma Newsletter digital.

Descrição

- Criação de uma *newsletter* digital para actualização de projectos e iniciativas dirigidos às escolas, de forma a que estas tenham acesso a informações relevantes, tais como, concursos e actividades em vigor, quer a nível concelhio quer nacional.
-

Estratégias em que se insere

Optimização do funcionamento escolar

Articulações

Prioridade e calendarização

Responsabilidade

Investimento previsto

A definir

Informações complementares/justificação

Esta newsletter poderá ser criada pela CMC, podendo as informações que dela constarem serem, também, publicadas em outros suportes de divulgação municipais já existentes. O formato digital facilitará a divulgação rápida da informação e reduzirá, em muito, os encargos, por comparação com outros suportes.

Estas medidas irão contribuir para a ligação em rede de todos os estabelecimentos de educação do concelho.

Identificação e localização

Todos os estabelecimentos de educação, juntas de freguesia e associações/entidades do concelho

Designação

Reforço dos protocolos de colaboração entre entidades

Descrição

- Reforço dos protocolos de colaboração entre a CMC, juntas de freguesia, e associações e entidades de natureza cultural, recreativa e desportiva do concelho, tentando actividades conjuntas com as escolas e JI. Poderá acontecer através de:
 - Cedência de espaços para práticas específicas;
 - Realização conjunta de iniciativas, entre outras.
-

Estratégias em que se insere

Optimização do funcionamento escolar

Articulações

Prioridade e calendarização

Responsabilidade

Investimento previsto

A definir

Informações complementares/justificação

Identificação e localização

Estabelecimentos de educação do concelho e biblioteca municipal

Designação

Criação de um sistema de intercâmbio entre bibliotecas do concelho

Descrição

- Criação de um sistema de intercâmbio do fundo bibliográfico e de recursos entre a biblioteca municipal e as bibliotecas das escolas de todos os níveis de ensino, de modo a promover a rotatividade do fundo, otimizando e diversificando a oferta disponível em todo o concelho.
-

Estratégias em que se insere

Optimização do funcionamento escolar

Articulações

Prioridade e calendarização

Responsabilidade

Investimento previsto

A definir

Informações complementares/justificação

Este processo deverá ser desenvolvido em conjunto com a Biblioteca Municipal e a os estabelecimentos de educação, de modo a definir as regras de funcionamento.

Identificação e localização

Câmara Municipal de Cuba, freguesia de Cuba

Designação

Qualificação dos percursos de transporte escolar

Descrição

- Adequação às normas de transporte escolar (auxiliares de acção educativa, cintos de segurança, ...);
 - Garantir formação em matéria de segurança infantil aos condutores e auxiliares que efectuem este serviço.
-

Estratégias em que se insere

Optimização do funcionamento escolar

Articulações

Prioridade e calendarização

Responsabilidade

Investimento previsto

A definir

Informações complementares/justificação

Estas formações deverão ser periódicas e actualizadas em função das alterações legais. Deverão ser concertadas com o Agrupamento e outras entidades de formação, tais como, a Escola Profissional.

Identificação e localização

Agrupamento de escolas e jardins-de-infância do concelho

Designação

Promoção da aproximação dos pais e encarregados de educação à escola

Descrição

-
- Incentivo ao associativismo dos pais, à realização periódica de reuniões, onde seja possível envolver os pais na reflexão e decisão na vida escolar.
 - Criação de um plano de acção com iniciativas de lazer, formação e informação dirigidas aos pais e encarregados de educação, com base nas suas necessidades e interesses.
-

Estratégias em que se insere

Optimização do funcionamento escolar

Articulações

Prioridade e calendarização

Responsabilidade

Investimento previsto

A definir

Informações complementares/justificação

Este processo deverá partir de um levantamento prévio de interesses e necessidades dos pais e ser concertado com o Agrupamento.

3.4.2. Medidas específicas

3.4.2.1. Rentabilização/instalação de espaços

Identificação e localização

EB1/JI de Vila Ruiva

Designação

Instalação de gabinete de professores

Descrição

-
- adaptação de uma das salas de apoio existentes na actualidade na EB1 para instalação de um gabinete para os professores;
 - respectivo equipamento com mobiliário, material de apoio e outros recursos entendidos como necessários.
-

Estratégias em que se insere

Optimização do funcionamento escolar

Articulações

Prioridade e calendarização

Responsabilidade

Câmara Municipal de Cuba

Investimento previsto

A definir

Informações complementares/justificação

A concretização das actividades extracurriculares de prolongamento de horário e as aulas de inglês fazem prever um maior número e diversidade de profissionais no espaço escolar, bem como um maior número de horas dos docentes nas escolas, tornando este espaço bastante necessário.

Esta sala deverá servir os educadores do JI e os professores do 1ºCEB.

Identificação e localização

EB1/JI de Vila Alva

Designação

Candidatura à RBE para criação de biblioteca escolar

Descrição

- adaptação de uma das salas de apoio existentes na actualidade na EB1 para instalação de uma biblioteca escolar;
 - respectivo equipamento com mobiliário, material de apoio e outros recursos entendidos como necessários.
-

Estratégias em que se insere

Optimização do funcionamento escolar

Articulações

Prioridade e calendarização

Responsabilidade

Câmara Municipal de Cuba

Investimento previsto

A definir pela CMC

Informações complementares/justificação

RBE - Rede de Bibliotecas Escolares

Identificação e localização

Todas as EB1/JIs do concelho

Designação

Instalação da valência de ATL nas EB1/JI

Descrição

- instalação da valência de ATL nas EB1/JIs do concelho, que assegurem o acompanhamento das crianças após as 17h30;
 - fornecimento do lanche;
 - criação de projectos adaptados às diversas realidades.
-

Estratégias em que se insere

Optimização do funcionamento escolar

Articulações

Prioridade e calendarização

Responsabilidade

Câmara Municipal de Cuba

Investimento previsto

A definir pela CMC

Informações complementares/justificação

Deverão ser analisadas as condições existentes em cada um das freguesias/localidades, nomeadamente, em relação aos horários e disponibilidades das famílias.

3.4.2.2. Estabilização e qualificação do pessoal não docente

Identificação e localização

EB1/JI de Vila Alva e de Vila Ruiva

Designação

Estabilização do pessoal não docente

Descrição

- Contratação de 2 auxiliares de acção educativa, a tempo inteiro, para exercerem funções, respectivamente, nas EB1/JI de Vila Alva e de Vila Ruiva
-

Estratégias em que se insere

Estabilização do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação

Articulações

Prioridade e calendarização

Responsabilidade

Câmara Municipal de Cuba

Investimento previsto

A definir

Informações complementares/justificação

A contratação de auxiliares de acção educativa deverá ser revista, periodicamente, consoante a lista de necessidades encontradas em cada estabelecimento.

Deve privilegiar-se, em todos os casos, as habilitações dos profissionais, assegurando sempre o acesso a formação essencial no trabalho com crianças.

Identificação e localização

Todas as EB1/JIs do concelho

Designação

Contratação de profissionais de animação

Descrição

- Contratação de animadores que assegurem a realização das actividades extracurriculares previstas pelo Ministério da Educação.
-

Estratégias em que se insere

Estabilização e qualificação do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação

Articulações

Prioridade e calendarização

Responsabilidade

Câmara Municipal de Cuba

Investimento previsto

Variável, em função do número de animadores contratados e do esquema de trabalho adoptado.

Informações complementares/justificação

A contratação destes profissionais deverá ser revista, periodicamente, consoante a lista de necessidades encontradas em cada estabelecimento.

Deve assegurar-se que, em todos os casos, os profissionais contratados têm formação adequada para o exercício das respectivas funções, em especial, para o trabalho com crianças.

3.5. Expansão da oferta formativa e educativa

3.5.1. Educação pré-escolar e 1ºCEB

Identificação e localização

Todas as EB1/JIs do concelho

Designação

Alargamento do Programa de Generalização da Língua Inglesa

Descrição

- A curto prazo: alargamento das aulas de inglês aos alunos dos 1º e 2º anos do 1ºCEB;
 - A médio prazo: alargamento das aulas de inglês aos alunos da educação pré-escolar
-

Estratégias em que se insere

Expansão da oferta formativa e educativa

Articulações

Prioridade e calendarização

Responsabilidade

Câmara Municipal de Cuba

Investimento previsto

Variável, em função do número de escolas abrangidas e do número de docentes contratados para o efeito.

Informações complementares/justificação

Medidas que deverão ser desenvolvidas em articulação com o Agrupamento de escolas, e na sequência da medida proposta no ponto 3.7.1.

Identificação e localização

Educação de adultos, todo o concelho

Designação

Incentivo ao Ensino Recorrente, à Educação Extra-escolar e ao Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

Descrição

- Estabelecimento de parcerias entre entidades para dinamização de projectos de intervenção social;
 - Acções em regime diurno e nocturno, nas escolas em funcionamento;
 - Alargamento de cursos profissionais já existentes para o funcionamento em regime pós-laboral.
-

Estratégias em que se insere

Expansão da oferta formativa e educativa

Articulações

Prioridade e calendarização

Responsabilidade

Investimento previsto

A definir

Informações complementares/justificação

Medidas que deverão ser desenvolvidas em articulação com o Agrupamento de escolas e com as entidades de educação de adultos do concelho.

Identificação e localização

Educação de adultos, a todo o concelho

Designação

Qualificação do pessoal não docente

Descrição

- Promoção de acções de formação para o pessoal não docente de todas (públicas e privadas) as escolas/JIs e agrupamento de escolas, dado ainda se verificar um nível de habilitações baixo na generalidade dos casos;
 - Elaboração de um levantamento de necessidades e interesses de formação junto dos não docentes, com base no qual se elaborará o plano anual de formação.
-

Estratégias em que se insere

Expansão da oferta formativa e educativa

Articulações

Prioridade e calendarização

Responsabilidade

Investimento previsto

A definir

Informações complementares/justificação

Medidas que deverão ser desenvolvidas em articulação com o Agrupamento de escolas, Escola Profissional e JI da Santa Casa da Misericórdia de Cuba.

3.6. Novos projectos e iniciativas

Identificação e localização

Novos projectos e iniciativas, a todo o concelho

Designação

Programa de intervenção junto da comunidade cigana do concelho

Descrição

- Criação de um programa de intervenção junto da comunidade de cigana do concelho, com o objectivo de aumentar a sua ligação à escola e incentivar à escolarização das crianças, dada a frágil vinculação ao meio escolar
-

Estratégias em que se insere

Novos projectos e iniciativas

Articulações

Prioridade e calendarização

Responsabilidade

Investimento previsto

A definir

Informações complementares/justificação

Medidas que deverão ser desenvolvidas em articulação com o Agrupamento de escolas.

3.7. Reflexão em torno das medidas legisladas no ano de 2005

3.7.1. Programa de Generalização da Língua Inglesa as alunos dos 3º e 4º anos do 1ºCEB

Identificação e localização

Programa de generalização da Língua Inglesa, a todo o concelho

Designação

Sensibilização para a língua inglesa

Descrição

- Criação de um programa de sensibilização para pais e alunos para importância da frequência das aulas de inglês, dada a irregularidade na frequência descrita pelo Agrupamento.
-

Estratégias em que se insere

Melhoria da implementação das novas medidas

Articulações

Prioridade e calendarização

Responsabilidade

Investimento previsto

A definir

Informações complementares/justificação

Medida que deverá ser desenvolvida em articulação com o Agrupamento de escolas.

Identificação e localização

Programa de generalização da Língua Inglesa, a todo o concelho

Designação

Avaliação do programa

Descrição

- Criação de um dispositivo de avaliação da implementação do programa de generalização de inglês, inicial, intermédia e final, junto de alunos, professores e pais
-

Estratégias em que se insere

Melhoria da implementação das novas medidas

Articulações

Prioridade e calendarização

Responsabilidade

Investimento previsto

A definir

Informações complementares/justificação

Medida que deverá ser desenvolvida em articulação com o Agrupamento de escolas.

4. Monitorização da Carta Educativa do Concelho de Cuba

Do ponto de vista da gestão de projectos, em termos simples, a monitorização consiste no acompanhamento das acções ou projectos planeados num dado momento, de modo a que se possa verificar em que medida os objectivos, as estratégias, os tempos e os custos previstos no plano inicial estão a ser cumpridos. A monitorização é uma forma de avaliação e pretende verificar se existem derrapagens em relação ao planeado, mas também, identificar estratégias de melhoria para futuras intervenções, ou detectar novas necessidades surgidas a partir da execução das acções.

A Carta Educativa é um documento-projecto inacabado, e que necessita adaptar-se à evolução da realidade educativa do concelho, região ou país. A monitorização é a via de actuação que permite, precisamente, fazer esta adaptação, através da recolha de informação actualizada e do acompanhamento das acções: é um «processo de continuidade imprescindível para a actualização do conhecimento da realidade educativo-social e um permanente ajustamento das propostas de intervenção às dinâmicas registadas» (Manual para a Elaboração da Carta Educativa, 2000, Nota prévia).

Pretende-se que a Carta Educativa seja um documento dinâmico e adaptável em função das mudanças ocorridas na realidade educativa local e nacional. Por isso, a monitorização deve ser entendida como a «continuidade natural da Carta Educativa (*idem*, p. 42).

4.1. Fases do processo

De acordo com o Manual de Elaboração da Carta Educativa, o processo de monitorização é composto por 3 fases, conforme designação a seguir:

1. Recolha, organização e disponibilização da informação: obtenção da informação junto dos vários intervenientes educativos, através de instrumentos e bases de dados próprias.
2. Modelos de transformação da informação em instrumentos de acção: isto é, a informação recolhida deverá ser analisada, reflectida, para que dela resultem conclusões e decisões de intervenção.
3. Avaliação dos resultados: feita em dois sentidos. Um primeiro é a avaliação das acções, isto é, em que medida foram concretizadas as acções planeadas; um segundo tem a ver com a formulação das próprias decisões/acções. Esta fase permite a detecção de problemas, necessidades ou desajustamentos, devendo ser definidos modos de colmatar os mesmos.

4.2. Monitorização global e específica

Em termos concretização prática, podemos dividir o processo de monitorização em duas componentes:

1. A monitorização global, onde se define, no essencial, qual a entidade/técnico responsável pela coordenação do processo de monitorização e algumas pistas globais de organização do mesmo;

2. A monitorização específica: que aqui consiste na exploração da fase 1; expõe-se pistas para a recolha de informação e sugestões de melhoria do próprio documento.

4.2.1. Monitorização global

1. Responsabilidade global do processo de monitorização

Importa ter presente que o processo de monitorização, embora sob a coordenação da equipa de acompanhamento da Câmara Municipal de Cuba, constituída pelo Vice-Presidente da Câmara, Dr. Francisco Pólvora, pela Técnica Superior Principal de Psicologia, Maria Angelina Soares e pelo Engenheiro António Góis Pereira, deverá ser acompanhado pelo **Conselho Municipal de Educação** e requer o envolvimento de um conjunto de parceiros e actores sociais, sem os quais a recolha de dados e o acompanhamento das acções será dificultado e, provavelmente, deficiente ou incompleto. De entre os parceiros privilegiados, com os quais o processo de monitorização deverá ser concertado, assinalamos:

- Agrupamento vertical de escolas e de jardins-de-infância de Cuba;
- Santa Casa da Misericórdia de Cuba;
- Escola Profissional Fialho de Almeida;
- Entidades responsáveis pela educação de adultos;
- Juntas de freguesia;
- Delegação do Centro de Emprego e Formação;
- Sectores da Câmara;
- Outros considerados necessários.

Apresenta-se, nas tabelas abaixo, uma proposta de trabalho, que procura ser operacional e concreta, na qual é feita referência também aos parceiros que cuja colaboração se entende indispensável para a monitorização de determinada acção. O envolvimento atempado (isto é, prévio ao momento em que se pretende concretizar a monitorização) e esclarecido (isto é, devidamente concertado e assente nas eventuais sugestões que os parceiros queiram fazer) são aspectos fundamentais para o sucesso do processo de monitorização.

2. Compilação e acessibilidade da informação

De acordo com o Manual de Elaboração da Carta Educativa (2000), deverá ser criada uma base de dados específica para a monitorização da informação, cuja «criação e manutenção (...) deve ser da responsabilidade das Câmaras Municipais (ou Associações de Municípios)» (p. 46). O Ministério da Educação disponibiliza, de acordo com o referido Manual, uma base de dados para este efeito, designada Base de dados TER - Cartas Educativas, em CD-rom.

Poderá, ainda, recorrer-se aos SIG - Sistemas de Informação Geográfica.

3. Instrumento de actualização: os dados totais deverão ser actualizados através de um relatório escrito, que deverá estar concluído no final de cada ano lectivo. Este será objecto de análise e parecer por parte do Conselho Municipal de Educação.

4. Periodicidade: anual, regendo-se de acordo com o ano lectivo. Poderá estar concluído no final de cada ano lectivo ou no início de cada ano lectivo, em referência ao imediatamente anterior.

5. Relação com o documento actual: os relatórios resultantes do processo de monitorização poderão ser integrados na Carta Educativa sob a forma de adenda ou de apêndice. Recomenda-se a elaboração de um documento de síntese, a partir da Carta Educativa, no qual constem as acções a realizar.

4.2.2. Monitorização específica

Centramo-nos na Fase 1, dado que as restantes são posteriores ao momento e alcance actual e dependerão desta primeira. Com a monitorização específica pretende-se:

- Apontar pistas para o acompanhamento da implementação das intervenções/propostas apresentadas;
- Indicar sugestões para a melhoria e desenvolvimento do próprio documento.

A monitorização tem um carácter essencialmente prático e exige procedimentos estruturados e previamente definidos. Ela deve ser baseada no registo periódico de acções e indicadores, de modo a que se possa ajustar o conteúdo da Carta Educativa, às alterações e acontecimentos verificadas na realidade, sobretudo, problemas e necessidades surgidas e à legislação.

Como tal, apresentamos na tabela que se segue um esquema que poderá ser adoptado para o acompanhamento das intervenções. Sugere-se uma metodologia de trabalho assente nos seguintes tópicos:

- Indicadores a recolher;
- Momento de recolha dos dados;
- Instrumento de recolha dos dados;
- Pessoa responsável;
- Entidades a contactar;
- Momento em que se prevê nova actualização.

A. Acompanhamento da implementação das intervenções/propostas apresentadas na Carta Educativa

Tipo de intervenção a acompanhar	Recolha de dados					Problemas encontrados	Sugestões de intervenção futura
	Indicadores de referência	Instrumento	Momento	Entidades a contactar	Nova actualização		
1. Obras e intervenções no parque escolar, estabelecimento e espaço exterior	Tempo: cumprimento dos prazos de execução Custo: existência de desvios em relação ao inicialmente previsto Qualidade: execução das intervenções planeadas	Observação directa em contexto (escolas, jardins de infância). Caderno de encargos do projecto.	Início Meio	Empreiteiros e responsáveis pelas intervenções. Junta de freguesia respectiva. Agrupamento de escolas. Escola Profissional	Após conclusão da intervenção	Existiram problemas, ao nível: <ul style="list-style-type: none">Dos materiais empregues?Dos tempos definidos para intervenção?Da interacção com os alunos e professores?Da segurança?	A partir das obras realizadas, há necessidade de: <ul style="list-style-type: none">Criação de outras infra-estruturas?Adaptação de espaços já existentes?Repensar a intervenção feita?
2. Reordenamento da rede escolar	Concretização dos encerramentos previstos. Condições da escola/JI de acolhimento. Percepção de pais, alunos e funcionários em relação à transferência/encerramento. Concretização das eventuais alterações propostas na escola/JI de acolhimento. Vantagens e desvantagens resultantes da transferência	Observação directa em contexto (escolas, jardins de infância). Reunião/diálogo com pais, funcionários e alunos. Caderno de encargos do projecto de intervenção (se aplicável).	Início do ano escolar. Momento intermédio e final.	Agrupamento de escolas. Escola Profissional. Pais, alunos, funcionários envolvidos. Empreiteiros responsáveis pelas intervenções, se aplicável.	No momento de planeamento do ano lectivo seguinte	Na sequência das medidas tomadas, existem situações de: <ul style="list-style-type: none">Sobrelotação?Subaproveitamento de espaços?Percursos de transporte muito longos?Tempos de espera?	A definir consoante o tipo de problemas encontrados
3. Apetrechamento e dotação de recursos	Tipo de recursos Nº de recursos Custos Adequação dos mesmos às necessidades	Plano de levantamento dos recursos	Início do ano lectivo	Agrupamento Escola Profissional	Meio e fim do ano lectivo	Os recursos foram suficientes? Adaptados aos destinatários? Qual a sua durabilidade? Que novos recursos são necessários? A previsão de custos foi correcta?	Será necessário: <ul style="list-style-type: none">Mudar fornecedores?Elevar a verba disponível?Alterar recursos?...

4. Funcionamento escolar	Variável consoante as propostas específicas						
5. Recursos humanos	Número de profissionais adequados ao necessário Adequação do funcionário para as tarefas a realizar Formação/habilitação possuída Satisfação em relação ao trabalho desenvolvido, pelo próprio, pais, alunos	Diálogo com os intervenientes escolares	Início e meio do ano lectivo	Profissionais, agrupamento, escola profissional, pais,...	Final do ano lectivo	Os profissionais e funções foram suficientes? Adequaram-se bem às suas tarefas? Há necessidade de apostar na sua formação? Em que áreas?	Colocação de novos profissionais? Redistribuição do pessoal já existente? Promoção de formação? ...
6. Projectos e iniciativas (formação, inglês, actividades extracurriculares, ...)	Número de alunos Funcionamento (animador/professo, horário, duração lectiva/da actividade, ...) Satisfação dos intervenientes Materiais da disciplina/actividade	Observação local Diálogo com pais, professores alunos, pequeno questionário para a recolha de sugestões	Início, meio do ano lectivo	Professores/animadores, pais, alunos, ... Agrupamento Escola profissional Santa Cada da Misericórdia	Final do ano lectivo	As actividades foram satisfatórias? O plano de intenções foi concretizado? Quais as dificuldades sentidas? Foram asseguradas condições logísticas à frequência das mesas? (p.e. horário de transporte escolar...)	O que necessita ser melhorado em cada um dos aspectos em falta? (caso existam) É possível introduzir melhorias na actividade/projecto? Como?»
7. Outros equipamentos e infra-estruturas de educação	Aplicável no caso de bibliotecas, centros de cultura, equipamentos desportivos e outros. Os critérios a observar deverão ser os mesmos que referidos no ponto 1 da tabela. Estudo da população alvo dos mesmos.					Quais as actividades pensadas/projectadas para a infra-estrutura? Qual a sua relação ao contexto escolar e à população local?	
8. Alargamento da oferta formativa	Público-alvo Número de alunos/docentes Locais da formação Cursos/iniciativas Responsáveis Condições especiais (por exemplo, necessidade de transporte nocturno, ...) Dificuldades sentidas	Diálogo com responsáveis, alunos, para recolha de sugestões Equipa da educação de adultos	Início, meio	Professores/animadores, pais, alunos, ... Agrupamento Escola Profissional Equipa da educação de adultos	Final do ano lectivo	A formação correspondeu ao esperado? As actividades foram satisfatórias? O plano de intenções foi concretizado? Quais as dificuldades sentidas? Foram asseguradas	O que necessita ser melhorado em cada um dos aspectos em falta? (caso existam) É possível introduzir melhorias na actividade/projecto? Como?» É de manter a oferta?

	Itens semelhantes ao ponto 6					condições logísticas à frequência das mesas? (p.e. horário de transporte escolar...)	
--	------------------------------	--	--	--	--	--	--

B. Actualização, melhoria e desenvolvimento do documento

Dados de caracterização ³⁶	Recolha de dados					Problemas encontrados	Sugestões futuras
	Indicadores de referência	Instrumento	Momento	Entidades a contactar	Nova actualização		
1. Evolução do parque escolar							
1.1. Reordenamento	Alterações de tipologia (junção de níveis de ensino, por exemplo). Encerramentos (com indicação de estabelecimentos de acolhimento). Novos equipamentos criados.	Grelha, com a discriminação dos estabelecimentos.	Início e final de cada ano lectivo	Agrupamento de escolas Santa Casa da Misericórdia Escola Profissional	Início e final de cada ano lectivo	Relativos às decisões tomadas.	Que mudanças são necessárias, e face dos desajustamentos detectados? Dever-se-á tomar em consideração os elementos recolhidos acima. Sugere-se consulta das projecções de evolução da população (DREA, 2006).
1.2. Intervenção nos estabelecimentos	Intervenções efectuadas até ao momento, por estabelecimento e tipo de intervenção Introdução das principais conclusões do ponto 1 da tabela anterior						Que intervenções de futuro? Sugere-se consulta das projecções de evolução da população (DREA, 2006).
1.3. Caracterização dos estabelecimentos no momento actual	Ver indicadores da grelha de caracterização que consta do documento.	Grelha de caracterização que consta do documento.	Início e final do ano lectivo. Sugere-se articulação com os resultados no ponto 1.2.	Agrupamento de escolas. Santa Casa da Misericórdia. Escola Profissional	Início e final de cada ano lectivo.	A grelha utilizada permite uma caracterização fiel e completa dos estabelecimentos?	Que aspectos deverão ser retirados ou incluídos nesta grelha de modo a que a caracterização seja o mais eficaz possível?
1.3. Intervenções previstas para futuro	Identificação das intervenções que se afiguram necessárias e respectiva justificação.	Grelha, com a discriminação dos estabelecimentos e do tipo de intervenção a realizar (ampliação, restauração, arranjo exterior,...).	Início e final das intervenções.	Agrupamento de escolas. Santa Casa da Misericórdia. Escola Profissional		As intervenções respondem às necessidades que lhes deram origem?	Que outras intervenções se estimam necessárias a breve prazo? Dever-se-á tomar em consideração os elementos recolhidos no ponto acima.

³⁶ A numeração dos pontos não coincide, necessariamente, com a numeração que consta do documento. Apresentam-se aqui os tópicos principais, devendo proceder-se a um ajustamento relativamente ao documento.

				Responsáveis pelas intervenções. Juntas de Freguesia. Associações de Pais.			Sugere-se consulta das projecções de evolução da população (DREA, 2006).
2. Evolução da população escolar							
2.1. Dados de frequência	Número de alunos por ciclo, e estabelecimento.	Grelha de caracterização que consta do documento.	Início e final do ano lectivo.	Agrupamento de escolas. Santa Casa da Misericórdia. Entidades na área da educação de adultos e do ensino profissional.	Início e final do ano lectivo.	Existem desvios entre as frequências registadas em ambos os momentos? Se sim, em que ciclos/estabelecimentos? A que se devem?	Os momentos de recolha são os mais indicados ou deverão ser pensados outros?
2.2. Taxas de ocupação dos estabelecimentos	Indicação do número de turmas e seu regime de funcionamento. Relação com a capacidade do estabelecimento.	Grelha de caracterização que consta do documento.	Início e final do ano lectivo.	Agrupamento de escolas. Santa Casa da Misericórdia. Escola Profissional.	Início e final do ano lectivo.	Existem situações de desdobramento de horário/regime duplo?	Soluções para as eventuais situações de horário desdobrado. Há necessidade de: - transferência de alunos? - juntar valências? - ampliação do espaço? Sugere-se consulta das projecções de evolução da população (DREA, 2006).
2.3. Transição e retenção escolar	Número de alunos retidos, por ciclo e estabelecimento. Número de alunos que transitaram de ano, por ciclo e estabelecimento.	Grelha para preenchimento.	Final de cada ano lectivo.	Agrupamento de escolas. Outras entidades.	Final do ano lectivo seguinte.	Existem ciclos ou estabelecimentos onde a retenção é mais frequente?	Procura das razões para tais indicadores. Concertação de medidas de reabilitação com o Agrupamento e/ou outras entidades.

3. Pessoal docente	Número de docentes por ciclo e estabelecimento. Habilitações e vínculo profissional dos docentes.	Envio da tabela que consta do documento às entidades, para actualização.	Início de cada ano lectivo, após as colocações cíclicas (se aplicável).	Agrupamento de escolas. Santa Casa da Misericórdia. Escola Profissional.	Ano lectivo seguinte.	Existem ciclos ou estabelecimentos em que há maior instabilidade do corpo docente?	Concertação de medidas de minimização dos efeitos da instabilidade sentida com o Agrupamento e/ou outras entidades.
4. Pessoal não docente	Número de profissionais, por estabelecimento, segundo: - função exercida; - habilitações literárias - vínculo profissional	Envio da tabela que consta do documento às entidades, para actualização.	Início de cada ano lectivo.	Agrupamento de escolas. Santa Casa da Misericórdia. Escola profissional.	Ano lectivo seguinte.	O número de profissionais em cada estabelecimento e função é suficiente?	Equacionar contratações ou recolocação de profissionais em função das necessidades e de alterações ocorridas (encerramentos,...)
5. Acção educativa da CM							
5.1. Transportes escolares	Número de alunos transportados, segundo ciclo e estabelecimento. Tipo de circuitos existentes e responsáveis na execução dos mesmos. Tempo e custo dispendido por circuito. Necessidades sentidas pelos utilizadores.	Plano de transportes municipais, elaborado pela autarquia.	Início de cada ano lectivo.	Agrupamento de escolas.	Ano lectivo seguinte.	O circuito é adaptado à realidade (localidade, faixa etária, especificidades) de cada aluno? Existe necessidade de criação de outros circuitos? Quais?	Equacionar a concretização dos novos trajectos: - viaturas municipais? - circuitos contratualizados? - Previsão de novas despesas.
5.2. Acção social escolar	Número de alunos beneficiários, segundo tipo de subsídio, ciclo de ensino. Subsídios atribuídos aos	Documentos internos de concurso, da autarquia.	Início de cada ano lectivo ou uma vez decorrido o período de reclamação dos concursos.	Agrupamento de escolas. Nota: aplicável apenas ao sector público.	Ano lectivo seguinte.	Existem alunos em situação de carência que não puderam ser abrangidos pelas modalidades de ASE? Se sim, qual a razão? O que poderá ser feito para resolvê-lo?	Que acções/ medidas poderão contribuir para limitar as falhas no processo? Existe necessidade de criação de novos tipos de apoio?

	estabelecimentos, segundo, montante e destino.					Quais as falhas detectadas nos processos de candidatura e cedência dos apoios?	Prevê-se como necessário o aumento do orçamento disponível?
5.3. Projectos e iniciativas	Objectivos Parceiros Número de alunos a abranger, Tipo de acções Tempos Montantes envolvidos	Documentos internos Formulários de candidatura,....	Início e meio do projecto/iniciativa	Parceiros envolvidos	Final do projecto	Os objectivos foram cumpridos? Existem dificuldades de maior?	É de prever a continuidade do projecto? Em que moldes?

Estes dados deverão ser reunidos num relatório escrito, a divulgar aos diversos parceiros educativos, que permita fazer a leitura da evolução do concelho nos vários aspectos.

Todos os elementos da presente Carta Educativa serão objecto de actualização no ano de 2007.

Bibliografia

- AAVV (1990). *Muitos anos de escolas. Ensino Primário -1941*. Lisboa: Ministério da Educação
- Barroso, J. (1998). Descentralização e autonomia: devolver o sentido cívico e comunitário à escola pública. *Colóquio Educação e Sociedade - Escola e Parcerias Educativas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Canário, R. (1999). A escola, a autonomia e a territorialização da acção educativa. *Aprender. Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre*, 23.
- Caraça, J. (2000). Questões de Método e Linhas Gerais de Evolução - Metodologia do Estudo, em Carneiro, R. (Dir. e Coord.). *O Futuro da Educação em Portugal: Tendências e Oportunidades - um estudo de reflexão prospectiva*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento.
- Carneiro, R. (Dir. e Coord.) (2000). *O Futuro da Educação em Portugal. Tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva*. Lisboa: Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento.
- Correia, A. (1999). Relações entre escola e comunidade: da lógica de exterioridade à lógica de interpelação. *Aprender. Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre*, 22.
- DAPP (2000). In Carneiro, R. (Dir. e Coord.) *O Futuro da Educação em Portugal. Tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva*. Lisboa: Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento.
- EURYDICE (1998). *Dez anos de reformas ao nível do ensino obrigatório*. Lisboa: Ministério da Educação/Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento.
- Guerra, I. (2002). Espaço da organização escolar: a territorialização das políticas educativas. In AAVV, *Textos da Conferência Internacional Espaços de Educação. Tempos de formação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martins, E. (Coord.) (2000). *Manual para a Elaboração da Carta Educativa*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento.
- Martins, G. O. (2000). A Educação como espelho. In CARNEIRO, R. (Dir. e Coord.) *O Futuro da Educação em Portugal. Tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva*. Lisboa: Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento.
- Ministério da Educação (2006). *Planeamento da rede educativa: princípios orientadores*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Rodrigues, F. (2003). O Projecto Educativo Local da Golegã. *Educação, Sociedade e Culturas - Escola e Territórios*, 20.

São Pedro, M.E. *et al.* (2000). Uma leitura quantitativa do sistema educativo. In CARNEIRO, R. (Dir. e Coord.) *O Futuro da Educação em Portugal. Tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva*. Lisboa: Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento.

Sarmiento, M. (1999). Agrupamentos educativos, territorialização e autonomia: raízes estruturais e efeitos de superfície. *Aprender. Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre*, 23.

Subirats, J. (2001) Educación: responsabilidad social e identidade comunitária. In Cármen Gómez-Granell e Ignacio Vila (Coord.). *La ciudad como proyecto educativo*. Barcelona: Octaedro.

Teodoro, A. (2001). Políticas educativas e novas formas de governação numa época de transnacionalização. In Stoer, Cortesão e Correia (orgs.) *Transnacionalização da educação. Da crise da educação à «educação» da crise*. Porto: Afrontamento.

UNESCO (1996). Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão internacional sobre educação para o século XXI. Porto: Asa.

Legislação consultada

Decreto Regulamentar 12/2000, de 28 de Agosto

Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro

Decreto-Lei n.º 108/88 de 31 de Março

Decreto-Lei n.º 115/98 de 4 de Maio

Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio

Decreto-lei n.º 147 de 11 de Junho de 1997

Decreto-Lei n.º 291/97 de 4 de Setembro

Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de Setembro - transportes escolares (com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro)

Decreto-Lei n.º 314/97 de 15 de Novembro

Decreto-Lei n.º 319/91 de 23 de Agosto

Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro

Decreto-Lei n.º 4/98 de 8 de Janeiro

Decreto-Lei n.º 89-A/98 de 7 de Abril

Despacho n.º 14758/2004 de 23 de Julho

Despacho Conjunto n.º 105/97 de 1 de Julho

Despacho Conjunto n.º 128/97 de 9 de Julho

Despacho Conjunto n.º 258/97 de 21 de Agosto

Despacho Conjunto nº 268/97 de 25 de Agosto

Despacho Conjunto nº 28/SERE/SEAM/88

Despacho Conjunto nº15/SEAF/SEEI/97 de 18 de Abril

Despacho Conjunto nº 14 753/2005

Despacho nº 22 251/20005

Despacho Conjunto nº 834/2005, de 12 de Outubro

Despacho Normativo nº 27/97 de 2 de Junho

Lei nº 159/99 de 14 de Setembro

Lei nº 169/99 de 18 de Setembro

Lei nº 42/98 de 6 de Agosto - Lei das Finanças Locais

Lei nº 46/86 de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo

Lei nº 5/97 de 10 de Fevereiro - Lei-quadro da Educação Pré-Escolar

ANEXO 1. Evolução do número de alunos por escola entre 1999/00 e 2004/2005 (DREA, 2006).

ANEXO 2. Aproveitamento escolar no 1ºCEB, entre 1999/00 e 2002/03 - dados de base (DREA, 2004).

ANEXO 3. Acordo relativo a cartas educativas e rede escolar do 1º Ciclo (DREA, 2006).

ANEXO 4. Projecções da população escolar do concelho de Cuba, até 2010/2011 (DREA, 2004).

ANEXO 5. Lista de escolas a encerrar na região Alentejo, no ano lectivo de 2006/07 (DREA, 2006).